

Sábado, 9 de Dezembro de 1978



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE DEZEMBRO DE 1978

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alfredo Pinto da Silva

Carlos Alberto Coelho de Sousa

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Na continuação do debate do Programa do IV Governo Constitucional usaram da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Justiça (Eduardo Correia) e da Administração Interna (Gonçalves Ribeiro) e do Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos (Jacinto Nunes), os Srs. Deputados Cabral Fernandes (CDS), Vital Moreira (PCP), Rui Pena (CDS), Herculano Pires (PS), Alda Nogueira (PCP), Acácio Barreiros (UDP), Ferreira Lima (PS), José Ferreira Júnior (PSD), António Arnaut (PS), Carlos Laje (PS), Magalhães Mota (PSD), Pinto da Cruz (CDS), Gomes Fernandes (PS), António Rebelo de Sousa (PSD), Cavalheira Antunes (PCP), Sousa Marques (PCP), Veiga de Oliveira (PCP), António Guteres (PS), Ângelo Correia (PSD), Carlos Brito (PCP), Amaro da Costa (CDS), Lino Lima (PCP), Naranha Coissoró (CDS), António Campos (PS), Aboim Inglês (PCP), Lopes Cardoso (Indep.), Gomes Carneiro (PS), Vítor Louro (PCP), Rui Machete (PSD), Pedro Coelho (PS) e Lucas Pires (CDS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 22 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.

Agostinho Martins do Vale.

Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alfredo Fernando de Carvalho.
 Alfredo Pinto da Silva.
 Álvaro Monteiro.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Duarte Arnaut.
 António Magalhães da Silva.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Justino Luís Cordeiro.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Eurico Manuel das Neves H. Mendes.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Florêncio Quintas Matias.
 Francisco Igrejas Caeiro..
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.

José dos Santos Francisco Vidal.
 José Ferreira Dionísio.
 José Gomes Fernandes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Branco Ferreira Lima.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Pereira Dias.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Pedro Amadeu de A. dos Santos Coelho.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António José dos Santos M. da Silva.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Eduardo José Vieira.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João José dos Santos Rocha.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Bento Gonçalves.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Carlos Martins Robalo.

João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. F. Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
 José Cunha Simões.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel A. de A. de Azevedo Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Kruz Abecassis.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. S. Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercilia Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Francisco Miguel Duarte.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.
 Jerônimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão M. Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes

Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 115
 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Continua em discussão o Programa do IV Governo Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Fernandes para uma intervenção.

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: A autonomia insular tem sido frequentemente incompreendida e muitas vezes motivo para confrontações partidárias estéreis e inconsequentes ou pretexto para utilização abusiva de sãos sentimentos regionalistas, com o que, consciente ou inconscientemente, em diversas ocasiões, se pôs em causa a estabilidade política do País, a consolidação do regime democrático e a unidade do solo pátrio.

Para isso muito contribuiu a fase conturbada dos Governos Provisórios.

Perante a destruição sistemática das estruturas económicas, a intoxicação ideológica fomentada por uma comunicação social apostada no aniquilamento dos sentimentos morais dominantes e dos valores tradicionais da cultura portuguesa, as tensões de classe artificialmente mantidas através do medo e da intimidação e tudo o mais que caracterizou a tentativa totalitária, as populações insulares criaram mecanismos de resistência colectiva, umas vezes mal interpretada, outras vezes demagogicamente desviada para fins que são estranhos ao portuguesismo dos Açorianos e Madeirenses.

Todo o circunstancialismo factual atrás descrito deu origem a que o próprio conceito de autonomia regional saísse prejudicado, se não mesmo adulterado, e a que os mecanismos que deveriam conduzir à verdadeira autonomia não tivessem sido correctamente aproveitados ou aplicados.

Entretanto, a experiência adquirida com a actuação do II Governo Constitucional veio a demonstrar as virtualidades de uma política de concertação e diálogo, que se revelou eficaz não apenas na obtenção de um consenso em torno do significado da autonomia regional, como ainda na sua gradual e efectiva materialização.

O IV Governo Constitucional reafirma, igualmente, o seu propósito de incrementar o diálogo com os órgãos regionais «num clima de mútua compreensão e de espírito aberto e construtivo».

Mas se o Programa do IV Governo Constitucional não suscita ao CDS objecções quanto à intenção política que o anima, temos a convicção de que os seus propósitos poderão ficar irremediavelmente comprometidos se faltarem ao Governo a estabilidade e a solidez desejadas, se não obtiver, a curto prazo, apoios firmes e claros, um suporte político consistente.

Na realidade, a concretização da autonomia (que envolve o reconhecimento, sem reservas ou desconfianças, dos direitos constitucionalmente atribuídos às regiões autónomas), porque está incidiavelmente ligada ao interesse nacional, não se compadece com uma actuação governativa assente em equilíbrios precários ao sabor de flutuações ocasionais.

Por outro lado, é necessário ainda esse amplo consenso, pois só ele permitirá que a concretização da autonomia se processe sem a violação do princípio de igualdade de todos perante a lei e do direito de participação democrática dos cidadãos na vida pública, válidos em qualquer latitude.

Por tudo isto, o CDS interroga o Governo para que se defina claramente quanto ao seu entendimento sobre a necessidade de um acordo político institucional que, sob a égide do Presidente da República, viabilize a segunda alternativa por ele anunciada em 22 de Setembro e reafirmada, recentemente, no discurso de posse do IV Governo Constitucional.

Interrogação que, obviamente, terá de dirigir-se também — «para que as opções políticas fiquem claramente definidas» — a quem detém responsabilidades governativas nas regiões autónomas e não deseja ver comprometida a concretização da autonomia perante a eventual fragilidade do Governo ou em consequência de hipotética realização de eleições intermédias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do IV Governo Constitucional apresenta-se, por razões comprehensivas, com uma menor extensão do que os programas anteriores.

Este facto explicará, porventura, que matérias que haviam sido previstas no Programa do II Governo Constitucional não tenham sido agora versadas.

Todavia, o CDS não deseja manifestar dúvidas sobre a actuação deste Governo em termos de garantir ou não a continuidade dos projectos que foram especificamente contemplados no Programa do II Governo Constitucional e que se encontram em fase de estudo ou de concretização.

Também não era nossa intenção procedermos neste debate a uma análise pormenorizada e pontual sobre os objectivos e medidas previstos no Programa em apreço e respeitantes às regiões autónomas.

Os democratas-cristãos reservam-se para, em ulteriores oportunidades e no acompanhamento da actividade quotidiana do Governo, apreciarem a forma como esses objectivos vão sendo definidos e essas medidas aplicadas, tudo em conformidade com o que o CDS entenda melhor servir os interesses ou dar pronta satisfação às necessidades e carências das populações.

Duas notas de regozijo e de apreço queremos aqui salientar, na medida em que algumas das medidas contidas no Programa do Governo reflectem a razão que nos assistia quando, durante a discussão do Programa do Governo de Nobre da Costa, o CDS aqui se bateu na defesa de soluções que vimos agora expressamente contempladas e com algum desenvolvimento.

Trata-se, por um lado, do reconhecimento de que a integração de Portugal na CEE suscita problemas com incidência nas regiões autónomas, a ponto de se tornar necessário acautelar, nas negociações de adesão à Comunidade Europeia, os interesses específicos das ilhas atlânticas.

Por outro lado, o compromisso expressamente assumido por este Governo quanto à sua responsabilidade pela resolução dos problemas de transportes aéreos e marítimos que, nos últimos tempos, têm agravado seriamente o isolamento das ilhas, com reflexos negativos nas economias regionais e no bem-estar das populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Se o Programa do Governo não nos oferece grandes reservas no que respeita às regiões insulares, deve, no entanto, ficar bem claro que no entender do CDS a sua exequibilidade e adequação

aos interesses nacionais dependerá sempre do estabelecimento de um acordo político institucional que garanta a estabilidade e a coerência da actuação do Executivo, como ficou, aliás, notoriamente acentuado no último discurso do Presidente da República.

Pela nossa parte, como repetidamente o temos declarado em muitas ocasiões, não deixaremos de desenvolver esforços que possibilitem esse acordo.

Espera o CDS que da parte do Executivo, como das restantes forças democráticas, idênticos esforços sejam desenvolvidos.

É isso, também, o que desejam os Portugueses.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira para pedir esclarecimentos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado Cabral Fernandes, gostaria apenas de lhe colocar duas questões.

Aquando da discussão do Programa do III Governo Constitucional, o CDS, através da palavra do seu presidente do Grupo Parlamentar, Amaro da Costa, colocou ao então Primeiro-Ministro Nobre da Costa a seguinte questão: «Este é um Governo de centro, de esquerda ou de direita?» Eu gostaria de perguntar ao CDS qual a sua opinião em relação a este IV Governo, isto é, se é um Governo de centro, de esquerda ou de direita.

A segunda questão é a seguinte: o Sr. Deputado Freitas do Amaral, presidente do CDS, disse, em relação ao III Governo: «O CDS rejeita este Governo por uma questão de princípio. Os princípios estão acima da estratégia e da táctica.» Seguidamente explicou os princípios da seguinte maneira: «Pensamos que só poderia admitir-se um Governo de independentes, atitude excepcional e mediante certas condições, cujas são: duração curta e bem definida no tempo, que visa principalmente preparar eleições e, acima de tudo, que fosse apenas um Governo de gestão.»

O IV Governo não preenche nenhuma dessas condições. Não se apresenta delimitado no tempo, não tem como principal objectivo preparar eleições e não se apresenta como Governo de gestão. Pergunto: o CDS mudou de princípios ou, desta vez, a táctica sobrepuja aos princípios?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Fernandes para responder.

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — Sr. Deputado Vital Moreira, o CDS não mudou de princípios. O CDS está perante este IV Governo Constitucional, que surge na sequência de uma segunda alternativa apresentada no discurso do Sr. Presidente da República de 22 de Setembro, e é perante essa alternativa, com todos os seus componentes, que o CDS tem de reflectir e tomar uma posição sobre este Governo.

Efectivamente, se esta segunda alternativa, apresentada pelo Sr. Presidente da República, for conduzida e desenvolvida em toda a sua extensão, este Governo poderá apresentar-se como um Governo de

coerência, um Governo que poderá obter o apoio de amplas forças democráticas e assegurar a estabilidade política do País, desejada por todos os portugueses.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É nestes parâmetros que o CDS encara este Governo e é na medida em que este Governo consiga prosseguir os interesses nacionais, reclamados por todo o País, como sejam a estabilidade, a recuperação e viabilização da economia, a concertação e o diálogo com as regiões autónomas, que nós daremos apoio a este Governo.

No entanto, aguardamos que essa segunda alternativa seja completamente realizada, em termos de envolver, ou não, o CDS.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É apenas para manifestar ao Sr. Deputado Cabral Fernandes a minha perplexidade: eu fiz-lhe duas perguntas e o Sr. Deputado não respondeu a nenhuma.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — O senhor não compreendeu!

O Orador: — É que se mantém esta questão muito pura e simplesmente: o CDS afirmou, muito enfaticamente, na discussão do III Governo: «O CDS não aceita um Governo de independentes, por princípio. Só os aceitará se eles respeitarem três condições.» Este Governo não respeita nenhuma delas. O CDS disse que era fiel aos seus princípios e os princípios estão acima da táctica e da estratégia.

Na altura, perguntei ao Sr. Deputado Freitas do Amaral o seguinte: «Será que o CDS rejeita este Governo por entre os independentes deste III Governo não estar um mínimo suficientemente grande deles dependentes do CDS?» O Sr. Deputado Freitas do Amaral disse que não, que era uma questão de princípio. Sendo assim, eu agora pergunto ao CDS se o abandono desses princípios significa que este Governo já tem um mínimo suficiente de independentes próximos do CDS, para o CDS se esquecer dos princípios.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Fernandes.

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — Não, Sr. Deputado. É que nós temos um determinado conceito de princípios e entendemos que esses independentes (*risos do PCP*) não estão desta vez próximos da área do PCP.

Risos do PCP.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — O grupo folclórico moscovita manifesta-se!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Já lá vai o tempo dos princípios!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Nós não temos o MDP/CDE!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Mas têm o MIRN!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça (Eduardo Correia): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: A intervenção que vou fazer não será longa.

Mas não quereria, antes de tudo, deixar de exprimir os sentimentos de respeito e de verdadeiro esmagamento que experimento ao tomar, pela primeira vez, a palavra nesta Sala, um dos símbolos mais altos da democracia, e onde continua a ecoar a vivência histórica do verbo ático de um Almeida Garrett, para só apontar um dos muitos — e são tantos — que se sacrificaram, na eloquência das suas orações, à chama da liberdade e à inquebrantável defesa dos mais nobres ideais portugueses.

E a perplexidade e — porque não dizê-lo — a angústia avolumam-se, adensam-se, quando, habituado ao diálogo, quase familiar e desataviado, com tantas gerações de estudantes, falo, agora, perante um hemicírculo onde a vida representativa portuguesa palpita amadurecida nos seus juízos e forte nas suas decisões.

Só me anima ver que, entre os Srs. Deputados, se descobrem olhos de antigos participantes do diálogo universitário que então conduzia e, hoje, a tantos títulos, mestres na roda da vida. Só me estimula a presença de tantos amigos, homens públicos — da mais nobre estirpe —, ainda quando, transitoriamente, como bem cremos, distanciados daquele ponto de gravidade que permite a navegação segura, sem tempestades, sempre atreitas ao naufrágio, do projecto democrático português.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Ouvi do meu grande mestre e amigo, o Dr. Joaquim de Carvalho, que «a vida é essencialmente prospectiva e só a Primavera é fecunda». Também assim o creio.

A que venho, pois, aqui?

A acompanhar a esperança, no sonho que também foi meu, da criação de um Portugal, por todos participado, sensível às exigências do bem-estar do maior número de portugueses, levedado pelo fermento — e não está, agora, em causa pôr-lhe a etiqueta de científico ou axiológico — da justiça social.

Só que um Estado que se aproveite das necessidades e direito de justiça social dos seus membros para aumentar os seus poderes não realizará, de certo, um Estado de direito democrático, mas um Estado totalitário — já se disse.

E esse não o queremos nós.

Importa, assim, colocar entre os cidadãos e o Leviatão, que os pretende dominar, a balança da justiça, que os antigos punham nas mãos de Témis, bainha, simbolicamente, da Terra pelos crimes dos homens.

Ora, contra esses, para que se faça a aliança entre os direitos fundamentais do homem e as exigências que deles próprios decorrem para a vida social, a todos se impõe o dever de lutar.

E, talvez, que a experiência da vida e «honesto estudo», de que falava o poeta, possam concorrer para afeiçoar a força, sempre dinâmica, da esperança, que o não pode ser sempre, antes colima, renovadamente, a sazonar-se e dar frutos, não venha ela, por estéril, a ser repudiada.

Por isso vim — e já não é tempo para lamentações — tomar parte neste Governo, só com o fim patriótico de, aí, partilhar, como já foi incisivamente formulado, na consolidação da nossa democracia constitucional e no estímulo do progresso social.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Das circunstâncias em que este Governo se formou, da juventude, da inteligência, da força humana de quem o encabeça já os Srs. Deputados puderam aquilar.

O Programa que ele se propõe é também do conhecimento desta Assembleia da República.

O que ficou dito em intervenções anteriores e o que os meus colegas hão-de acrescentar contribuirá, de certo, para o iluminar.

Por mim, apenas quero sublinhar alguns — poucos — tópicos atinentes ao meu sector governamental.

Por essência e função o Ministério da Justiça propõe-se, não encontrar e aplicar o direito, mas tão-só criar as condições mais adequadas para realizar a justiça num Estado de direito democrático, como é, constitucionalmente, o nosso.

Dai que logo lhe cumpra estar atento à estrutura de toda a ordem jurídica portuguesa, enquadrada no respeito dos direitos, liberdades e garantias fundamentais do homem: no que vai dito, naturalmente, de todos os homens. O que envolve — ninguém o deve desconhecer —, concomitantemente, pesadas responsabilidades e deveres recíprocos.

A ideia poderia ilustrar-se, relativamente a todos os ramos do direito, quer substantivo, quer adjetivo. Mas não haverá espaço temporal para o fazer aqui. Apenas daremos, assim, alguns exemplos mais impressivos extraídos do domínio do direito, que vimos, modestamente, cultivando:

Sabe-se, como por todos os lados se aponta, a necessidade de tornar mais limitado e flexível o sistema prisional. Aquele que Tocqueville — o mesmo que escreveu a *Democracia na América* — tanto exaltou e que Foucault assimila às artes de disciplinar o corpo para conformar o espírito.

Por isso, a reinserção social do delinquente deverá fazer-se, quando possível, em liberdade assistida. E, assim, se pensou e projectou também no Código Penal, cuja proposta de lei foi já apresentada a esta Assembleia da República.

Só que o preço dessa nobre ideia — ancorada no respeito da dignidade humana — não pode deixar de ser o da mais vigorosa reacção da sociedade, relativamente a todos os que dela se aproveitam para violar as obrigações a que estão sujeitos, ferindo ou pondo em perigo de ferir a sua paz, economia, tranquilidade e segurança.

Não há vida social que, querendo sobreviver, possa deixar-se indefesa, inerme, face aos que utilizam, contra ela e os outros, as armas da própria liberdade.

Mas não só isso. Todo o esforço preventivo criminal — e há que dar-lhe o maior acento e importância — não poderá ir tão longe que atinja as liberdades, direitos e garantias, positivadas na nossa Constituição.

Mas nem por isso — e eis aí outra antinomia — se pode renunciar a tipicizar e combater vigorosamente a criminalidade organizada, a marginalidade, o terrorismo, as modernas formas de violência contra as pessoas, os delitos económicos, etc.

Em tudo isto, aliás, há que ter em conta os dados da política e ciéncia criminolórgica, nacionais e comparados.

Nesta problemática — como em tudo o mais que vai exposto no programa deste sector — tem de estar, portanto, o Ministério da Justiça empenhado.

Não que possa sempre legislar só por si.

Particularmente, neste domínio, importa um contínuo e intenso contacto com a Assembleia da República, cujas autorizações ou aprovações de propostas legislativas do Governo, em tantas matérias, são da competência reservada deste Órgão de Soberania.

Tudo se conjuga, neste sector, como em tantos outros, para que o diálogo entre o Governo e a Assembleia da República haja que ser necessário e harmónico.

Oxalá que por via dele se possa vir a realizar «aquele encurtamento de distâncias» de que falou o Sr. Primeiro-Ministro.

O largo espaço de consenso que sempre se verificará, aqui, não deixará de fortalecer aquele projecto patriótico «de consolidação da democracia e de estímulo ao progresso social» que os Portugueses assumiram e é tarefa que — sem descontinuidade — deve, urgentemente, prosseguir-se.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira para pedir esclarecimentos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Ministro da Justiça: Gostaria apenas de colocar uma questão num domínio que, de resto, não foi referido especialmente na intervenção do Sr. Ministro, mas que veio referido, embora parcialmente, no Programa do Governo, e que diz respeito à reestruturação dos tribunais administrativos.

Na realidade, a nosso ver, a questão da justiça administrativa neste país carece de uma profunda reestruturação e reforma. Pode dizer-se que quase não existem condições em Portugal para que a justiça administrativa dê garantias aos cidadãos não só de defesa dos seus direitos e interesses, mas também da própria legalidade democrática, como bem objectivo. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou há pouco tempo à Assembleia da República um conjunto de projectos de lei relativos a esta matéria, quer aos tribunais administrativos e fiscais, quer a alguns aspectos da justiça administrativa em geral, como a acção popular, a legalidade e ilegalidade dos regulamentos, etc.

Gostaria de saber se o Governo está em condições, através do Sr. Ministro, de nos dizer que ideias é que tem neste campo, não só quanto às propostas de transformação do sistema de justiça, mas inclusivamente quanto ao seu fazeamento, isto é, quanto à periodização, partindo do princípio de que, a nosso ver, não se cumpriu a regra directiva constitucional que obrigava à reestruturação e a rever a legislação da justiça administrativa até ao fim da 1.^a sessão legislativa. Obviamente, o Sr. Ministro poderá-me dizer que isso não é da responsabilidade deste Governo, mas, em todo o caso, todo o dia

que passa significa um alargamento desse incumprimento. Gostaríamos, pois, de saber se o Governo está em condições de anunciar à Assembleia um prazo para apresentar as suas propostas e, se é caso disso, se pode adiantá-las e quais as posições do Governo em relação às ideias adiantadas nos projectos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena, também para pedir esclarecimentos.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Ministro da Justiça: referiu V. Ex.^a — aliás na linha que sempre o tem caracterizado como ilustre penalista e professor de Direito na Universidade de Coimbra — no seu discurso a necessidade de tornar mais humano todo o nosso sistema penal, quer no capítulo propriamente sancionatório, quer também no próprio tratamento prisional.

É evidente, Sr. Ministro, que estamos plenamente de acordo com estas ideias, que são ideias nossas que há muito defendemos e estão inseridas no nosso programa político. Todavia, o Sr. Ministro referiu que estas mesmas ideias têm necessariamente um preço económico e um preço social, ambos gravíssimos.

O Sr. Ministro tem, certamente, a noção das nossas limitadas capacidades estruturais para realizar convenientemente, por exemplo, o tratamento prisional. V. Ex.^a sabe que não temos estruturas nem materiais nem pessoais para realizar da melhor maneira essa função. Por outro lado, V. Ex.^a também sabe que socialmente o nosso país atravessa — isso foi já objecto de grande preocupação por parte da Assembleia na última sessão legislativa — aquilo que verdadeiramente se pode chamar uma onda de violência. Assistimos impunemente a assaltos e a todo o tipo de criminalidade a que durante muito tempo não estávamos habituados. Além disso, vemos através quer da imprensa escrita quer dos meios de comunicação áudio-visual convites diárias a essa mesma violência.

Pergunto a V. Ex.^a se realmente será esta a melhor oportunidade, do ponto de vista social, para lançarmos essas medidas, por um lado, de humanização das sanções criminais e, por outro lado, da reabilitação do delinquente. Isto é, se devemos pensar mais nessa marginalidade social ou se devemos pensar no todo social e na protecção dessa sociedade que queremos livre e humana, mas que também queremos segura e protegida contra esses marginais.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Herculano Pires, igualmente para pedir esclarecimentos.

O Sr. Herculano Pires (PS): — Sr. Ministro da Justiça, desejava fazer-lhe apenas uma pergunta.

Como V. Ex.^a sabe os juízos de valor sobre o mérito ou o demérito de um diploma legislativo resultam, nomeadamente, da experiência que se faça desse mesmo diploma legislativo. Só os dados colhidos da experiência da aplicação da lei nos podem fundamentalmente dizer se essa lei tem méritos ou deméritos e quais sejam eles.

Acontece que há três leis fundamentais da nossa organização judiciária que foram aprovadas há pou-

co tempo depois de discussão prolongada nesta Assembleia e que me parece que não colheram ainda da sua aplicação os dados necessários a podermos tirar já conclusões definitivas quanto aos méritos ou deméritos dessas mesmas leis.

Acontece que no Programa do Governo, a p. 81, se faz uma menção especial a estes diplomas. Na alínea n) diz-se que «o Ministério da Justiça, depois de feita uma recolha dos elementos críticos e dos resultados práticos da Lei Orgânica dos Tribunais, do Ministério Público e do Estatuto dos Magistrados Judiciais, tomará, se for caso disso, as iniciativas legislativas adequadas».

Ora, dado o reduzido tempo que decorreu entre a aprovação dessas leis nesta Assembleia e a data actual, desejava saber se V. Ex.^a já está habilitado com os conhecimentos necessários para que possa prever medidas legislativas relativamente a estas leis e se V. Ex.^a poderá clarificar, na hipótese afirmativa, quais são essas medidas legislativas e em que sentido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça para responder.

O Sr. Ministro da Justiça: — Srs. Deputados, irei procurar responder às críticas mais fortes que foram feitas.

Irei começar pelo problema que me pode estar mais directamente ligado e que é o problema do tratamento prisional, isto é, do tratamento penitenciário.

Como todos sabem, tem de se fazer uma ponderação de interesses entre aquilo que é necessário gastar na prisão e aquilo que é necessário gastar num tratamento assistido por assistentes sociais. E neste caso as lições do próprio Conselho da Europa ou da ONU mostram que é menos oneroso tratar em liberdade os delinquentes até onde é possível do que encerrá-los em prisões, que são muitas vezes sub-humanas. Quero dizer que também aí é que se verá quando a prisão é a última *ratio* da luta contra a criminalidade e aí importa haver uma separação, quanto a mim, para aqueles que são perigosos no sentido de que podem evadir-se das penitenciárias. Mas esse número é o menor, pois o grande é o daqueles que cumprem as suas condenações e estão interessados, ao menos passivamente, em cumprir aquelas sanções que o Estado entende que são aptas para os inserir em sociedade.

Portanto, haverá alguns, não muitos, para quem o tratamento há-de ser rigoroso, disciplinado e atento e há muitos outros a quem se tem de fazer a tal abertura, a tal flexibilidade dos sistemas prisionais, de forma que se possa mais facilmente ligar o homem à vida, em nome da sua própria dignidade, como disse.

É verdade que há formas muito importantes em relação à criminalidade por violência, pois que esta é altamente perigosa e não pode tolerar-se. Mas também é certo que não é possível julgar essa criminalidade tão extensa como à primeira vista pode parecer. Refiro-me, justamente, a um cultivo das coisas criminais em que por vezes a imprensa alarga, digamos, o impacte das acções criminosas por violência e é mais a imagem dada pela comunicação social do que a realidade efectiva o que se conta.

Pode dizer-se que realmente, segundo as estatísticas, não aumentou a criminalidade portuguesa muito fortemente. Se compararmos as estatísticas de 1968 com as 1976 ou 1978, até se poderá dizer que há uma recessão da criminalidade.

Sendo assim, talvez seja fácil encaminhar a luta contra a criminalidade, relativamente a essas formas mais importantes e mais actuais, como referi na minha intervenção de há pouco.

No que toca ao Sr. Deputado Herculano Pires, devo dizer-lhe que realmente pensei nas leis relativas à organização dos tribunais. Sei que há toda uma polémica entre nós sobre o bem e o mal dessas reformas, pois há correntes que as consideram óptimas e à outras que as consideram péssimas, argumentando que podem pôr em perigo a justiça portuguesa. Parece-me que ainda não é tempo de tomarmos medidas definitivas, mas é sim tempo de pensar, de aquilatar do bem e do mal das reformas, e quando houver, se houver, uma iniciativa a apresentar a esta Assembleia, ela far-se-á recolhidos esses dados e contando com a palavra decisiva que esta Assembleia há-de ter e há-de dar.

Naturalmente que o problema dos tribunais administrativos — isto respondendo ao Sr. Deputado Vital Moreira — é muito complexo, pois há, desde a preparação dos juízes até às condições em que eles possam exercer a justiça administrativa, uma larga problemática que não pode aqui ser expandida. Em todo o caso, sabe o Sr. Deputado Vital Moreira que, além dos projectos apresentados a esta Assembleia, há um grupo de trabalho altamente interessado em encontrar as melhores soluções para o problema. Nisso estão empenhados, justamente, juízes do Supremo Tribunal Administrativo e dos quais espero, dado o nível da sua preparação, que possam largamente concorrer para que se possa formular à Assembleia da República qualquer reforma que seja útil no sentido de se resolver esse problema tão complexo, mas a que, de qualquer forma, importa rapidamente dar solução.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Alda Nogueira.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro nomeado: Para a esmagadora maioria das mulheres portuguesas, trabalhando ou não fora de casa, sobre as quais pesa a difícil e cada vez mais espinhosa tarefa do governo da casa, o Programa que estamos discutindo anuncia a continuação, se não a aceleração, da subida já vertiginosa do custo de vida. E não esqueçamos que o índice de preços, que foi de cerca de 30% (27,4%, números oficiais) em 1977, já atingiu, nos primeiros dez meses deste ano, os 22%!

Mas, mesmo sem estes números, as donas de casa deste país sabem que 1 kg de carne de vaca, que custava 100\$ em 1975, custa hoje 220\$; que o preço de 1 kg de peixe subiu de 50\$ para 100\$ e muito mais; e que 1 kg de frango, que em 1975 custava 30\$, custa hoje 80\$.

E assim por diante.

Sabem também que as despesas de alimentação são as que «comem» a maior parte do dinheiro que têm para governar a casa e que este dinheiro (dos salários e ordenados) não aumentou, nem de longe, na mesma proporção dos preços.

Ora o que se pode pensar de um Programa que aceita a inflação quase como uma fatalidade ao mesmo tempo que não aponta uma só medida para combater as especulações e os vícios dos circuitos de distribuição que permitem tais especulações com os preços.

A verdade é que tal Programa, no que respeita a preços, salários, custo de vida e emprego — tal como noutros campos —, vem no seguimento da linha política dos últimos governos, orientada para a recuperação capitalista, que este Governo pretende acelerar.

Trata-se de uma política que tem vindo a fazer pagar a maior parte dos custos da crise económica às famílias das classes mais desfavorecidas, às classes trabalhadoras em primeiro lugar.

Contra esta política — chamada de «austeridade» só para os que menos ganham —, que significa pior alimentação, menos roupa, pior qualidade de vida para os lares dos trabalhadores, contra esta política que nada tem a ver com o 25 de Abril (a não ser o aproveitamento deste para se justificar tal política, para alargar o descontentamento popular, para depois denegrir o 25 de Abril e, finalmente, chorar lágrimas de crocodilo sobre o desencanto), contra toda esta política têm protestado em massa das formas mais variadas as mulheres do Norte, do Alentejo, do Centro, de Lisboa, do Porto, de forma unitária, democrática e na base dos seus direitos constitucionais.

Aplausos do PCP.

No que respeita às mulheres trabalhadoras, que vêm sendo, com os últimos Governos, as vítimas número um do desemprego, tudo o que o Programa anuncia é a revisão da Lei dos Despedimentos, num contexto que só faz prever maiores ameaças e perigos de desemprego para os trabalhadores em geral. E, certamente em maior grau, para as mulheres trabalhadoras.

Com efeito, constituindo as mulheres cerca de um terço da população activa, elas, que representavam em 1975 e 1976 um terço da população desempregada, passaram a constituir em 1977 metade da população desempregada, ou melhor, à procura de emprego.

Destes números não é permitido a ninguém tirar a conclusão de que do 25 de Abril resultou para a mulher trabalhadora um agravamento da sua situação quanto ao desemprego.

Foi o grande patronato estrangeiro das multinacionais e também uma parte do grande patronato nacional que começou por se recusar ao pagamento do salário mínimo nacional (grande conquista dos trabalhadores mais explorados entre os explorados — as mulheres trabalhadoras).

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Dezenas de empresas foram fechadas, outras tantas abandonadas, milhares de operárias foram despedidas.

Depois, o não cumprimento pelo patronato da lei dos despedimentos tem provocado novas ondas de desemprego, atingindo em cheio as mulheres trabalhadoras.

Isto foi possível não em virtude do 25 de Abril, mas sim em virtude de uma prática política dos governos que deram cobertura a tais actuações do patronato, permitindo-lhe impunemente violar leis aprovadas nesta Assembleia, com o total desprezo dos mais elementares direitos dos trabalhadores.

Aplausos do PCP.

Voltando à lei dos despedimentos e às graves preocupações que nos causa a posição do actual Governo a propósito desta lei — que o patronato tem violado da forma mais grosseira e abusiva com todas as consequências que têm atingido em cheio as mulheres trabalhadoras —, que propõe este Governo no seu Programa a propósito da lei dos despedimentos?

Em vez de medidas para o seu cumprimento pelo patronato, o Governo vem reclamar a revisão desta lei, revisão esta que não pode deixar de ser interpretada como profundamente atentatória dos direitos das mulheres trabalhadoras.

Este Governo e os partidos desta Assembleia que o apoiam — o PSD e o CDS — assumem assim uma enorme responsabilidade pelo agravamento da situação da mulher trabalhadora.

Aplausos do PCP.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro, ao ir buscar ao anterior Governo a equipa do MAP, cujo ataque desenfreado contra a Reforma Agrária tem atirado para o desemprego com milhares de trabalhadoras das UCPs e cooperativas, revela bem o propósito de o seu Governo continuar no Alentejo a mesma política de atentados contra o direito ao trabalho das operárias agrícolas e camponesas alentejanas.

Aplausos do PCP.

Também aqui queremos assinalar que este Governo e os partidos desta Assembleia que o apoiam assumem grave responsabilidade pela agudização que se propõem provocar na situação das mulheres trabalhadoras desta zona.

Estas são outras tantas razões fundas a juntar a outras que aqui temos apontado e apontaremos, que fazem com que um Governo com tal Programa e composição tenha de ser rejeitado por esta Assembleia.

As mulheres portuguesas deram, com o seu voto, às forças democráticas de esquerda, de opção socialista, uma posição de maioria nesta Assembleia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — As forças democráticas de esquerda nesta Assembleia não podem, de acordo com o voto que aqui as colocou e com o mandato democrático que lhes foi confiado, não podem aprovar um Programa que não só despreza como ataca frontalmente os direitos mais elementares das mulheres em geral e das mulheres trabalhadoras em especial.

As mulheres portuguesas não elegeram com o seu voto as forças democráticas de esquerda para esta Assembleia para que estas mesmas forças e os Deputados e partidos que aqui as representam aprovem um Programa de direita, de recuperação capitalista,

latifundista e imperialista acelerada, um Programa em que mais miséria e mais desemprego seria o futuro que estaria reservado aos lares dos trabalhadores, às donas de casa e suas famílias.

Nós, Grupo Parlamentar do PCP, não votaremos tal futuro.

Esperamos, sinceramente, que as outras forças democráticas consequentes desta Assembleia também coerentemente rejeitem tal Governo e o seu Programa.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Devido às naturais limitações de tempo que a UDP tem neste debate e também devido ao facto de sermos um partido com um Deputado apenas, com as naturais dificuldades de inscrição que dão derivam, queria pedir a compreensão desta Assembleia, e particularmente do Governo, para o facto de nesta intervenção me referir a dois sectores extremamente diversos: o das pescas e o da habitação.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No que diz respeito às pescas, e dado o pouco tempo que disponho, limitar-me-ei a fazer algumas perguntas para pôr a nu os reais planos do Governo, camuflados pelas proclamações ocas e promessas demagógicas. Muito se fala em estudos, apoio técnico e financeiro, reestruturação e medidas de apoio.

Mas vamos lá a saber: quem é que vai apoiar a investigação dos recursos das nossas 200 milhas? Quem vai daí tirar os frutos? Ou alguém acreditará que o apoio que nos é prestado é desinteressado? Particularmente gostaríamos que o Governo esclarecesse os termos do acordo com a Noruega.

Será que o reapetrechamento da frota vai ser feito alugando navios estrangeiros, como o Governo quer, ou construindo-os em Aveiro, Figueira da Foz ou Viana, onde os estaleiros estão subutilizados?

Por outro lado, que pensa o Governo da criação de empresas mistas, maneira disfarçada de os estrangeiros pescarem nos nossos mares sem pagarem licenças?

Quanto à reestruturação das empresas nacionalizadas, que segundo o Governo estará dependente da política global a definir para o sector, perguntamos: vai ou não o Governo decretar a falência da SNAPA e da CPP? Vai ou não o Governo desnacionalizar a SNAB? Vai ou não o Governo decretar a falência das fábricas de conservas Unitas, L. Branco e devolver a Judice Fialho aos ex-patrões?

Estas dúvidas põem-se, pois sabemos que este Governo quanto à independência nacional nem o *slogan* usa e se subordina por inteiro ao FMI e às suas exigências de redução de crédito ao sector público. Por aí ficamos a ver o que espera os trabalhadores do mar e o público consumidor. Aliás, veja-se a política do Governo em relação à frota do Cabo Branco, parada há seis meses, do que resulta: perda de mais de 8000 t de peixe e consequente perda de receitas da ordem dos 400 000 contos; miséria para os trabalhadores do mar, que não recebem salários há quatro meses e a quem querem obrigar a

trabalhar mais por menos dinheiro. Aliás, já em 1977 as direcções sindicais aceitaram redução de 40% nos vencimentos, para permitir o levantamento das empresas, que apesar disso estão em pior situação económica e financeira.

Por isso a UDP defende que, de imediato, se assine o acordo com a Mauritânia e se negoceie um contrato justo com os sindicatos do mar.

Fala-se no programa de apoio técnico e financeiro, enquanto a orientação desta equipa governamental tem sido uma restrição cada vez maior do crédito, além de atrasos na concessão de financiamentos, o que prejudica sobretudo as cooperativas de pesca, visto não possuírem meios financeiros próprios.

Aliás, muito estranhamos que neste Programa não haja qualquer referência ao fomento do cooperativismo. Será também intenção do Governo acabar com as cooperativas de pesca?

Pretenderá o Governo sanear os circuitos de comercialização saneando as empresas públicas de distribuição, como fez ao fechar o SAPP (Serviço de Abastecimento de Peixe ao País) e como fez o Secretário de Estado junto da CRCB (Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau), prejudicando empresas nacionalizadas em favor dos intermediários?

Por que não fala antes o Governo na criação de uma empresa pública de comercialização e distribuição do pescado, que iria acabar com as especulações de intermediários parasitas e levar assim o peixe mais barato à mesa dos trabalhadores?

Qual é a dona de casa que compra garoupa a preços tabelados de 95\$50 ou pescada a 54\$?

Para a UDP um real saneamento do sector passa por um aumento das capturas, apoiado por uma rede de frio adequada, pelo apoio efectivo às empresas nacionalizadas e pela liquidação dos especuladores de peixe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deixamos aqui algumas perguntas muito concretas que gostaríamos de ver respondidas pelo Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No importante sector da habitação, tal como noutras importantes áreas, o Programa deste Governo reduz-se a uma lista de generalidades não hierarquizadas, sem propriedades nem critérios de actuação.

Para uma equipa governativa que transita do III Governo temos de reconhecer que o seu conhecimento do sector é deveras insuficiente quer no plano do diagnóstico da situação quer ainda, e principalmente, na indicação das medidas a curto e a médio prazos. Por outro lado, o programa mistura inconscientemente algumas medidas de modelo desenvolventista com outras de um imediatismo primário.

Dentro das medidas propostas avulta, pela sua importância, a reorganização do Fundo de Fomento da Habitação, medida necessária e há muito reclamada pelos seus trabalhadores, mas que na perspectiva deste Governo visa e atrofia o aparelho produtivo do Estado no campo da habitação. Assim, a concretizar-se o anunciado corte de verbas ao Fundo de Fomento da Habitação (dos 12 milhões de contos necessários para 5 600 000 contos), diminui-se a intervenção do sector público na produção de habitação social e oferece-se aos especuladores imobiliários um mais vasto campo de actuação, sendo certo que

o aumento do esforço da intervenção estatal neste sector começaria a produzir alguns efeitos a partir do próximo ano.

Não é esta, porém, a intenção do Governo Mota Pinto.

O corte de verbas ao Fundo de Fomento, a concretizar-se, significa, em primeiro lugar, a paralisação da actividade de fomento habitacional durante o ano de 1979, além de lançar para o cesto dos papéis, por inúteis, os projectos que conduziriam ao início de construção de 23 450 novos fogos.

A actividade do Fundo de Fomento ficaria reduzida a pouco mais do que a um apoio aos contratos de desenvolvimento. Mas o que são estes contratos de desenvolvimento?

Em princípio, tratava-se de um programa de habitação apoiado no recurso a um conjunto de benefícios fiscais e financeiros, concedidos às empresas de construção em contrapartida da colocação no mercado de um grande número de habitações a preços mais acessíveis.

Porém, sob a batuta da ANEOP (Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas), algumas das mais poderosas empresas envolvidas nestes contratos começaram a aumentar as suas exigências, de tal forma que bloquearam completamente este programa, frustrando as expectativas de aquisição de casas por preços menos elevados.

Por outro lado, a marginalização a que foram votadas as câmaras e os serviços municipais de habitação no *contrôle* da venda e da distribuição das habitações produzidas no âmbito dos contratos de desenvolvimento, satisfazendo outra das exigências das grandes empresas, permitiu, ainda mais, o agravamento dos preços de venda destas habitações, muito acima do que estabelecia a legislação em vigor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É necessário que o País e o povo português sejam informados sobre as actividades e sobre os processos utilizados por empresas como a Opercal e a Amadeu Gaudêncio.

É necessário e urgente que se defendam os legítimos interesses de centenas de compradores que estão em risco de perder as suas poupanças.

No que se refere às cooperativas e associações de moradores, sabendo que se trata de um largo sector dependente em larga medida do Fundo de Fomento da Habitação, uma redução das verbas orçamentadas para este organismo implicará necessariamente a paralisação da construção de milhares de fogos de sua iniciativa.

Não sabemos quais os meios de apoio a este importante sector, constitucionalmente consagrado, mas sabemos, isso sim, que não são pagas às cooperativas e associações de moradores, desde Agosto, as verbas despendidas nos trabalhos já efectuados.

Como podem as cooperativas e associações de moradores prosseguir na construção das suas habitações?

Também aqui o Programa deste Governo opta por um silêncio deveras preocupante.

Está ou não está este Governo disposto a assumir os compromissos já firmados, cumprindo os contratos com estas entidades?

Está este Governo disposto a prosseguir as obras de recuperação das zonas degradadas, dos bairros da lata, das ilhas, do Barredo? Como?

Como vê possível o Governo a construção, no mínimo, de 60 000 habitações anuais? Não é verdade que se propõe «diminuir as carências actuais em habitação a um ritmo que permita anular-se no prazo máximo de quinze anos»?

Admitindo que a intervenção do sector público será reduzida e que as previsões para 1979 da construção, pela iniciativa privada, não ultrapassarão os 35 000 fogos e em 1980 os 39 300, sabendo igualmente que cerca de 82,5 % das empresas de construção civil não têm mais de dez trabalhadores e 92,5 % não empregam mais de cinquenta e a própria estrutura dessas empresas é insuficiente quer do ponto de vista produtivo quer financeiro, onde vai o Governo buscar os meios para produzir as 20 000 habitações que faltam?

Pensamos que o Sr. Ministro da Habitação e Urbanismo deve dar explicações muito concretas sobre esta questão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com este Programa e com este Governo os Portugueses vão ter menos casas, não vão ser melhoradas as condições de vida de milhares e milhares de moradores pobres e as casas que vierem a ser construídas só vão ser acessíveis aos ricos — que já têm casa.

Afinal que Governo é este, que Programa é este, que confiança pode merecer ao povo português e aos muitos milhares de moradores pobres que necessitam urgentemente de uma casa digna para criarem os seus filhos?

Por último, gostaríamos de formular ao Governo as seguintes questões, que desejariam ver respondidas muito claramente: qual vai ser o orçamento do Fundo de Fomento da Habitação para o ano de 1979? Qual vai ser o montante do financiamento às cooperativas de habitação e às associações de moradores para 1979? Quais as medidas que este Governo vai tomar para disciplinar e moralizar os contratos de desenvolvimento? Qual o significado e que rigor possui a afirmação do Sr. Primeiro-Ministro na televisão de que o Fundo de Fomento da Habitação acusa um *deficit* de 5 milhões de contos? Entende o Sr. Primeiro-Ministro que um organismo como o Fundo de Fomento da Habitação deve fazer investimentos socialmente úteis ou dedicar-se à especulação imobiliária?

E já que o Sr. Primeiro-Ministro está tão preocupado com o *deficit* orçamental, por que é que não se preocupa com as vultosas despesas efectuadas no âmbito da NATO?

Voltamos, aliás, a repetir a pergunta que fizemos na primeira sessão deste debate e que ainda não foi respondida: quanto vão custar ao povo português os aviões comprados à NATO durante a cimeira recentemente realizada? Não é verdade que, segundo as estatísticas oficiais da NATO, cada português vai contribuir, só no ano de 1978, com 2670\$ para essas despesas?

E já que estamos a falar do sector da habitação, gostaríamos de saber quantas casas seria possível construir com as despesas que vão ser feitas no âmbito da NATO.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira Lima.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Um dos objec-

tivos fundamentais da política económica do Governo parece ser a consolidação do sector empresarial do Estado, pelo que, naturalmente, são preocupantes os *deficits* previstos quer em termos globais, quer no campo dos transportes e das comunicações. Com efeito, segundo o Programa apresentado, prevê-se que os resultados de exploração das empresas públicas deste sector atinjam, em 1978, cerca de 15 milhões de contos de *deficit*, e isto não obstante as actualizações de tarifas efectuadas pelos Governos anteriores, conforme se refere, e a tomada de outras medidas de fundo como o estabelecimento de contratos de saneamento económico-financeiro entre o Estado e as empresas, o que, certamente por lapso, não se refere.

Perante este panorama seria lícito esperar que o Programa agora em apreço avançasse soluções inovadoras capazes de ultrapassarem a crise sectorial, uma vez que se afirma, concretamente na p. 44 do Programa, que «a redução do *deficit* do sector público constitui, neste modo, uma das orientações prioritárias do Governo». Contudo assim não acontece. Do lado da política de preços tudo se resume em afirmar-se que «será dada, todavia, especial atenção à necessidade de dar suporte, na medida do possível, através da concessão de subsídios, aos preços de bens e serviços mais essenciais» — isto no capítulo referente à política económica de curto prazo — não se fazendo a mais pequena referência à política tarifária a prosseguir no capítulo sectorial respectivo.

Mesmo admitindo que as tarifas não continuem a cobrir, na íntegra, os custos de produção, o objectivo do equilíbrio orçamental do sector leva a recuar que seja intenção do Governo aumentar drasticamente os preços dos serviços de transportes e comunicações, como única forma de garantir acréscimos substanciais de receitas.

O caso da CP é flagrante e especialmente preocupante deste, como aliás de outros pontos de vista. Com efeito, cerca de 75% das receitas da empresa provem do sector passageiros e, deste montante, de igual modo aproximadamente três quartos do serviço suburbano, o que, diga-se de passagem, é um caso único na Europa e significa, do nosso ponto de vista, a necessidade de um maior intervencionismo na política de transportes terrestres.

Nestes termos só é possível «fazer dinheiro» — se a expressão me é permitida — na CP aumentando muito acentuadamente o tarifário suburbano, ou seja, atingindo os extractos sociais de menores rendimentos. É por isso que todos aqueles que moram na Amadora ou Queluz, na Azambuja ou Vila Franca, na Póvoa ou Vila do Conde, e que diariamente são obrigados a utilizar o comboio nas suas deslocações casa-trabalho, têm o direito de ser objectivamente informados acerca dessa questão: compromete-se ou não o Governo a que os acréscimos de tarifas dos transportes urbanos e suburbanos sejam inferiores ou iguais aos aumentos reais dos salários previstos no contexto da contratação colectiva? Esta é uma questão concreta para a qual o PS espera uma resposta concreta.

Admitindo, portanto, que o acréscimo de receitas por via tarifária tem limites impostos pela política social e por outros condicionantes, o equilíbrio orçamental ou, mais precisamente, a redução

dos *deficits* que o Governo se propõe atingir como objectivo prioritário, deverá, decerto, ser garantido pelo lado da contracção das despesas de exploração e dos encargos financeiros. E também neste domínio o Programa do Governo não é muito inovador. Com efeito, não resulta claro de nenhum dos seus passos como será possível, na prática e não apenas nas intenções, contrair os encargos com pessoal, energia, equipamentos, etc.

Sabe-se que o sistema de transportes é susceptível de grandes acréscimos de produtividade; mas sabe-se igualmente que não é realista esperar que se façam sentir, a curto prazo, de modo a influenciar os resultados de exploração das empresas no período de tempo que o Governo se propõe governar, nomeadamente se este pretender praticar uma política de manutenção dos actuais postos de trabalho.

Mas pretenderá? A importância deste assunto leva a que o Partido Socialista solicite que, tal como sobre o problema das tarifas, as respostas sejam concretas e objectivas.

Será, finalmente, por via da redução dos encargos financeiros e de uma melhor clarificação do conceito de indemnizações compensatórias das obrigações de serviço público que o Governo tem a intenção de actuar no sentido da redução dos *deficits*? Não se nega que talvez assim seja, mas haverá que admitir que estes problemas estão omissos no Programa, o que não permite à Assembleia da República formar uma opinião fundamentada acerca da política que se pretende praticar.

Assim, e no que se refere às indemnizações compensatórias, qual é a posição do Governo? Desde já se avança, para evitar eventuais mal entendidos, que o PS pensa ser este um campo onde é fundamental clarificar posições, pois as empresas encaixam hoje custos que, na verdade, deveriam constituir encargos do Estado com as naturais consequências negativas nos seus resultados de exploração. É pertinente, pois, pedir ao Governo que informe a Assembleia da República se é sua intenção rever os critérios que levam ao cálculo dos valores das indemnizações compensatórias, e em que prazos.

Abordando agora o problema dos encargos financeiros e partindo da hipótese que não existe a intenção de reduzir, de uma forma generalizada, as taxas de juro, a questão que se levanta é a seguinte: quais são as inovações que, nesta matéria, o IV Governo pretende adoptar no sentido de reduzir os *deficits* de exploração das empresas?

Os socialistas, quando foram responsáveis pelo Governo, utilizaram os chamados acordos de saneamento económico-financeiro realizados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 353-C/77 — para além, é óbvio, da prática de uma política de aumento de capital estatutário inerente à própria existência de empresas de propriedade pública — como instrumento preferencial de consolidação do sector público dos transportes. Foi assim que, no decurso do II Governo Constitucional, foram assinados os acordos com a RN e a Carris; e se o II Governo não tivesse caído teriam sido assinados até ao fim de 1978 os acordos com a TAP, Transtejo e Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP). Os instrumentos legais aplicáveis neste domínio seriam ainda utilizados no que respeita à CP e à marinha mercante em 1979.

O que pretende fazer o IV Governo nesta matéria? É sua intenção continuar a aplicar o Decreto-Lei n.º 353-C/77 e não pôr em causa os contratos já assinados? Ou, pelo contrário, admite alterações substanciais? Eis alguns pontos que a discussão do Programa poderia e deveria esclarecer. É que não basta diagnosticar uma situação — e sobre esta todos estamos mais ou menos de acordo —, mas é fundamental avançar soluções.

Os *deficits* das empresas de transportes, como se referiu, são dificilmente redutíveis, actuando do lado das receitas, pois que, por um lado, é impossível praticar aumentos médios de tarifas superiores aos acréscimos salariais reais, e é utópico acreditar, por outro lado, que a procura se oriente, a curto prazo, de uma forma substancialmente diferente da actual no caso das mercadorias. A contracção de despesas, apesar de todos os ganhos de produtividade possíveis, é de igual modo difícil num contexto inflacionista em que os custos dos factores de produção aumentarão.

O apoio directo do Estado, quer seja por via de dotações para fins de aumento de capital social, quer seja pela eventual alteração do já referido Decreto-Lei n.º 353-C/77 no sentido, por exemplo, de uma maior bonificação das taxas de juro, estará sempre condicionado pelo espectro do acréscimo do *deficit* do Orçamento Geral do Estado (OGE). Dentro do arsenal de medidas possíveis, o IV Governo poderá ainda optar pela aplicação da legislação referente à declaração de empresas em crise, seja limitando o nível salarial decorrente da contratação colectiva, seja reduzindo o número de postos de trabalho. Trata-se, porém, de soluções de exceção — pelo menos do nosso ponto de vista —, a adoptar apenas quando se tiver feito a pública demonstração da inviabilidade de outras alternativas.

Far-se-á daquilo que deverá ser a exceção a regra? Seria bom que o Governo esclarecesse este ponto, pois é evidente o interesse com que milhares e milhares de trabalhadores aguardam o seu esclarecimento.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não existem, pois, inovações no Programa do Governo, o que é uma forma de afirmar que a política dos I e II Governos Constitucionais estavam correctos. Não se devem esperar, portanto, resultados espectaculares da política deste Governo, pois eles são manifestamente impossíveis. Tudo se resume, afinal, em esclarecer três pontos fundamentais: primeiro, qual vai ser a evolução da relação tarifas médias/salários reais?; segundo, está o Governo na intenção de manter os actuais postos de trabalho e o nível salarial decorrente da contratação colectiva?; terceiro, tem o Governo a intenção e a possibilidade de orientar, para o sector dos transportes, uma percentagem mais relevante do Orçamento Geral do Estado (OGE)?

Quanto às duas primeiras questões, tem o Governo a obrigação de as esclarecer desde já; quanto à terceira, a sua discussão é mais oportuna no momento em que a Assembleia da República discutir o Orçamento para 1979 — isto, evidentemente, no caso de o IV Governo não vir rejeitado o seu Programa agora em discussão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fiz incidir a minha intervenção em problemas que têm a ver com a consolidação do sector empresarial do Estado e penso que ninguém deve ficar espantado com o facto de os socialistas se preocuparem com este ponto.

Contudo, não gostaria que ficasse a ideia de que apenas sobre esse ponto somos críticos em relação ao Programa do Governo. Há mais uma série de questões, que, aliás, a característica extremamente sintética do Programa ajuda a pôr, que mereciam ser esclarecidas.

Permito-me, por razões de tempo, pôr apenas ao Governo mais três questões muito concretas.

No domínio da marinha mercante pensa o Governo — que a esse propósito apenas refere que vai reestruturar e coordenar as empresas — caminhar no sentido da concentração da CNN e da CTM? Ou, pelo contrário, pensa o Governo opor-se à política praticada pelo II Governo Constitucional, caminhando no sentido da existência de duas empresas públicas concorrentiais entre si?

Outro ponto que, confesso, fiquei espantado de não ver mais desenvolvido neste Programa refere-se ao problema da SATA. Diz o Programa que o Governo se preocupará com a caracterização do estatuto jurídico.

Ora, o problema real que se põe não é esse, Srs. Deputados, mas, sim, o seguinte: deverá continuar a SATA a ser uma empresa regional de serviço interilhas? Ou, pelo contrário, pensa o Governo que a SATA deverá ser uma concorrente da TAP?

O Sr. João Lima (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por exemplo, no mercado do Atlântico Norte, pensa o Governo abrir o caminho à concorrência entre empresas públicas? Isto é, pensa o Governo, por exemplo, no âmbito da política aérea dos Açores — sobre a qual, faço notar, não há uma única palavra neste Programa —, abrir uma linha Ponta Delgada-Canadá e dá-la à SATA?

Estes são problemas reais que nada têm a ver com estudos em curso que existem, pois que, do nosso ponto de vista, são, ao fim e ao cabo, puras opções políticas.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — O Sr. Deputado é um inimigo da regionalização!

O Orador: — Sr. Deputado Sérvulo Correia, está enganado! O Sr. Deputado não conhece bem os meus pensamentos sobre esse domínio, mas terei muito gosto de, aqui ou em outras circunstâncias, tratar o assunto consigo.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Óptimo!

O Orador: — Quanto às infra-estruturas aeroportuárias, vou já demonstrar ao Sr. Deputado as minhas preocupações pela regionalização e, em especial, pelas regiões autónomas. Reparou certamente que o Programa do Governo fala nas infra-estruturas aeroportuárias de Lisboa, Porto e Faro. Curiosamente, aquela que é mais discutida, aquela que põe mais problemas, aquela sobre que o Gover-

no deveria, evidentemente, vir apresentar os seus pontos de vista — o Funchal —, sobre essa nem uma palavra.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

O Orador: — E os problemas das infra-estruturas aeroportuárias, onde estão envolvidas soluções cujos custos ultrapassam os 10 milhões de contos, devem ser discutidos na Assembleia da República e não com manifestações de massa no Funchal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A escassez de tempo do Partido Socialista não permite que continue a interrogar o Governo. Fica-nos a certeza, porém, de que nesta matéria as dúvidas são muitas e estaremos atentos ao prosseguimento, isto é, se, como disse há pouco, o Governo passar, iremos ver se as coisas se processarão neste domínio.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Ferreira Júnior.

O Sr. José Ferreira Júnior (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: É acerca do capítulo da saúde do Programa do Governo que vou falar.

E começarei relendo exactamente as palavras iniciais que numa intervenção aqui pronunciei em Abril de 1977:

A solução dos problemas da saúde constitui hoje em qualquer país do Mundo uma das maiores preocupações, um dos grandes objectivos sociais e, por via disso, uma questão política de primeira importância. Compreende-se que assim seja, por um lado, por ser a saúde a base da felicidade e bem-estar da pessoa humana e, por outro lado, porque, estando as possibilidades de a promover ou recuperar ao maior ou menor alcance dos cidadãos consoante a imaginação e a capacidade que os respectivos governantes revelarem na utilização racional dos largos meios e conhecimentos que a técnica e a ciência põem já à disposição de toda a humanidade, põe-se aí à prova a competência daqueles.

Sucede, porém, que nesta fase histórica da vida portuguesa a este tipo de preocupações relacionadas com a saúde, e que são semelhantes às de todos os países, se nos juntam outras de índole eminentemente política.

Sabe-se quanto, antes do 25 de Abril, a insuficiência, a desorganização e a descoordenação da máquina assistencial, a feição burocrática e desumana da medicina praticada na generalidade dos nossos serviços estatais e os abusos ou especulações em muitos sectores privados eram motivo de justo descontentamento e contestação por parte da generalidade das populações.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador:

Sabe-se ainda quanto, depois do 25 de Abril, o clima de propaganda demagógica, despejada irresponsavelmente sobre o povo português, criou em largas camadas deste a perspectiva de que as misérias e as injustiças no campo da saúde também podiam e iriam ser resolvidas num ápice. Sabe-se, por fim, quanto as questões da assistência médica, sendo das que mais tocam a sensibilidade das pessoas, por jogarem quantas vezes com a sua própria sobrevivência, são ao mesmo tempo das que mais prontamente são apercebidas por toda a gente: pois, sabendo-se tudo isso, não é difícil calcular quanto a evolução, a estagnação ou o agravamento dos problemas da saúde constituem, para além do mais, um importante teste pelo qual os Portugueses vão julgando, no dia-a-dia, não só da competência dos sucessivos Governos, mas da própria eficiência do processo democrático em que quase todos estamos empenhados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador:

Portanto, os problemas da saúde em Portugal e, nomeadamente, a questão do Serviço Nacional de Saúde não podem continuar a ser visitos na escala de prioridades nacionais num plano secundário, como em nosso entender o têm sido.

Disse ainda, nessa mesma intervenção, que, «ultrapassado, entretanto, esse período conturbado e traumatizante da Revolução, restabelecida mais ou menos a autoridade democrática, era de esperar que boa parte da atenção do Governo Constitucional (direi agora, dos Governos Constitucionais) se pudesse concentrar, desde logo, no sector da saúde, para dar soluções urgentes às carências pontuais mais irritantes que o fascismo nos deixara. Tal não sucedeu, e julgamos que por vezes não tanto por carências de meios materiais, mas por razões ligadas à falta de imaginação, de capacidade e de correcta colocação dos problemas na hierarquia das necessidades nacionais e, ainda, por não se saber ou querer resistir, também neste sector, a certas pressões e influências ideológicas e psicológicas exercidas no passado e continuadas no presente pelas forças de obediência ao PCP».

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — «Paralelamente à resolução dessas carências mais prementes, era de esperar que se elaborassem planos e se começasse a aplicar medidas de fundo, tendentes a pôr em execução uma nova política de saúde inspirada nos ideais humanistas da democracia. Todavia, o tempo foi e vai-se passando e não só isso não sucedeu como ainda o povo português tem vindo a assistir em vários serviços assistenciais à deterioração e agravamento das principais deficiências e distorções que eram apontadas durante o regime de antes do 25 de Abril.»

É verdade que no II Governo Constitucional, o Ministro responsável pelos Assuntos Sociais pare-

ceu, finalmente, ser quem se apercebeu da importância fundamental que têm os problemas da saúde em Portugal.

E quer isso tenha acontecido por ter sentido com verdade (no que eu acredito) o que representa para os Portugueses a angústia de uma assistência médico-hospitalar desumanizada e incapaz de responder com prontidão e eficiência ao que dela justamente solicitam os utentes, quer o tenha sido por ele e o seu partido terem descoberto o que, simultaneamente, poderia representar de dividendos políticos a introdução de substâncias melhoria nos cuidados médicos que se prestam às populações (o que, a ser verdade, não deixaria de ser razoável e legítimo), quer fosse, pois, por uma coisa, quer por outra, faz-lhe a justiça de ao menos ter tido o mérito de trazer para o primeiro plano das preocupações governamentais (e não só) o problema da assistência médica e hospitalar.

Pena é que o tivesse feito de forma tão precipitada e incorrecta como o fez.

Primeiro, pelo tipo de linguagem revolucionária e de afirmações que passou a proferir e que, se teve o mérito de entusiasmar os políticos mais de esquerda, teve, por outro lado, o condão de pôr imediatamente contra si um sector muito numeroso e importante dos médicos portugueses, o que só demonstrou, desde logo, desconhecer, ou esquecer, que não é possível, num país democrático, pôr a funcionar qualquer Serviço Nacional de Saúde (SNS), com eficácia, sem o apoio e a boa vontade, ou pelo menos a não hostilização, daqueles profissionais que constituem sempre o seu suporte essencial, a sua coluna vertebral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Depois, porque acabou por apresentar ao País um projecto de bases de SNS bastante vago e impreciso em si, mas, pelo enquadramento em que foi feito, suficiente para se saber que a partir dele se pretendia, afinal, um sistema de prestação de cuidados médicos cujo funcionamento em nada de essencial diferia daquele que actualmente se pratica, ou já praticou, nos Serviços Médico-Sociais das Caixas de Previdência, que é unanimemente reprobado pelos seus utentes, que são a maioria dos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, o projecto que o Ministério dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional apresentou ao País, e que em breve vai ser apreciado nesta Assembleia da República, por detrás de uma roupagem feita de palavras cheias de progressismo, de promessas e de esperanças, só enganadoras para os que ainda não se aperceberam do seu conteúdo real, mais não é do que um projecto que conserva, no essencial, a política de saúde adoptada pelo regime autocrático de antes do 25 de Abril, um projecto, pois, sem imaginação, porque, quando mesmo procura introduzir parte de uma experiência de SNS estrangeiro, onde as realidades são aliás muito diferentes, está apenas a repetir o que já foi experi-

mentado nos Serviços Médico-Sociais (SMS) nos primeiros tempos do seu aparecimento e que se revelou negativo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ele, portanto, não melhoraria substancialmente o tipo de medicina despersonalizada e altamente dispendiosa que hoje, passados quatro anos e meio da data do derrube do regime ditatorial do Estado Novo, continua a ser a que é oferecida à grande maioria da população portuguesa, nomeadamente às classes sociais mais desfavorecidas, através dos péssimos serviços das caixas de previdência.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O projecto Arnaut não melhoraria grande coisa a falta de estímulo que os médicos nesses serviços têm para verem com cuidado, sem pressas, com humanidade e com carinho os doentes, que, pelo carácter psíquico ou pelo componente psíquico que têm cada vez mais as queixas e os sofrimentos que os afligem, «ao procurarem o médico, cada vez mais procuram um homem solidário, um confidente», como o disse recentemente o médico e escritor Fernando Namora.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em nada de substancial se alteraria a tendência que empurra o médico para fugir da responsabilidade e do sacrifício de observar bem e tratar o doente, despachando-o, quer dando-lhe ou oferecendo-lhe baixas por tudo e por nada, quer enviando-o para os especialistas ou para o hospital, quer receitando-lhe montes de remédios, muitas vezes os mais caros ou os últimos que a propaganda dos laboratórios lhe insinuou, remédios que com frequência os doentes não tomam ou deixam a meio, quer mandando-lhes fazer radiografias e análises desnecessárias («somos o país mais radiografado e analisado da Europa») ou evitáveis se estivesse interessado em fazer ao doente um exame clínico cuidadoso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com o projecto apresentado pelo Sr. Deputado Arnaut não creio que se modificasse substancialmente a média de baixas por beneficiários das caixas, que, segundo a informação que, por requerimento, me foi fornecida há cerca de um ano pelo Ministério dos Assuntos Sociais, foi em 1975 de cinquenta e três dias por ano (cerca do dobro do que acontece nos países democráticos da Europa) e por isso se subsidiam cerca de 50 milhões de dias de baixas por ano! É que, se em parte essa facilidade em adquirir baixas depende de certas leis de trabalho e do espírito de muitos trabalhadores menos conscientes das suas obrigações, depende também, e bastante, das condições e do espírito em que os médicos dos Serviços Médico-Sociais trabalham.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com esse projecto do Serviço Nacional de Saúde (SNS) não deixariam de se continuar a despesar verbas muito altas com medica-

mentos, que já em 1976 custaram às caixas cerca de quatro vezes mais do que a verba referente aos salários pagos aos médicos desses Serviços.

Não melhoraria porque continuaria a verificar-se a disparidade de os Serviços Médico-Sociais (SMS) pagarem ao médico cerca de 20\$ por consulta, mas, no fim de tudo, a mesma consulta ficar a esses Serviços em cerca de 750\$.

Gostaria que nestas minhas críticas se entendesse que o meu sincero desejo e a minha preocupação é de que, no campo da assistência médica, não se começasse agora, como se fez em 1974 e 1975, no período áureo da utopia e da demagogia revolucionária, a prometer aos Portugueses coisas ilusórias, para que depois não venha a deceção e com ela se agrave o scepticismo em relação aos democratas e à democracia.

Aplausos do PSD.

Quando nesta Assembleia, em breve, viermos a discutir o projecto do SNS, apresentado, entre outros, pelo Deputado Arnaut, não terei dificuldade em demonstrar a verdade do que acabo de dizer, e espero mesmo que o próprio autor do projecto, em cuja sinceridade e boas intenções, como disse, acredito, modificará boa parte das suas ideias erradas e ilusórias, nomeadamente aquela que tem de que SNS de acordo com a Constituição só há um, o seu, e mais nenhum!

Risos do PSD.

Nessa mesma oportunidade teremos ocasião de igualmente mostrar como a alternativa que o PSD tem para um SNS consegue conjugar com equilíbrio e eficiência a necessidade de rapidamente estender a todas as populações do território português os cuidados de assistência médica e de garantir que os mesmos sejam de qualidade.

O nosso projecto, para além disso, garante maior economicidade e assegurará a todos os médicos um lugar nos quadros ou carreiras que já existem nos hospitais e na saúde pública e no que terá de ser criado para o sector ambulatório, sem que o médico seja aí transformado num funcionário burocratizado, oferecendo-lhe compensações consoante a quantidade e a qualidade do trabalho despendido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Programa do Governo sobre saúde está incompleto, pois limita-se a reconhecer as condições deficientes em que continuam a ser prestados os cuidados de saúde à população, a indicar os grandes objectivos para que se orientará e finalmente a referir as áreas onde pretende estudar e introduzir medidas de correcção ou de inovação, o que, reconheço, faz com uma visão e uma ordem aceitáveis. Tem ainda o mérito de prever, finalmente, a criação do perfil dos profissionais da saúde.

Falta-lhe, porém, enunciar os princípios políticos fundamentais em que vai assentar a sua acção neste sector.

Dai, dessa indefinição, a razão por que não houve, nem julgo que possa haver, críticas ou objecções muito importantes da parte dos Deputados de todos os quadrantes deste hemiciclo.

É que, existindo três concepções ideológicas sobre política de saúde, seria necessário que no Programa do Governo não ficassem dúvidas sobre a sua opção.

Sabe-se, na verdade, que há uma concepção liberal, que rejeita, por princípio, a intervenção do Estado nos mecanismos prestadores de cuidados médico-hospitalares, deixando que tudo se venha a regular com base na lei da oferta e da procura, tese, aliás, que na Europa actual parece já nem ter defensores.

A outra concepção oposta a esta é de índole estatizante. O Estado deve chamar a si a exclusiva competência e responsabilidade para dispor e gerir todos os meios humanos (médicos, enfermeiros, etc.) e materiais (hospitais, laboratórios clínicos, etc.) existentes e capazes de prestar cuidados médicos.

Entretanto, e de acordo com a sua filosofia geral, monta esquemas de serviço assistenciais que negam ou restringem aos cidadãos aquilo que para eles é um desejo e necessidade fundamental: a liberdade de poder escolher o seu médico.

Para além disso, os métodos e meios utilizados para prestar os cuidados médicos desrespeitam frequentemente a personalidade e a individualidade do doente.

Finalmente, a terceira concepção política sobre saúde é uma concepção verdadeiramente socializante, humanista, defendida pelos partidos sociais-democratas e é, por isso, a que está expressa no programa do meu partido.

Segundo ela todos os recursos médico-hospitalares terão de estar voltados (e para isso terá de haver um plano) para dar satisfação, em igualdade de condições, às necessidades de assistência de cada um e de todos os cidadãos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — À luz dos princípios que informam a social-democracia, isso, porém, terá de ser orientado e conseguido no respeito pela dignidade da pessoa humana, salvaguardando sempre, ou pelo menos salvaguardando até onde nos for possível em cada momento histórico, as suas naturais aspirações à liberdade, nunca os sacrificando a um hipotético interesse colectivista, antes tentando harmonizar este com aqueles.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Qualquer social-democrata, neste caso particular, considera que as aspirações à liberdade se concretizam no direito à liberdade de escolha do médico pelo doente.

Não reconhecer ou não conceder o pleno direito de o cidadão poder fazer esta escolha é, pois, para a generalidade das pessoas, tão ou mais valioso, insuportável e antidemocrático do que não lhe concederem o direito de livremente escolherem o seu dirigente sindical, o seu presidente de freguesia ou mesmo chefe de Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, um sistema ou uma política de saúde que assenta no desrespeito pela liberdade

de de escolha do médico pelo doente é indubitavelmente uma política autocrática e violadora de uma natural aspiração do homem neste campo social.

Não é, pois, por acaso que tais sistemas de saúde só se vêm verificando em países governados por autoriedades ou ditaduras, como sucede nos países comunistas do Leste europeu e sucedeu nos países fascistas como foi Portugal, a Espanha e a Grécia dos coronéis.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Talvez não deixe de ser oportuno lembrar que já Bernstein, um dos grandes ideólogos da social-democracia, a propósito da limitação ou restrição desta liberdade, escreveu que lhe «parecia completamente contrária aos princípios do socialismo».

A concepção social-democrata sobre um SNS preocupa-se ainda com a qualidade, a eficácia e a rentabilidade dos cuidados médicos a prestar, e, por isso, vê como questão magna o problema da ordenação ou do exercício da profissão de médico, na base do qual assenta o bom ou mau funcionamento de qualquer serviço assistencial.

Nós, sociais-democratas, entendemos (tal como também Bernstein disse) que o médico «não deve ser um funcionário de uma organização fechada em si mesma; está ao serviço da colectividade», «nem a sua função social deve ser rebaixada».

A profissão do médico exige com especial atenção que se lhe ofereçam estímulos morais e materiais e que, particularmente no que diz respeito aos que trabalham no sector ambulatório, nunca seja reduzido a funcionário pago à hora ou ao dia, mas sim em função da qualidade e da quantidade de trabalho que despende.

Nós, sociais-democratas, consideramos ainda, tal como vai sendo preocupação nos países democráticos mais evoluídos, que os caminhos para travar a subida preocupante dos custos com a saúde passam por um trabalho de educação e informação e até de penalização, em certos casos, dos utentes, mas principalmente pela criação do perfil do médico, coisa que tem em vista fazê-lo preocupar-se em bem atender e tratar o doente, mas simultaneamente em fazê-lo com os menores custos possíveis.

Não quero terminar sem deixar aqui um apelo ao Governo, mas em especial ao Sr. Primeiro-Ministro, cuja formação político-ideológica julgo conhecer; para duas coisas de teor diferente.

A primeira é para que não se espere pela criação de um Serviço Nacional de Saúde para se tomarem medidas (que são possíveis sem gastos apreciáveis, pois é mais um problema de organização) que rapidamente terminem com a angústia das populações que vivem fora das grandes cidades, angústia que é a de não terem assegurado nos fins-de-semana, nos dias feriados, durante a noite, a presença de um médico para acudir aos casos de maior aflição e urgência.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O segundo apelo envolve apenas a minha responsabilidade pessoal.

Sr. Primeiro-Ministro: Continue a não se impressionar com as classificações de direitismo ou de reaccionarismo que injusta e estupidamente lhe são dirigidas.

Esforce-se V. Ex.^a por resolver os prementes problemas económicos do País, esforce-se V. Ex.^a por fazer cumprir as leis e readquirir a autoridade do Estado dentro das normas democráticas, esforce-se V. Ex.^a por fazer maior justiça social, que os Portugueses e a História o julgarão e dirão quem melhor serviu, ou pelo menos tentou servir, a democracia e o povo, quem melhor fez uma política que retirou argumentos e possibilidades tanto às forças de direita como da esquerda, não interessadas numa democracia pluripartidária.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Arnaut, creio que para pedir esclarecimentos.

O Sr. António Arnaut (PS): — Sr. Presidente, não é propriamente para pedir esclarecimentos, porque depois da intervenção do meu ilustre colega, cujas palavras de simpatia para a minha pessoa agradecço, fiquei inteiramente esclarecido relativamente à posição do PSD sobre o Serviço Nacional de Saúde.

O Serviço Nacional de Saúde não é o meu serviço, mas sim um projecto que foi assumido colectivamente pelo povo português (*risos do PSD*), e que o grande debate público que se travou mostrou que as forças progressistas, os trabalhadores portugueses e os democratas portugueses se empenham e se vão empenhar inteiramente na sua concretização.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

O Orador: — É um projecto que está acima de qualquer partido.

Aplausos do PS.

E é um projecto que vai aqui servir de teste, Srs. Deputados, pois que vai permitir verificar, concretamente, quais são os partidos que querem um Serviço Nacional de Saúde, nos termos da Constituição, geral, universal e gratuito e que conduza à socialização da medicina e dos sectores médico-medicamentosos. É, pois, um projecto que vai, na prática, permitir verificar qual foi a sinceridade dos partidos que, ao votarem, por unanimidade, o artigo 64.^º da Constituição, podem agora, dois anos depois, inverter completamente o sentido desse voto. E então teremos de perguntar — e o povo português perguntará certamente — qual foi a sinceridade desses partidos que aqui representados unanimemente votaram o artigo 64.^º da Constituição.

Não vou fazer perguntas, visto que, como disse há pouco, fiquei esclarecido ao ouvir a intervenção do Sr. Deputado Ferreira Júnior. Haverá uma intervenção de fundo que será produzida, creio que ainda hoje, por um camarada meu. Também não me propus, desta vez, fazer nenhuma intervenção, pois que terei oportunidade de a fazer dentro de dias quando me for dada a honra, pelo meu partido, de proceder à apresentação do projecto sobre o Serviço Nacional de Saúde.

Fiquei, no entanto, a saber várias coisas: primeiro, que um certo sector da Ordem dos Médicos tem aqui porta-vozes; . . .

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Homessa!

O Orador: — . . . segundo, o Partido Social-Democrata está muito mais à direita deste Governo, que, sendo um Governo conservador, ainda ontem disse, pela voz do Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, que preconiza e apoia um projecto inteiramente adequado e fiel aos princípios constitucionais do artigo 64.º da Constituição.

O Sr. Sérvelo Correia (PSD): — Nós também!

O Orador: — O Partido Social-Democrata não fez nenhuma referência ao artigo 64.º da Constituição. Pelo contrário, insinuou que o seu projecto perfilha o tipo de medicina convencionada, que, aliás, um dos seus representantes no Governo Regional da Madeira pretende ensaiar.

E fiquei ainda a saber que o Partido Social-Democrata vem agora a reboque para apresentar um projecto de Serviço Nacional de Saúde, quando há tanto tempo o podia ter feito, assim como podia, na altura própria, dar o seu contributo, que é um contributo importante e que eu, pessoalmente, reputo indispensável.

Eu penso, e aqui concluo, que o Serviço Nacional de Saúde não pode ser partidizado, embora envolva uma profunda opção política, visto que tem a ver com um projecto social, com a exploração e com a miséria do povo português e com a angústia daqueles que sofrem a doença. E se a classe política fosse, por via de regra, que não é, doente das caixas, se a classe política conhecesse a degradação e a miséria que se passam nas caixas de previdência deste país e se conhecesse o sofrimento e a angústia que se vivem nos hospitais, certamente que já teríamos há muito tempo um Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

Mas a altura chegará, e então veremos quais são os partidos que estão interessados por este projecto, que é um projecto do povo português.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Ferreira Júnior.

O Sr. José Ferreira Júnior (PSD) — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao acabar de ouvir o Sr. Deputado António Arnaut, invade-me uma certa tristeza, a tristeza de ver que há pessoas com responsabilidade e capacidade que ainda não foram capazes de sair da linguagem utópica e demagógica do período que vivemos depois do 25 de Abril.

Aplausos do PSD.

Isso impressiona-me e entristece-me, na medida em que é com pessoas que assim pensam e reagem que se vão fortalecendo as forças saudosistas do passado, aquelas forças que foram vencidas no 25 de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, impressiona-me a informação do Sr. Deputado António Arnaut, porque julguei que estivesse informado — e quase tenho a certeza de que está —, de qual é o meu pensamento e a proposta do meu partido em relação ao Serviço Nacional de Saúde. Aliás, ela foi feita, discutida e aprovada também por elementos responsáveis do Partido Socialista que fazem parte da Ordem dos Médicos. É que não se trata de um projecto apresentado pela Secção Regional da Ordem dos Médicos de Lisboa, mas sim de um projecto que foi apresentado, em grande parte, pela Secção do Centro e do Norte, devo dizer-lhe que com a aprovação unânime de membros responsáveis do Partido Socialista.

Era apenas isto que queria dizer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Laje.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Protesto em relação à apreciação e aos comentários que o Sr. Deputado José Ferreira Júnior fez do estilo e da linguagem do meu camarada António Arnaut.

É espantoso o que se passa nesta Assembleia e o que se passa ao nível do País quanto a um determinado terrorismo que se pretende utilizar e desencadear contra a linguagem de esquerda e contra a linguagem progressista.

Aplausos do PS e do PCP e protestos do PSD.

Com a utilização dessa linguagem, sob o manto diáfano de uma certa elegância de linguagem, sob a capa de vocábulos domesticados, disfarça-se um pensamento reaccionário, disfarça-se uma posição política conservadora recalcitrante relativamente às posições progressistas, às conquistas, aos princípios e aos avanços da revolução portuguesa.

Mas relativamente à linguagem e ao estilo em que se defendem essas conquistas, em que se utiliza a linguagem socialista, a linguagem de esquerda, faz-se imediatamente um violento processo de contestação, dizendo-se até — e o espanto é grande — que essa linguagem só pode servir aqueles que estão contra a democracia e que pretendem inverter o processo político posterior ao 25 de Abril.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Esta linguagem é curiosa, é curioso este estilo.

Quer dizer, neste país já só podemos utilizar a linguagem do PPD, a linguagem do conservadorismo, . . .

O Sr. Martelo de Oliveira (PSD): — Conservador é o senhor!

O Orador: — . . . da contradição e da deambulação verbal. Essa, não a queremos. Utilizamos a nossa linguagem, que é linguagem de esquerda, que é linguagem progressista. Ela tem algum conteúdo utópico, sem dúvida. Mas nós reclamamo-nos do

conteúdo utópico. Reclame-se quem quiser do conteúdo reaccionário.

Aplausos do PS e do PCP e protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota, suponho que para um contraprotesto.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Num curto contraprotesto, quero, em primeiro lugar, lembrar aos mais esquecidos e aos que não conhecem essas coisas quem é o Dr. José Ferreira Júnior, que acaba de falar.

É pena que muitos não o conheçam. É pena que muitos tenham esquecido que, quando era preciso dar a cara, quando ser-se candidato da oposição era correr o risco de se ser preso, quando era preciso falar contra a guerra, quando era preciso correr todos os riscos, o Dr. José Ferreira os assumiu e os tomou.

Aplausos do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Agora é só um médico bem remunerado!

O Orador: — Sr. Deputado Vital Moreira, não lhe dei autorização para me interromper.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mas não me pode tirar o direito de fazer um aparte.

O Orador: — Isso não é um aparte. É, Sr. Deputado, alguma coisa que não lhe fica bem.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Oh, Sr. Deputado!

O Orador: — Quanto à linguagem utilizada pelo Sr. Deputado Carlos Laje, quero pura e simplesmente lamentá-la, porque é imprópria desta Assembleia, porque é a linguagem de quem se julga detentor da verdade e nós sabemos que em democracia ninguém detém a verdade absoluta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Somos os detentores da nossa verdade!

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Laje, um pouco de moderação, um pouco de humildade democrática não lhe teria ficado mal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Laje (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É só para constatar que o PSD, pelos seus porta-vozes, além de pretender dar-nos lições de bom uso da linguagem, também nos pretende dar lições de moral. É espantosa a pretensão!

Vozes do PSD: — Bem precisam!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto da Cruz para uma intervenção.

O Sr. Pinto da Cruz (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Um dos aspectos sectoriais da acção governativa destacado no Programa do Governo diz respeito aos desalojados.

Ainda que o Programa o não diga expressamente, é evidente que por «desalojados» devemos entender os portugueses que a infeliz descolonização que se fez trouxe a Portugal vindos das ex-colónias portuguesas.

Dedica-lhe o Programa apenas dois períodos e até não muito extensos.

Salvo o devido respeito que este Governo nos merece, parece-nos francamente muito pouco para sector tão importante da vida nacional.

Na realidade, temos para nós como certas as seguintes conclusões:

O processo dos desalojados, designadamente a sua integração, está ainda bastante longe de atingir fase tranquila, ou de merecer atenção de segundo plano por parte do Governo da Nação.

A solução das situações decorrentes da descolonização, nos seus múltiplos aspectos, entre os quais devemos encarecer uma cuidada e criteriosa integração dos desalojados, é, para nós, factor influente e decisivo para um Portugal melhor para todos os portugueses.

E dai que, já num primeiro passo, nos mereça sérias reservas uma certa pressa, que nos parece implícita no Programa do Governo, de acabar com os organismos especialmente vocacionados para o tratamento dos problemas dos desalojados, ou sejam, o Alto-Comissariado e o IARN.

É evidente que defendemos que seria desejável que as actuais estruturas de assistência visando a generalidade dos portugueses permitissem resolver também as dificuldades, que ainda são específicas, dos desalojados. Mas, vamos ser realistas, e confessar que, infelizmente, ainda tal não é possível. E nem o será tão cedo. Quanto a nós, o mundo dos desalojados ainda é caracterizado por dificuldades *sui generis* que carecem de terapêutica própria e especializada, insusceptível de ser compreendida por quem não for particularmente sensibilizado para as diagnosticar.

Não será assim, cada vez mais, no futuro. Mas ainda assim será, talvez, nos anos mais próximos. Estamos mesmo convencidos que uma transferência apressada ou intempestiva das actuais tarefas do Alto-Comissariado ou do IARN para outros departamentos não específicos dos desalojados poderia ser acentuadamente desestabilizadora e contraproducente para todos.

Com isto não queremos significar que se não procure reduzir, e desde já, aquelas estruturas, serviços ou quadros, que, naturalmente, vai sendo possível eliminar ou transferir gradualmente.

É bom que tenhamos presente que outros países descolonizadores e com potencialidades, a todos os níveis, muito superiores às nossas (estou a pensar na França e na Bélgica) ainda hoje mantêm certos departamentos ou serviços especialmente destinados a atender as dificuldades dos seus desalojados.

E aceita-se sem esforço que a descolonização que em Portugal se fez a todas as outras descolonizações ultrapassou na dimensão do seu lado negativo.

Atento todo o até agora exposto, desejaria que o Governo me esclarecesse, no interesse do debate em curso, se tem previsto algum prazo mais ou menos certo para a transferência das atribuições do Alto-Comissariado e do IARN para outros organismos. Qual esse prazo? Se não vê antes vantagens em continuar a manter serviços ou departamentos específicos para os desalojados, enquanto o número dos não integrados for significativo.

Recordo aqui, segundo números apresentados em Outubro de 1978 pelo Alto-Comissariado (Informação Periódica n.º 18), ainda existem legalmente alojadas, por conta do Estado, 12 897 pessoas. Se considerarmos os alojados ilegalmente por não estarem abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 225-A/77, que se recusam a abandonar os alojamentos colectivos por continuarem sem meios de sobrevivência, aquele número poderá subir quase para o dobro.

Não parece ao Governo que só esta situação, para além de outras, não aconselhará as medidas que parece se propõe executar a curto prazo?

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Programa do Governo fala em «acções programáticas em curso». Aceitamos a dificuldade da sua especificação, que teria sido francamente deseável. Mas não queremos nós, Srs. Ministros, perder este momento para apontar aquelas que se nos afiguram mais salientes, atenta a oportunidade que a presença de VV. Ex.^{as} tanto valoriza.

Evidentemente que a problemática dos desalojados terá de se inserir no todo nacional. Evidente ainda que o êxito da sua integração está dependente de outros factores favoráveis interessantes a toda a Nação. Daí mesmo que certas carências dos desalojados também o sejam de todos os outros portugueses, ainda que em relação aos desalojados possam, genericamente, atingir aspectos mais dramáticos. Recordo aqui, por exemplo, a necessidade de habitação própria.

Todavia, quero referir, olhando os desalojados, algumas das providências que mais directamente lhes são interessantes. Quase me limitarei à sua enunciação com ligeiros comentários. Muito ficará por dizer.

Quanto à assistência e alojamento:

Parece-me oportuna a revisão e a regulamentação total do controverso Decreto-Lei n.º 209/77. Se se aceitou sem esforço a razão que conduziu à sua promulgação, já me parecem desaconselháveis alguns dos seus comandos após a experiência da sua má aplicação. Para os Srs. Deputados menos familiarizados com as leis para os desalojados, esclareço que a disposição em apreço prevê uma contrapartida financeira para o IARN a prestar pelos desalojados e relativa às despesas que fossem efectuadas com eles. Simplesmente, por razões que desconhecemos, invocando tal disposição, estão a intimar-se pessoas na terceira idade, viúvas pobres e desamparadas, mães solteiras desempregadas a pagarem ao IARN 70 % do montante dos subsídios de velhice ou de desemprego que recebem.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Ocorre-me perguntar como podem essas pessoas viver, restituindo ao Estado 70 % do que recebem em subsídios de sobrevivência?

Tenho para mim como certo, até pela muita consideração que nos merece e pelo espírito de justiça que lhe reconhecemos, que tais medidas não seriam as desejadas pelo coronel Gonçalves Ribeiro, até há pouco Alto-Comissário e hoje Ministro do MAI, aqui presente.

Mas quererá o Governo dizer-nos do seu comportamento futuro relativamente à disposição legal ora em apreço?

Quanto ao crédito para empreendimentos:

Foi, sem dúvida, uma das iniciativas mais válidas na integração de muitos desalojados. E até mesmo a nível nacional já hoje são visíveis, por todo este nosso Portugal, os resultados benéficos dos empreendimentos que desalojados criaram, muitos deles graças a créditos que o Alto-Comissariado lhes concedeu. Por outro lado, foi útil dar ao País a oportunidade de constatar a elevada capacidade de iniciativa, o arrojado espírito empreendedor, e toda a dinâmica produtiva, de que a maioria dos desalojados é portadora.

E digo que foi útil já que poderá ajudar muitos dos portugueses, mal informados, a melhor compreender a razão dos seus irmãos desalojados, vindos, tão tragicamente, das ex-colónias, onde deixavam povos amigos, porque interesses de outros povos os separavam, fugindo a uma guerra que nunca foi sua, que não provocaram e que nunca quiseram.

Ora, como é conhecido, o crédito aos desalojados encontra-se suspenso, pelo menos na prática. Aceitamos que deverão ser revistos os critérios para a concessão de tais créditos. Terão de se evitar os oportunismos frequentes nestas áreas e que até já surgiram.

Pergunto ao Governo qual a sua disposição relativamente à reabertura da concessão de tais créditos, seus limites, e novos critérios:

Sindicâncias ao IARN e apresentação pública de contas:

Consta-nos que está suspensa certa sindicância que foi julgado necessário fazer ao IARN, ou a certas pessoas relacionadas com o IARN. Não nos parece que tenham sido apresentadas contas públicas das enormes verbas despendidas ou postas à disposição do IARN.

A ser assim, pergunto o que responde o Governo quanto às suas intenções neste campo.

Crédito bonificado para a aquisição de habitação própria:

Este não é um problema só dos desalojados. Ele também o é de muitos outros portugueses. Mas a verdade é que as carências maiores se fazem sentir entre os desalojados, como seria natural. Daí o termo considerado esta área sede também própria para perguntar ao Governo o que se lhe oferece sobre tal assunto.

Centros de formação e reciclagem de trabalhadores desalojados:

Só quem conhece bem o tecido social que uma parte dos desalojados representa, formada por aqueles que nunca tinham vindo a Portugal, que aqui não têm família nem contactos humanos, que toda a vida viveram em ambiente diferente, com costumes distintos, poderá compreender a necessidade de

os amparar, ensinando-lhes um mínimo indispensável de regras para poderem sobreviver, favorecendo-lhes novas condições de trabalho, tornando-os úteis a eles próprios e aos outros também.

Será o Governo desta opinião? Tem alguma intenção neste sentido?

A nacionalidade e os desalojados:

A nosso ver, e não temos sido avaros em dizer-lo, há que rever as leis da nacionalidade portuguesa ora vigentes, designadamente o controverso Decreto-Lei n.º 308-A/75. Para nós, CDS, partido democrata-cristão, tal nos é imposto pelo respeito pela História de Portugal e até por consciência nacional.

A lei citada privou da nacionalidade portuguesa os naturais das ex-colónias sem ascendência europeia, apesar da opção pela cidadania originária.

Pergunto ao Governo se julga oportuna qualquer iniciativa sua tendente a modificar a lei citada.

Desalojados e refugiados:

Muitos desalojados são também, e mais verdadeiramente, refugiados políticos. Porque assim é, ocorre-me perguntar ao Governo se é sua intenção impulsionar a existência de um actualizado estatuto do refugiado e exilado político.

Indemnização aos desalojados pelos direitos perdidos nas ex-colónias, designadamente pelos bens nacionalizados ou confiscados pelos Governos desses novos países:

Muito de propósito, e com o sentido de lhe dar melhor relevo, quis tratar este assunto no final desta minha intervenção. Considero que a indemnização aos desalojados deverá constituir ponto de honra para o Estado Português, como o foi também para todos os outros países descolonizadores. Alás, será desnecessário empolar a influência que tais indemnizações terão em toda a economia nacional, mesmo para além da importante achega que representará na mais fácil integração dos próprios desalojados.

Estas indemnizações são um direito dos desalojados, a que corresponde obrigação jurídica de igual força, por parte do Estado Português, e dos Estados descolonizados, designadamente Angola e Moçambique, nos precisos termos do artigo 24.º, alínea f), do Acordo do Alvor, celebrado em 15 de Janeiro de 1975, e ponto 5, alínea c), do Acordo de Lusaka, de 7 de Setembro de 1974.

É ainda um princípio internacionalmente reconhecido, como se alcança de várias disposições, designadamente do artigo 17.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Quando se concedem direitos, dão-se também aos seus titulares, ou a quem legitimamente os representa, os meios necessários à sua efectivação. Cabe ao Estado Português honrar a obrigação que assumiu, e, em representação dos desalojados portugueses, dinamizar todo um processo, mesmo à escala internacional, tendente à concretização desta elementar justiça.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É incompreensível e desanimadora a inércia e o silêncio que o Estado Português tem mantido neste sector.

Parece oportuno recordar que indemnizações deste tipo sempre mereceram a melhor atenção dos países descolonizadores.

Estou a lembrar-me, designadamente, da França, no caso da Argélia, da Bélgica, em relação ao Zaire, e do mais significativo de todos eles: da Holanda, em relação à Indonésia. Mas com mais importância é o que, mesmo em cima do acontecimento, se está agora a passar relativamente às ofertas internacionais para uma indemnização aos rodesianos que desde já desejem abandonar a Rodésia, ali deixando os seus bens. Do caso também já se preocupou o Parlamento inglês. E segundo recentemente li em imprensa estrangeira, já estaria formado, por contribuição dos Estados Unidos, da Inglaterra e de outras nações ocidentais, um fundo de compensação de 2 biliões de dólares para tais indemnizações.

Estou ainda informado de que o Governo da Alemanha Federal, para além de ter garantido uma reforma, uma casa mobilada, prioridade nos empregos públicos a todos os alemães que, em Angola, deixaram os seus bens, está tratando de estudar, com o Governo de Angola, uma indemnização pelos bens nacionalizados.

Recordo que os alemães eram a colónia estrangeira mais significativa em Angola.

E parece-me legítimo perguntar: e para os refugiados portugueses?

Quem os indemniza de todos os bens que perderam?

Aceito as grandes dificuldades que os governos portugueses devem sentir em toda esta matéria. Mas o que não comprehendo, nem o aceitam muitas centenas de milhares de desalojados, é o silêncio que se faz nesta área.

Um país democrático como o nosso, em que se preconiza uma abertura ao povo dos grandes problemas de interesse nacional, e certamente ninguém negará tal qualidade ao caso vertente, porque razão os governos não esclarecem o País com o necessário desenvolvimento das situações concretas que constituem o difícil contencioso existente entre Portugal e as ex-colónias?

Parece-me desnecessário realçar o muito interesse que nisso teria a esmagadora maioria dos portugueses, mas principalmente os desalojados, para quem tal esclarecimento parece constituir um direito.

É menos que insuficiente o preceituado no controvertido artigo 40.º da Lei das Indemnizações. Além disso, é inútil. Nem como simples intenção se pode aceitar.

Também aqui, e para finalizar, pergunto ao Governo: que intenções reserva relativamente ao complexo contencioso das indemnizações aos desalojados pelos bens perdidos nas ex-colónias? Designadamente se pensa, para além de contactos directos com as outras partes que julgue interessadas, sensibilizar, se necessário, o auxílio internacional para a concretização desta causa que é justa. Por outro lado ainda se pensa informar o País do que se for passando nesse difícil contencioso.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Espero que a Câmara comprehenda toda a razão do tempo que acabo de tomar.

As centenas de milhares de desalojados, e muitos deles carecidos de tudo e de todos, certamente o compreenderão.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna (Gonçalves Ribeiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como a minha intervenção não estava prevista, vou ser extremamente breve, porque todo o tempo que eu tome será tempo que irei tirar a intervenções já programadas.

Contudo, e relativamente à intervenção do Sr. Deputado Pinto da Cruz, intervenção que demonstra bem a sensibilidade e o conhecimento que tem do problema dos desalojados, como desalojado que também é, eu gostaria de, em não mais que cinco minutos — e para isso terei de ser sincopado —, procurar dar alguns esclarecimentos em relação a este problema.

Os desalojados são 460 000, nos termos do conceito de desalojado expresso por esta Assembleia na Lei n.º 73/77, de Setembro, e através do recenseamento iniciado em Novembro de 1976 e que ainda decorre.

Quanto à população jovem, o agregado médio é de quatro pessoas, donde existem cerca de 120 000 agregados familiares.

As linhas programáticas foram fixadas numa resolução do I Governo Constitucional, aliás já na definição de prioridades que haviam sido estabelecidas na vigência do VI Governo Provisório. Essas linhas programáticas visavam fundamentalmente ir ao encontro das carências fundamentais dos desalojados.

Das acções que entretanto foram implementadas saliente as seguintes: no âmbito da acção social, isto é, pequenos subsídios não reembolsáveis para efeitos de subsistência, 400 000 contos em 1976, 200 000 em 1977 e 40 000 em 1978, o que faz cerca de 650 000 contos; quanto à segurança social, houve que fazer uma abordagem específica para os desalojados, já que qualquer cidadão residente carenciado precisa de ter um passado contributivo para ser contemplado pelas prestações da segurança social. Para os desalojados foi dispensado o passado contributivo e a essas prestações da segurança social que, como todos sabemos, correspondem ao subsídio de desemprego, pensões de velhice e de invalidez, pensões complementares, assistência médica e medicamentosa e abono de família, correspondeu um número médio de 110 000 subsídios no ano de 1976 e de 50 000 no 2.º trimestre deste ano. Em escudos corresponde a cerca de 11 200 000 contos desde o ano de 1976 até Junho de 1979.

O problema de habitação preocupa-nos a todos, preocupa de uma forma especial os desalojados, pelo que foi feito um esforço intensivo mediante a criação de programas diversificados, como o programa CAR-FFH, um programa de crédito para habitação própria, atribuição de caravanas estáticas, programas regionais e auxílio externo.

Os resultados actuais são: 3000 atribuídas e habitadas, 10 000 casas em construção, 21 caravanas entregues e 22 prontas para serem entregues.

O programa de alojamentos implicava uma despesa desmesurada e incompatível, com a agravante — e friso este ponto — de nunca terem estado em alojamentos por conta do Estado mais do que 15% da totalidade da população desalojada.

Concretamente, em fins de 1976 havia 75 000 desalojados alojados por conta do Estado em cerca de 1500 alojamentos cobrindo todo o território nacional, com excepção dos Açores, desde hotéis de cinco estrelas até casas particulares. Era uma situação incompatível, até porque as verbas aqui utilizadas não podiam ser utilizadas de forma diversa, abrangendo a esmagadora maioria dos desalojados que queria e podia trabalhar porque dispõe de factores extremamente positivos, como sejam a imaginação criadora, a capacidade de querer e poder trabalhar e ainda um espírito de iniciativa muito especial.

As despesas com este programa de alojamentos são as seguintes: 7 200 000 contos em 1976, 5 milhões de contos em 1977, 1 500 000 contos em 1978, prevêem-se 700 000 contos para 1979, o que dá 14 500 000 contos no total. Isto para 75 000 pessoas em 1976 e 12 500 pessoas neste momento, como foi referido pelo Sr. Deputado Pinto da Cruz.

Entretanto, e porque a esmagadora maioria dos desalojados queria e podia trabalhar, arrancou-se com um programa de crédito para postos de trabalho, cujos dados de 5 de Dezembro do corrente ano são os seguintes: 11 500 000 contos investidos, dos quais 6700 contos vindos de dinheiros públicos e 4 700 000 contos da banca, 7400 projectos económicos em curso, que criam condições para 54 000 postos de trabalho, dos quais 289 são distribuídos pelo Porto, sendo os restantes distribuídos pelos 304 concelhos do continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, incidindo sobre os seguintes sectores da actividade económica: 30% do financiamento total, ou seja 11 500 000 contos, no sector primário (agro-pequária e pescas), 42% nas indústrias transformadoras, 9% no turismo e comércio e 8% em empreendimentos diversos de tipo oficina. Estes os sectores da actividade económica mais significativos de uma carteira de projectos já consolidada que atinge os 20 milhões de contos, com a qual se consolida de vez o programa dos termos das linhas programáticas estabelecidas para o efeito.

Como já estou a ultrapassar os cinco minutos, vou só dar mais dois esclarecimentos concretos.

O que sucede é que quando assumi as funções de Alto Comissário para os Desalojados em fins de 1976, desenvolviam-se dezassete acções específicas para os desalojados. Neste momento há três.

Em fins de 1975, havia 3500 funcionários no conjunto das estruturas. Neste momento há cerca de 1000.

Isto significa, portanto, que há um esvaziamento simultâneo de conteúdo e de estruturas, a justificar que, quando for oportuno, este organismo se esvazie por completo e o remanescente das acções seja transferido para organismos competentes do Estado. Não quer dizer que seja amanhã, no 1.º ou no último trimestre de 1979, mas quando for oportuno. E tudo caminha para lá, já que o Comissariado é um organismo de missão, e não um organismo estrutural clássico.

Quanto ao problema das fraudes, isso era uma selva.

Onde é que as fraudes fundamentalmente existiam? No domínio dos alojamentos — 75 000 pessoas alojadas em 1500 alojamentos espalhados por todo o País —, no prático descontrole dessas situações e também nas prestações de segurança social, porque

estas prestações eram pagas a 110 000 pessoas através de um organismo, o IARN, com sede em Lisboa, sem implantação territorial.

Portanto, como é que o problema se podia atacar em termos de eficácia? Era minimizando a monstruosidade destas acções e, simultaneamente, desenvolvendo uma acção inspectiva eficaz. Os juristas sabem melhor do que eu que uma sindicância só se justifica se não houver um departamento de inspecção eficaz que dê respostas. Foi o que aconteceu criando-se uma inspecção no comissariado para atacar as fraudes, dispensando-se a sindicância.

Entretanto, gostaria de dizer a este respeito que foram elaborados 1200 processos, o que corresponde, de Janeiro de 1977 até agora, a uma média de dois processos por dia, se não estou errado.

Uma outra coisa que gostaria de dizer é que o problema da lei da nacionalidade e o estatuto do refugiado constam do Programa do Governo como fontes a serem tratadas.

Relativamente ao problema das indemnizações, é um problema complexo e delicado. Naturalmente que, se a abordagem ao problema de início se fizesse pela definição das indemnizações, como é um problema moroso e complexo, não haveria respostas adequadas para as carências mais profundas dos desalojados. Mas eu entendo que as acções que entretanto foram desenvolvidas no sentido de minimizar ou atenuar o problema humano, histórico e nacional dos desalojados corresponde de certa forma a uma indemnização, até porque actualmente foram aplicados 51 milhões de contos, dos quais 26 milhões não reembolsáveis e 25 milhões reembolsáveis.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Finalmente o Governo responde.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Claramente!

O Sr. Presidente: — Como faltam cinco minutos para a suspensão dos nossos trabalhos, interrompemos aqui a sessão até às 15 horas.

Eram 12 horas e 55 minutos.

No recomeço da sessão assumiu a presidência o Sr. Vice-presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Programa do IV Governo, nas áreas do ordenamento físico e ambiente, do saneamento básico e habitação, das obras públicas e construção, é a bissecriz das contradições entre a curta actuação da equipa do MHOP no III Governo e a necessidade que a mesma equipa tem de se apresentar com uma nova imagem no actual Governo, para fazer esquecer assim algumas das infelizes orientações que nesse curto espaço de gestão imprimiu às medidas da sua política.

Desde a estrutura orgânica do próprio Ministério, onde o papel normativo e horizontal do Departamento de Ordenamento Físico e Ambiente foi seriamente prejudicado pela introdução de acções executivas nos domínios dos recursos hidráulicos e saneamento básico — quando já o II Governo vinha manifestando intenções de conferir uma maior acção normativa ao sector do ambiente; à caracterização da situação nos diversos sectores — que em regra é vaga e descoordenada, não entroncando numa óptica comum e não levando em conta a força democrática do poder local; à definição dos objectivos, que em alguns casos não passam de piedosas intenções sem fundamento — por exemplo anular as carências de habitação no prazo máximo de quinze anos sem dizer como nem com que meios, ou dotar os aglomerados populacionais de redes de águas e esgotos sem apontar à frente os modos de prosseguir estes objectivos; às medidas de política, que não disfarçam, sobretudo nos domínios do saneamento básico e do urbanismo, uma visão centralista e dirigista que o simples conhecimento da Lei das Finanças Locais aconselharia a não manter. Estas são contradições bem patentes.

Qualquer apreciação política sectorial do Programa deste Governo — como estamos a fazer para o domínio do MHOP — terá naturalmente como modelo de comparação, e no caso do Partido Socialista, a política do último Governo Socialista — no programa e na acção — para deixar mais evidente ao povo português, se tal fosse preciso, que neste caso faz vencimento o ditado popular de que «atrás de mim virá quem melhor de mim fará».

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, na altura propúnhamos como grandes objectivos: implementação de um planeamento e gestão urbanística eficazes que asseguram o efectivo comando da administração sobre os processos urbanísticos...; cobertura progressiva das carências habitacionais, através da construção e reparação de habitações e visando uma melhoria das condições do *habitat*; execução das obras públicas solicitadas pelos outros departamentos governamentais e implementação de programas de saneamento básico e equipamento rural e urbano; utilização máxima da capacidade de produção da indústria da construção, no quadro de uma progressiva reorganização das estruturas produtivas sectoriais.

Para alcançar estes objectivos apontam-se medidas de política claras, a saber: planeamento e administração urbanística; *contrôle* do uso do solo urbano, com apoio às estruturas da administração local; reorganização dos circuitos administrativos; acções de planeamento de nível municipal, intermunicipal ou sub-regional; desconcentração e descentralização da administração urbanística, desde logo ao nível municipal; elaboração de uma lei-quadro do urbanismo que clarifique competências, defina normas de orientação e a forma institucional de participação das populações.

Na área do ambiente: estabelecimento de um quadro legal estruturante da política do sector; acções de protecção e melhoria do ambiente, de investigação e desenvolvimento tecnológico ligados em especial ao aproveitamento de fontes limpas de energia,

de divulgação pedagógica e de participação das populações; desenvolvimento e regulamentação das acções do Fundo Nacional do Ambiente.

No domínio da habitação e saneamento básico propúnhamos: apoio à produção privada, com revitalização do sistema de casas de renda limitada e definição de uma política de crédito; especial apoio ao sector cooperativo e a formas de associação dos sectores público e privado; regionalização dos serviços estimulando e apoiando as realizações das câmaras municipais; medidas legislativas, nos domínios do arrendamento urbano, cooperativas de habitação, regulamentação técnica das habitações, reformulação da lei de solos, nomeadamente nas matérias de direito de superfície, propriedade plena e regime de mais-valias fundiárias; e, finalmente, promoção de programas integrados de saneamento básico em articulação directa com as autarquias, órgãos executores e gestores dos mesmos.

No domínio das obras públicas e construção: programação das infra-estruturas rodoviárias a nível nacional, num cenário de longo prazo; amplo apoio das estruturas centrais às estruturas da administração local, na construção e conservação das redes viárias municipais; desenvolvimento dos programas de construção de edifícios para os serviços dos outros Ministérios de uma forma articulada e coordenada regionalmente; na indústria da construção, prosseguir o esforço e a melhoria da cobertura territorial da capacidade produtiva instalada, conservar acções com vista à obtenção de acréscimos de produtividades económicas de escala que permitam o controle dos custos de produção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: Destes objectivos e das medidas de política para os concretizar transparece um claro sentido global de todo o Programa do último Governo Socialista, que tinha espírito e corpo próprio e respeitava uma realidade regional e local e um quadro social e económico do País que não podem ser ignorados.

Aí encontramos como constantes que em algumas áreas e no curto período de trabalho foram dinamizadas e implementadas: apoio às estruturas da administração local — autarquias; desconcentração e descentralização da administração urbanística; elaboração das leis-quadro — do ambiente, que ficou praticamente pronta, e a do urbanismo, que estava em curso; articulação do planeamento com a gestão urbanística, privilegiando os territórios concelhios e a participação dos seus órgãos de poder local democrático; dinamização dos planos de urbanização concelhios; significativo esforço na aquisição e urbanização de solos, no âmbito dos municípios; coordenação horizontal de políticas e regionalização de acções de divulgação e investigação no domínio do ambiente; caracterização de sectores produtivos de habitação, de formas de apoio e da regionalização das acções.

Estas constantes que mais ressaltam ao verificarmos que no programa do Ministério da Habitação e Obras Públicas do III Governo são apontadas de uma forma dispersa e vaga ou simplesmente esquecidas e que a equipa política responsável pela sua execução já deu provas evidentes de não ter vontade (ou capacidade) de as executar.

Para se prosseguir uma política de habitação, de construção e obras públicas, é fundamental ter-se uma política de urbanismo, e na actual realidade autárquica, com uma Lei de Finanças aprovada como o foi por esta Assembleia da República — e já era tempo de ter sido promulgada, porque as autarquias precisam de deitar contas à sua vida para o próximo ano —, essa política de urbanismo precisa mais do que nunca de ser rapidamente regionalizada, os serviços de ordenamento do território e planeamento urbanístico desconcentrados e os apoios técnico-financeiros às autarquias ou grupos de autarquias para a elaboração de planos abertamente reforçados.

Isso é imperioso e urgente, sob pena de as câmaras municipais disporem de verbas para fazer as obras mas não saberem onde as fazer, mas isto, é bom que fique claro, não é tido em conta no Programa do Governo do Ministério da Habitação e Obras Públicas. Do mesmo modo que nada se diz aí quanto ao futuro dos GCOM's (gabinetes coordenadores de obras municipais), se vão desaparecer ou não; nada se diz da estrutura orgânica do Ministério, se mantém, por exemplo, a Direcção-Geral do Equipamento Regional e Urbano e o seu sistema de controle sobre as câmaras municipais através de comparticipações; dos GAT's (gabinetes técnicos de apoio), louvados num dos últimos relatórios do Banco Mundial, da sua institucionalização ou não e, se sim, debaixo de que bandeira, se do MAI, do MHOP ou simplesmente das autarquias?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Do mesmo modo não é líquida a filosofia do Governo quanto à viação rural e é preciso lembrar que o II Governo propunha «amplo apoio das estruturas centrais às estruturas da administração local na construção e conservação das redes viárias municipais». Propunha e agiu em conformidade!

Gostávamos igualmente de saber o que pensa o MHOP desta matéria.

Como igualmente é preciso saber qual vai ser a política de saneamento básico deste Governo, nomeadamente no que diz respeito à execução, manutenção e exploração das redes secundárias.

Dizer que se vai «dotar os aglomerados populacionais de redes de água e esgotos, bem como de sistemas de tratamento de remoção de lixos, compatíveis com a sua dimensão e as suas características», e que para o fazer se vão «definir as linhas programáticas e a política geral de saneamento básico e pô-la em prática em ligação com as autarquias» é pouco, pelo seguinte: define-se um objectivo em abstracto, não tendo em conta um suporte real mínimo de classificação e hierarquização dos núcleos urbanos; traçam-se linhas de política escondendo a filosofia das mesmas, ou seja, não basta dizer «em ligação com as autarquias», é preciso definir bem o papel destas, se têm participação e intervenção democrática ou simples ligação burocrática, o que, como é evidente, o Governo, e em especial a Secretaria de Estado respectiva, já sabe que estas não aceitam.

Impõe-se, portanto, saber se vai ou não haver empresas públicas de saneamento básico e quem vai fazer a sua gestão!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, uma referência ao problema da habitação. O Programa do IV Governo propõe-se: anular as carências, no prazo máximo de quinze anos, medida que já comentámos e que não entendemos no Programa de um Governo como este, com um horizonte máximo de 1980 e um colete financeiro como se advinha; recuperar o maior número de imóveis degradados; satisfazer as carências dos agregados de menos recursos; sustar a construção clandestina através da reestruturação do Fundo de Apoio às Cooperativas de Habitação ao Sector Privado (através de estímulos especiais) e às autarquias locais (na reconversão de clandestinos e degradados e na produção de habitação nova).

Tudo aparentemente certo, mas na realidade profundamente viciado porque é outra a situação real: as cooperativas já sentiram, no curto prazo de actuação da equipa do Ministério da Habitação e Obras Públicas no III Governo, a sorte que estas lhes quer traçar, apertada, como é evidente, pelo colete de finanças mas liquidando os objectivos sociais mais importantes dos primeiros Governos Constitucionais e do VI Governo Provisório.

O assunto, pela sua gravidade, mereceu já uma posição desta Assembleia da República, que aprovou por unanimidade a criação de uma «comissão eventual para completo levantamento da situação [...]», com vista a que «seja prestada aqui toda a informação que lhe permita um completo conhecimento não só da situação, como também das suas consequências».

Aparece agora no Programa a referência de «apoiar as cooperativas de habitação e outras iniciativas locais, enquadrando-as nas metas anuais a atingir e nas disponibilidades financeiras do sector público», o que, sendo uma medida de política clara «apoiar as cooperativas de habitação» — logo um compromisso do Governo perante o País e o movimento cooperativo —, encerra, contudo, presentes envenenados, quer no capítulo de orientações gerais de política económico-social, quando se afirma que «o sector cooperativo tem de funcionar em condições de concorrência com os demais sectores», quer no capítulo sectorial da habitação, quando se condiciona a política definida às «disponibilidades financeiras do sector público», o que, dando para tudo, em nada garante que as medidas de um passado recente da mesma equipa no III Governo não venham a ser institucionalizadas na prática e o movimento cooperativo de habitação económica estrangulado de facto, o que em condições algumas o Partido Socialista pode tolerar.

De onde se impõe colocar aqui a questão: não são conhecidas pela equipa do MHOP as disponibilidades financeiras, suporte real das acções que são anunciadas? Pensa o Governo dar cumprimento ao estipulado nos artigos 2.º, 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 268/78, de 10 de Agosto próximo passado, publicando as respectivas portarias ou pensa manter os estrangulamentos criados no III Governo com a publicação do Decreto-Lei n.º 315-B/78 e as instruções

dadas ao Fundo de Fomento da Habitação? Pensa o Governo dinamizar a construção de habitações pelas cooperativas, reforçando-lhes o apoio técnico e financeiro com vista a diversificar e aumentar a produção, ou pretende, ao abrigo do argumento limitativo das «disponibilidades financeiras do sector público», extinguir um tão importante sector da produção?

O PS gostaria de ver este ponto clarificado por: estar prevista a construção, até 1984, de 30 000 fogos pelas cooperativas de habitação económica, dos quais já em 1979 4000; por ser o movimento cooperativo uma via importante de canalização de pequenas poupanças para a habitação, desviando-as de consumos indesejáveis em período de austeridade; por ser um modo democrático e participado de envolver as populações na resolução de carências de base, com evidentes reflexos na desmultiplicação da produção e no comprometimento com a vida colectiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Muito mais haveria para comentar, mas para tal não faltará oportunidade se esta Assembleia da República deixar vingar o Governo.

Ficamos por agora à espera das respostas do Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas, não esperançados que elas convençam o Partido Socialista, mas na expectativa de um esclarecimento minimamente objectivo e tecnicamente fundamentado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Uma apreciação objectiva das grandes linhas gerais de política económico-financeira contidas no Programa do Governo apresentado à Assembleia da República implica, necessariamente, a consideração de três níveis distintos de análise: em primeiro lugar, o diagnóstico da situação existente, quer numa perspectiva puramente conjuntural, quer em termos de detecção dos principais estrangulamentos estruturais, por forma a tornar-se possível a caracterização de um quadro global de partida, sem a qual nenhuma política coerente, de curto e médio prazos, poderá ser eficazmente executada. Em segundo lugar, a definição de prioridades quanto ao modelo global a adoptar, o que pressupõe, por sua vez, uma concepção realista acerca dos principais elementos que deverão integrar a matriz caracterizadora do sistema económico, procurando, portanto, estabelecer-se regras claras de funcionamento desse mesmo sistema, bem como articular-se uma política de estabilização conjuntural com um modelo coerente de crescimento a médio prazo. Em terceiro e último lugar, a formulação de esquemas correctos de articulação de uma política económico-financeira global com as políticas sectoriais, assegurando-se o preenchimento das condições necessárias ao aproveitamento maximizado de uma gama complexa de instrumentos de política económica, em termos de realização dos objectivos preestabelecidos.

De uma maneira geral, torna-se possível concluir da leitura do Programa do Governo que o mesmo assenta num diagnóstico correcto da situação de

partida, enumerando de uma forma realista — embora não exaustiva — os principais problemas que urge superar e abordando, inclusive, a questão da imprescindibilidade de um programa de estabilização a curto prazo numa perspectiva diferente daquela que parecia estar subjacente aos Programas de Governo anteriormente apresentados a esta Assembleia da República.

De facto, nota-se a preocupação do actual Executivo em acentuar a necessidade de não se inviabilizar uma política mais desenvolvimentista, a médio prazo, através da adopção de medidas excessivamente contracionistas, pondo-se o acento tónico na atenuação dos possíveis efeitos indutores negativos de uma política de crescentes restrições à concessão de crédito e de redução sistemática do rendimento disponível das famílias, em termos reais, no nível da actividade económica e no próprio volume de mão-de-obra desempregada.

Esta perspectiva de conciliação de um programa de estabilização conjuntural com uma política coerente de desenvolvimento a médio prazo, bem como a importância relativa conferida a toda a problemática respeitante à integração da economia nacional no Mercado Comum europeu constituem, indiscutivelmente, aspectos positivos do Programa do Governo que convém, desde já, salientar.

Mas tão relevante como a necessidade de se proceder a um diagnóstico correcto da presente situação da economia nacional é a definição da matriz caracterizadora do nosso sistema económico, o que já se prende mais com o segundo nível de análise atrás referido, isto é, com o próprio modelo global a executar no futuro.

A este propósito convém, desde já, esclarecer algumas dúvidas que subsistem no espírito de muitos, clarificando certas situações, ultrapassando ambiguidades e precisando conceitos básicos.

Há quem ainda não tenha compreendido que a opção europeia é indissociável da aceitação dos mecanismos próprios da economia de mercado, o que implica a aceitação do princípio de que o sector privado deverá ser chamado a desempenhar papel relevante em todo o processo de redinamização das nossas estruturas produtivas internas. E a admissibilidade deste pressuposto não tem, necessariamente, que ver com uma opção puramente liberal ou conservadora. É que para nós, sociais-democratas, o socialismo democrático não se identifica com um processo de sucessivas rupturas ao nível de todo o aparelho produtivo, em que as nacionalizações sejam instrumento essencial de uma intervenção correctora do Estado na economia nacional. O socialismo do possível passa, antes do mais, pelo desenvolvimento económico, pelo funcionamento eficaz da Administração Pública, pela repartição tendencialmente mais justa da riqueza, pela crescente participação dos trabalhadores nos centros de decisão das unidades produtivas em que estão inseridos, pela dignificação das instituições democráticas, pelo combate ao desemprego e pela melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral.

Já vai sendo tempo, aqui como outros países, de a verdadeira esquerda democrática não só rever estilos de intervenção política, como também reequacio-

nar conceitos e apontar para projectos realistas que estejam de acordo com as aspirações gerais do povo português.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Começa a ser tempo de deixarmos de considerar progressista a fraseologia comícica dos vivas a este ou àquele acontecimento passado ou do bota-abajo dos que vivem de sonhos frentistas ou da perseguição a tudo e a todos. Em Portugal 78-79, ser progressista é saber ser realista, sem conciliações com concepções puramente tecnocráticas ou conservadoras de exercício do poder, mas também sem se hesitar na tomada de decisões fundamentais para o eficaz funcionamento do nosso sistema económico . . .

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — . . . ser progressista é substituir uma atitude conformista ou sistematicamente contestatária pelo trabalho árduo de todos os que estão empenhados na reconstrução de uma economia debilitada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É bom que fique claro que não é nem com concepções colectivistas radicais, nem com ambiguidades, nem tão-pouco com a tentação fácil de regresso às velhas oligarquias financeiras que se consegue recuperar a nossa economia e partir para uma situação mais justa e mais próspera.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E é, precisamente, tendo em conta estes aspectos que importa proceder à regulamentação de algumas leis essenciais, como as respeitantes à delimitação dos sectores público e privado e às indemnizações.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A este propósito, convém referir que o Programa do Governo poderia ter ido mais longe na explicitação dos critérios gerais a que essa mesma regulamentação deveria obedecer.

Por outro lado, conviria precisar mais o que se tenciona realizar no domínio das empresas nacionalizadas por arrastamento, bem como das empresas intervencionadas. De facto, uma vez assegurado o controlo dos sectores estratégicos da economia por parte do Estado, bem como das infra-estruturas fundamentais, não faz sentido pensar em termos de um sector público hiperdimensionado, incapaz de se gerir a si próprio, por escassez de recursos humanos ou financeiros. Que sentido faz, numa perspectiva socialista democrática, manter um número significativo de empresas com uma posição minoritária do Estado no respectivo capital social, especialmente em sectores não prioritários da economia? Que lógica existirá na perpetuação de situações em que pequenas e médias empresas — nalguns casos, com quase nula viabilidade económica — se encontram na posse do Estado ou intervencionadas por este, quando muito mais poderia realizar-se através da reprivatiza-

ção dessas unidades produtivas, mobilizando-se, em seguida, recursos financeiros para novos projectos de investimento mais viáveis e mais assimiladores de mão-de-obra desempregada?

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Existe, portanto, um problema de rentabilidade mínima das empresas públicas que urge encarar de frente, tornando-se ainda necessário executar, o mais rapidamente possível, uma política de clarificação das regras de funcionamento da economia.

Mas, para além destas questões nucleares, coloca-se, simultaneamente, o problema do modelo de estabilização a adoptar a curto prazo. Neste capítulo importa considerar dois aspectos distintos: um primeiro, que se prende com a definição das grandes linhas gerais do programa que se pretende executar (bem como com a prévia hierarquização de objectivos), e um segundo, que se relaciona com o conjunto interligado de instrumentos seleccionados e que visam permitir a consecução desses mesmos objectivos.

Quanto ao primeiro problema, o Programa do Governo apresenta-se na linha da política que já vinha a ser executada, embora com algumas correções, apontando para a adopção de algumas medidas contracionistas que permitem a redução do *deficit* da balança de pagamentos, a atenuação da inflação e a relativa inversão da tendência existente ao nível da nossa balança comercial.

Julgo, todavia, que não devemos alimentar ilusões excessivas quanto a certas dificuldades que, certamente, surgirão nos tempos mais próximos, no que respeita a alguns dos efeitos induzidos por este tipo de política. Não é que exista qualquer alternativa válida a adoptar em matéria de programa de estabilização de curto prazo, mas o excessivo optimismo é sempre tão mau conselheiro como o pessimismo doentio dos que já há muito tempo navegam nas «águas do desespero», que é descrença e angústia própria dos que estão condenados a ver em toda a transformação uma cedência, uma capitulação.

Em boa verdade, não se afirma previsível um aumento significativo da poupança interna nos trimestres mais próximos, sendo, ainda, natural que se continue a assistir a uma relativa deterioração do rendimento disponível das famílias, em termos reais, no decorrer do 1.º semestre do próximo ano, pela acção conjugada do não acompanhamento da evolução do nível geral de preços pelos aumentos salariais e da manutenção de impostos relativamente elevados. Por outro lado, o abrandamento da inflação — que dificilmente se começará a processar, de forma significativa, antes da segunda metade de 1979 — resultará de uma redução substancial do poder aquisitivo e, portanto, de um estreitamento do mercado consumidor interno, o que não deixará de ter incideências negativas no nível da actividade económica e, por consequência, no nível de desemprego.

Do que se disse torna-se possível inferir que ainda estamos um pouco longe da inversão do «ciclo da crise» e que a preocupação máxima do actual Executivo deverá estar em evitar uma situação socialmente explosiva, ou melhor, em não permitir que certos limiares mínimos de poder aquisitivo sejam

ultrapassados, uma vez que tal só iria propiciar uma crescente desestabilização da sociedade portuguesa, com os riscos que, necessariamente, lhe estão sempre inerentes.

Mas, se quanto às grandes linhas de uma política económico-financeira de estabilização a curto prazo (bem como quanto aos objectivos norteadores de uma política desenvolvimentista, a longo prazo) não se nos afigura criticável o Programa do Governo — à parte uma ou outra pequena lacuna, como a que respeita à problemática da criação de novos pólos de desenvolvimento e de progressiva transferência de mão-de-obra do sector tradicional da economia para o moderno —, já o mesmo não poderá dizer-se, inteiramente, de todos os instrumentos seleccionados e de algumas das políticas sectoriais propostas.

É assim que, por exemplo, ficam por esclarecer quais os critérios objectivos em que deverá assentar a renegociação de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, como seria de esperar que se fosse um pouco mais longe no capítulo da apresentação de propostas concretas quanto à reorganização dos sectores bancário e de seguros.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, no domínio da política industrial não se deu o devido relevo à explicitação necessária de medidas de apoio às pequenas e médias empresas (esclarecendo-se, definitivamente, o papel a desempenhar pelo IAPMEI) e em matéria de política de exportação não há qualquer referência à importância potencial da exportação de serviços, bem como ao papel que, no futuro, deverá ser desempenhado pelo Instituto Português para o Fomento da Exportação no tocante ao desencadeamento de um processo dinâmico de apoio selectivo às exportações tradicionais e de fomento de novas actividades exportadoras.

Também conviria referir alguns aspectos atinentes à definição de uma lei de defesa da concorrência, por forma a garantir-se a não discriminação entre o sector público e o privado da economia, clarificando-se, neste domínio, as regras de funcionamento do sistema económico nacional.

Finalmente, fica ainda por esclarecer até que ponto se tenciona ou não evitar a manutenção de uma situação discriminatória no que respeita à tributação que incide sobre os rendimentos do trabalho, quando comparada com o regime dos impostos sobre capitais (designadamente no que se relaciona com os depósitos a prazo).

Eis alguns aspectos que importaria esclarecer, a fim de, no futuro, se assegurar a execução de uma política económica eficaz, que compatibilize a austerdade necessária com o desenvolvimento indispensável à nossa integração na Comunidade Económica Europeia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Independentemente de divergências de pormenor e apesar das lacunas que, num ou noutro domínio, apresenta, o Programa do Governo contém um diagnóstico correcto da crise que atravessamos e procede a uma hierarquização equilibrada de objectivos, bem como a uma adequada definição de um modelo coerente de estabilização económica.

Dai que, nas suas grandes linhas gerais, não se nos afigure possível discordar do mesmo. Muito pelo contrário, esclarecidos alguns aspectos de pormenor, julgamos ser um bom ponto de partida para a dinamização de um sistema de economia mista, com um forte sector público, mas também com um sector privado em expansão e capaz de contribuir para o esforço de reconversão das nossas estruturas produtivas internas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas para que os objectivos que o Governo se propõe atingir sejam plenamente materializados muito terá de mudar:

Teremos de pensar em produzir mais e melhor, em inovar, em construir, em empreender; teremos de substituir o velho «espírito de cruzada» que ainda anima certos movimentos sindicais e certo empresariado tradicionalista, antieuropeu e favorável às teses proteccionistas, pelo espírito de diálogo e de entendimento; teremos de contribuir para a dignificação das instituições democráticas e não que pensar, exclusivamente, na partilha do poder ou, então, da irresponsabilidade que é pretender ser oposição por sistema ou viver na obsessão do poder pelo poder; teremos, numa palavra, de procurar clarificar sem recorrer a confrontações generalizadas, de passar da fase de deslumbramento com as liberdades justamente adquiridas à fase de reconstrução da economia nacional e de consolidação das instituições democráticas, que o mesmo é dizer à fase do trabalho profícuo, da seriedade, do equilíbrio e do realismo.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O reconhecimento do mérito alheio nem sempre é fácil — e há quem no Governo tenha passado por essa difícil experiência —, mas não é condonando ao isolamento e à incompreensão quem, à partida, está empenhado no reforço das instituições democráticas e no progresso do País que se contribui para o bem-estar geral.

Em política não faz sentido criticar sem meditar nas consequências da crítica. O contrário é a fuga para diante, de sinais diversos, mas de sentidos convergentes.

E hoje, aqui, em Portugal 1978, o que importa é procurar os elementos de união entre todos os democratas sinceros e não os factores de divisão entre os Portugueses. É a coragem de ser firme na coerência, eficaz no agir, realista nas soluções e arrojado nos objectivos.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Só assim vale a pena lutar por um projecto transformador da sociedade portuguesa que realize o indivíduo e que o liberte de todas as amarras que lhe prendem os movimentos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos (Jacinto Nunes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O País atravessa uma das suas mais graves crises políticas e uma profunda crise económica.

A primeira está a impedir a tomada de soluções requeridas pela segunda, e esta a contribuir para alimentar aquela. Ambas, por seu turno, estão a gerar tensões sociais que tenderão a acentuar-se se não forem empreendidos todos os esforços necessários à superação da crise económica e ao fortalecimento do regime democrático.

O povo português, de sua índole moderado e paciente, começa, a justo título, a mostrar um descontentamento crescente, traduzido, nas franjas marginais do espectro político, pela intensificação activista de protesto, e na faixa intermédia, por ora a mais numerosa, mas sem se saber por quanto tempo, pelo aumento do desinteresse.

Não será demasiado ousadia afirmar que é a própria subsistência do regime democrático em Portugal que está em jogo. Sabem-no os Srs. Deputados nesta Assembleia da República e não ignoram igualmente uma vasta camada da população politicamente mais consciencializada.

Temos de substituir a lógica dos pulmões e da demagogia pela lógica da razão. Como alguém afirmou, um dos sintomas típicos do momento actual é a tendência para um recuo no sentido de uma mentalidade pré-lógica.

A sociedade nova, que ambicionamos para o povo português, constrói-se com o País real e não com o País imaginário. A sociedade nova não se edifica com projectos mirificos irrealizáveis, mas antes com uma política firme, decidida e persistente, orientada para a resolução efectiva dos sérios problemas com que se defronta no presente a população portuguesa e para o desenvolvimento económico e social que permita um nível mais elevado de bem-estar e de justiça social, condição necessária à liberação do homem e que possibilite a sua plena realização. A sociedade nova não se constrói com promessas demagógicas. A sociedade nova constrói-se com a verdade.

O Sr. Primeiro-Ministro expôs já à Assembleia da República as linhas básicas da orientação do IV Governo Constitucional.

É propósito inabalável do IV Governo ajudar a defender a democracia, impedindo que a progressiva degradação económica, política e social do País atinja um grau tal que ponha em perigo os fundamentos do nosso sistema político.

Propomos-nos estar aqui enquanto os partidos tentam encontrar, em 1980 ou antes, as bases de um entendimento mínimo que viabilize, como é mais normal em democracia, um governo partidário. Estamos a procurar prestar um serviço: o de contribuir para a preservação da democracia, e estamos confiados em que os membros desta Assembleia, eleitos pelo povo, assim o entenderão.

Cabe-nos clarificar alguns aspectos do Programa no tocante à política económica, esclarecendo ao mesmo tempo algumas observações já aqui formuladas.

A extensão dessas observações não permitirá, por certo, responder a todas as questões levantadas.

A dignidade e a responsabilidade das funções que no nosso sistema político estão cometidas à Assem-

bleia da República leva-me a uma selecção dos temas, em ordem a procurar corresponder, pela forma mais adequada, ao respeito e consideração devidos àqueles que o povo português escolheu para os representar neste Órgão de Soberania.

Este Governo é um governo de apartidários, mas não de tecnocratas, no sentido quase pejorativo com que alguns usam esta palavra.

Estamos conscientes de que a democracia é o sistema político que melhor pode proporcionar aos homens a plenitude dos seus fins: o seu bem-estar material e a sua realização como seres humanos. Como nessa realização é elemento primordial a liberdade e esta é da essência da democracia pluralista, a democracia é um fim em si mesmo.

Mas não se deve confundir esta sua dupla qualidade, pois tal corresponderá a considerar suficiente o que é apenas necessário.

Uma sociedade democrática tem de ter um projecto que mobilize o povo, viabilizando as suas aspirações, tem de ter o sentido vivo da responsabilidade, da competência, da probidade e ser dotada de um sistema de correção que impeça desvios ao projecto formulado.

Pensar-se que viver em democracia resolve por si só todos os problemas releva da inconsciência e pode ser a via que conduz à sua autodestruição.

Este Governo está consciente da sua relativa transitoriedade, mas tem de pressupor uma certa dimensão temporal para a sua acção, que é, como se refere no Programa do Governo, o período que vai até 1980.

No tocante à política económico-social, o Programa é bem claro no respeito por aquela posição; poderá, todavia, ser considerado ambicioso, até porque, em termos de desenvolvimento, tal período é muito escasso. Os povos, porém, não podem ver continuadamente adiados os seus problemas mais instantes, por cuja solução anseiam. Por isso o Governo se propõe lançar, por uma forma mais activa, as bases para implementar desde já uma política económico-social que corresponda aos referidos anseios. Pretendemos que os futuros governos vejam facilitada a sua tarefa de promover o desenvolvimento económico e social do País.

Mas porque trabalhamos sobre uma realidade sempre omnipresente, não podemos deixar de dar uma parcela muito significativa da atenção do Governo, em matéria económica, aos problemas de curto prazo.

A resolução dos problemas do bem-estar, que passa pelo aumento do nível de vida e pela garantia do pleno emprego, impõe o restabelecimento dos equilíbrios fundamentais, como explicitamente se aponta no Programa.

Assim, não podemos manter o actual nível do déficit da balança de pagamentos, sem perigar a independência do País. Temos, numa perspectiva de médio prazo, de procurar modificar a estrutura da balança de transacções correntes, a qual já era débil, mesmo nos períodos em que acumulámos reservas, dado que a balança comercial é, como se sabe, uma das suas componentes básicas e apresentava, e continua a apresentar, uma situação que traduz bem as fraquezas das nossas estruturas produtivas. A curto prazo, só nos podemos rejubilar com a melhoria da balança das transacções correntes, mas a aleatorieda-

de das receitas do turismo e as tendências, pelo menos a médio prazo, da emigração — que são os factores que mais contribuíram para a melhoria verificada — levam-nos a uma atitude de natural prudência na apreciação dos resultados obtidos.

A luta contra a inflação tem igualmente de ser uma preocupação relevante e permanente do Governo, por motivos económicos e sociais. De facto, a inflação não só atinge os trabalhadores, nomeadamente, se for fraco o seu poder negocial, como também os detentores de rendimentos fixos ou de flexibilidade limitada.

A inflação afecta, igualmente, o cálculo económico e gera distorções no investimento que podem comprometer a política mais consentânea com os interesses do País nesse domínio.

As dificuldades da luta anti-inflacionista são expostas no Programa do Governo, mas há um ponto sobre o qual se julga dever dar um esclarecimento complementar. Referimo-nos à criação das expectativas inflacionistas que se têm verificado em elevado grau entre nós.

É o fenómeno da fuga à moeda, que se manifesta na sua troca por bens, que em grande parte são importados, ou seja, a aceleração da velocidade de circulação da moeda, que limita a acção que se possa exercer sobre a quantidade desta.

Mas não são só os consumidores que contribuem para este processo. As empresas, na previsão da elevação dos custos, procuram antecipadamente aumentar as suas margens de lucro, mesmo antes de se ter concretizado o acréscimo efectivo dos custos de produção, e ao mesmo tempo acumular stocks.

Também as organizações de trabalhadores, na expectativa do aumento dos preços, tendem a reivindicar acréscimos de salários que compensem a inflação passada e cubram já parte daqueles aumentos. Não obstante — e é justo reconhecê-lo —, no último triénio, os trabalhadores suportaram decréscimos no seu poder de compra. Mas temos, a todo o custo, de travar a descida do poder de compra dos trabalhadores e outros grupos sociais, também afectados seriamente pela inflação.

Uma voz do PCP: — Ah! . . .

O Orador: — Há alguma dúvida?

Pausa.

A fórmula economicamente mais adequada é a de baixar o ritmo da alta dos preços e não a de aceitar passivamente o nível de inflação, limitando-nos a aumentar na mesma medida, ou em mais uns pontos, as taxas de salários nominais. Esta via é auto-alimentadora da inflação, pois a breve trecho a alta dos preços tende a reflectir a alta dos salários e a economia é conduzida a níveis cada vez mais elevados de inflação.

Não será possível, no corrente ano, atingir o objectivo proposto para um aumento geral dos preços de 20 %. A taxa de inflação não poderá já ser inferior a 22 %, mas, mais provavelmente, situar-se-á entre os 23 % e os 25 %. Apesar disso, verifica-se um progresso que é de assinalar por representar uma atenuação da taxa actual do aumento da inflação, que foi de 27 % em 1977. Teremos assim uma diminuição entre dois e quatro pontos.

O objectivo para 1979 é conseguir reduzir de facto em cinco pontos a taxa de inflação do ano corrente, o que permitirá a travagem efectiva do processo de degradação do poder de compra que se vem verificando, possibilitando, deste modo, uma inversão dessa tendência, procurando-se, ao mesmo tempo, que ela seja mais significativa nas classes economicamente mais desfavorecidas.

O esforço de recuperação neste domínio, como em outros, não depende apenas do Governo, mas da colaboração e compreensão de todos no respectivo posto de trabalho.

O resultado global da actividade económica depende do equipamento de que possamos dispor e do grau de utilização que lhe dermos, dos nossos conhecimentos tecnológicos, da forma de organização dos factores de produção e, em larga medida, do empenhamento de cada um no seu trabalho. Se todos, no seu trabalho, tiverem presente que da sua incúria, da sua falta de assiduidade, do seu desinteresse pelo trabalho, da sua negligência, resultam em grande parte as suas próprias dificuldades e as dos que ao seu lado trabalham, daremos um passo significativo no caminho para a cura dos nossos males económicos.

Eu sei que a mobilização dos trabalhadores só se faz desde que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos equitativamente. Daí a preocupação do social que informa toda a política deste Governo.

Mas também no campo tributário a reconsideração da tributação dos rendimentos do trabalho dará uma ajuda para tornar efectivo aquele objectivo.

O combate à inflação poderia ainda ser grandemente implementado, moderando certos gastos. Somos porém, como escreveu um dos nossos mais perspicazes analistas, «um país de pobres com a mentalidade de ricos».

Não podendo assim contar com a compreensão generalizada, temos, por isso, de manter em muitos aspectos a política que vem sendo seguida, com as adaptações que entendemos se impõem para uma distribuição mais equilibrada dos sacrifícios transitórios que todos temos de suportar, e com os condicionalismos exigidos para compatibilizar a política de desenvolvimento com a de contenção a curto prazo, por forma a minimizar os efeitos desta sobre aquela. Na realidade, a política de desenvolvimento é a única que pode constituir um projecto mobilizador, que procuraremos implementar, lançando as suas bases, a fim de facilitar a tarefa fundamental dos Governos que nos sucederem, como dissemos.

Assim, iremos propor a manutenção do aumento da massa salarial nos mesmos termos que em 1978, o que, com uma taxa menor de inflação, visará não só travar, mas fazer crescer o poder de compra dos trabalhadores.

Continuaremos com o sistema de desvalorização deslizante, o *crawling peg*, para manter a competitividade das nossas exportações e não incentivar importações, nomeadamente de bens não essenciais, que aliás se procurará desincentivar por outros meios indirectos, no respeito dos compromissos internacionalmente assumidos. Espera-se, porém, que a depreciação do escudo se quede seis a oito pontos abaixo da taxa de desvalorização efectiva ocorrida no ano de 1978, que deverá atingir cerca de 25% a 26%.

Quanto ao saldo da balança de transacções correntes, que se espera atinja este ano um valor à volta de 1,2 biliões de dólares — e fala-se em dólares, porque é em dólares que temos de calcular os nossos débitos e fazer os pagamentos externos — e 1 bilião de dólares no período do acordo com o Fundo Monetário Internacional, não se podem ainda fazer previsões seguras sem a elaboração do Plano, mas entende-se, como objectivo que ele deve ficar aquém do bilião de dólares, ou seja, pelo menos 200 milhões de dólares abaixo do *deficit* deste ano.

Como o Programa do Governo salienta, o endividamento externo deve financiar investimentos e não *deficits* do orçamento corrente do Estado ou *deficits* de exploração das empresas públicas ou privadas. Em resultado do aumento do endividamento externo, prevê-se que os rendimentos de capitais atinjam este ano um saldo negativo de 280 milhões de dólares, ou seja, mais 55% do que em 1977. Só a dívida externa do Estado (directa e garantida) e a dívida externa do Banco de Portugal implicam pagamentos de juros da ordem dos 200 milhões de dólares.

O nível das taxas de juro não pode desde já ser alterado. Só para meados do próximo ano, face aos resultados alcançados, se poderá repensar o problema. Serão, porém, desde já revistos os sistemas de bonificação do crédito à habitação, contribuindo, deste modo, para a solução de um dos mais sérios problemas que defrontamos no domínio económico e social, e para o apoio à indústria de construção por ser das que maiores efeitos multiplicativos tem a curto prazo, bem como das que mais representa em termos de absorção da mão-de-obra; igualmente serão revistos os esquemas de bonificação à exportação, às actividades agrícolas e piscatórias, às pequenas e médias empresas, cooperativas e certos investimentos que obedeçam às características mais adequadas à nossa situação presente ou com acentuadas repercussões no nosso desenvolvimento económico futuro.

O *deficit* do sector público administrativo deve atingir pelo menos 70 milhões de contos, ou seja, aproximadamente 9% do produto interno bruto. Para ser possível alterar significativamente esta situação, é demasiado curto o período que decorre até ao final do presente ano e muito agudas as necessidades a que se tem de fazer face. Temos de procurar reduzir este *deficit* para valor da ordem dos 7% do produto interno bruto, que foi, aliás, a previsão inicial para 1978.

Do mesmo modo temos de reduzir os *deficits* de exploração do sector público empresarial, para podermos ocorrer a despesas de investimento que têm de ser realizadas neste sector.

A dívida pública, como se afirma no Programa, deve aproximar-se dos 280 milhões de contos no fim do ano. Os encargos desta passaram de 1,2 milhões de contos, em 1973, para 22,3 milhões, em 1978.

Como se sabe, a carta de intenções para o Fundo Monetário Internacional indicava um limite para expansão do total do crédito e um sublimite para o crédito ao sector público administrativo. Em fins de Setembro, e tendo em conta o respectivo período, o limite global encontrava-se excedido em 8 milhões de contos e o sublimite do sector público administrativo em 14 milhões, ou seja, 70% mais do que o

aumento previsto. Consequentemente, o crédito ao sector empresarial do Estado e ao sector privado registava em relação ao limite implícito uma diminuição de 6 milhões de contos — 8 para 14.

Estes elementos elucidam várias questões que têm sido levantadas sem base em elementos objectivos e reforçam a necessidade — sentida independentemente do acordo com o Fundo Monetário International — de conter o *deficit* no sector público administrativo, designadamente no orçamento corrente — único responsável pelo excesso do crédito (dos 14 milhões que referi de *deficit*, 17 são no orçamento corrente e menos 3 no de capital). Temos, portanto, que intensificar o apoio ao investimento a realizar através do orçamento de capital e no sector produtivo público e privado.

A carga tributária não poderá ser alterada significativamente, mesmo tendo em conta a contenção do consumo público, a fim de para 1979 tentarmos anular de facto o *deficit* do orçamento corrente. No entanto, serão propostas alterações à estrutura tributária que modifiquem a actual situação em que os rendimentos do trabalho e os rendimentos com menor capacidade de actualização são os mais penalizados.

A tributação na margem foi também aumentada para níveis tais que a elasticidade das taxas marginais é negativa. Isto é, se se aumentarem as taxas marginais, receber-se-á menos. Estabeleceu-se assim, para ocorrer com urgência à necessidade de cobrir aumentos de despesas, um sistema incentivador da fraude e da evasão fiscais. Estas traduzem-se já em montantes que estão a dar contributo significativo para o desequilíbrio das contas públicas, e por isso se terá de intensificar a fiscalização tributária. O *deficit* do orçamento não resulta de aumento de despesas, mas, em grande parte, de diminuição de receitas. Só com uma cobrança mais efectiva de certos impostos se poderá aliviar em termos significativos a tributação dos rendimentos do trabalho, do mesmo passo que teremos de moderar certos gastos públicos de utilidade duvidosa, aplicar eficientemente os dinheiros públicos e, como já se referiu, influenciar a composição entre gastos de consumo e de capital, de modo a se poderem incentivar os últimos.

O sector empresarial do Estado tem de se estruturar para corresponder ao que dele se exige nos termos constitucionais. Certas finalidades sociais que em alguns casos lhe incumbem e, o *contrôle* de certas actividades pelo Estado, para evitar os abusos do poder económico, não são justificação para a falta de eficiência que se regista em empresas públicas de grande relevância em actividades económicas fundamentais. O sector público empresarial tem de ter uma actuação exemplar, devendo procurar ser um parâigma para as empresas privadas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao sector privado, há que afastar indefinições, pois é claro o n.º 1 do artigo 85.º da Constituição.

Controlando, hoje, o Estado a banca, os seguros e os sectores básicos da economia, isto é, tendo plenamente assegurados o cumprimento dos n.ºs 2 e 3 desse mesmo artigo da constituição, só por um

complexo quase atentatório da confiança no funcionamento do regime democrático, se podem manter certas indefinições quanto ao papel da iniciativa privada.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — As grandes decisões económicas são hoje do foro do Estado. As nacionalizações, a menos que o seu fim seja o estabelecimento de uma direcção central total, destinam-se a coordenar e dirigir com o mínimo de burocracia as actividades para as quais a iniciativa privada é inadequada ou politicamente perigosa.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Mas não devem ser uma sanção ou uma espoliação. É uma das técnicas de *contrôle* da economia, é uma *ultima ratio* em relação ao poder económico quando o poder político não consegue dominá-lo por outros meios.

Temos pois de libertar a iniciativa privada das peias que a impedem de, a par com as empresas públicas, dar a sua quota-parte para vencer a crise e contribuir para o desenvolvimento futuro do País.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Há que orientá-la mediante um planeamento que estabeleça as grandes linhas da acção económica e ainda através de uma política de estímulos para os objectivos da nova ordem económica, pois o Estado dispõe dos instrumentos necessários e suficientes para assegurar que ela se irá exercer no quadro dos objectivos da «nova sociedade» que pretendemos erguer.

Como afirmava recentemente um economista e político francês, «para a democratização real da vida económica, o principal problema hão é estabelecer as metas das finalidades sociais, é actuar de molde a que a melhoria da produção torne possível alcançá-las».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O pensamento e a acção nas políticas económica e social devem ser conduzidos pela força da razão e não pelo calor dos sentimentos.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O sector cooperativo, que nunca atingiu a expressão que seria desejável, tendendo mesmo a definhar nas últimas décadas, tem de ser apoiado, não só por ser um instrumento privilegiado na alteração das relações humanas, reforçando a solidariedade social, mas também pelo contributo que pode dar para a melhoria das condições de exercício de certas actividades económicas. Não pode, contudo, desenvolver-se numa óptica paternalista que comprometa a sua competitividade com os outros sectores económicos.

Na elaboração do futuro, não podemos imitar os áugures, para que não se estabeleça homologia dos dirigentes modernos com os seus predecessores arcaicos, mas actuar sobre a realidade, coordenando a

acção com a elaboração de um plano que estabeleça, com objectividade e sem demagogia, os fins susceptíveis de serem atingidos e a indicação dos meios possíveis para assegurar a consecução daqueles.

Algumas palavras apenas para a adesão ao Mercado Comum. A adesão ao Mercado Comum, como se diz no Programa, é uma opção política e económica assumida desde logo pelo I Governo Constitucional. A esmagadora maioria das transformações requeridas pela adesão são imperativos do desenvolvimento e daí o afirmar-se que a preparação para a entrada no Mercado Comum é um motor na estratégia do desenvolvimento económico e social. O Secretariado para a Integração Europeia será dotado de meios necessários para esta acção e procurar-se-á estabelecer mecanismos de ligação com os diferentes Ministérios de modo a assegurar uma acção mais activa, coordenada e eficaz.

O Sr. Monteiro de Aguiar (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A descrição crua, mas verdadeira, que se faz no Programa da recente evolução da economia do País, procura fundamentalmente esclarecer de forma clara e inequívoca esta Assembleia e contribuir para consensualizar os Portugueses da situação real da economia nacional.

Temos de actuar com coerência, rapidez e eficácia, pois só assim se fortalecerá o ideal democrático.

A comunidade das crenças é que faz os povos fortes.

Não seremos vencidos, se não pertermos a vontade de vencer.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão inscritos para solicitar esclarecimentos ao orador os Srs. Deputados Cavalheira Antunes, Sousa Marques, Veiga de Oliveira, Vital Moreira, Carlos Brito, António Guterres e Ângelo Correia.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Cavalheira Antunes.

O Sr. Cavalheira Antunes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos: O Governo diz no seu Programa, e o Sr. Ministro repetiu na sua intervenção, que se pretende, em matéria de política orçamental, conseguir um saldo positivo para 1979 a nível das despesas e das receitas correntes. Diz-nos, por outro lado, que se espera manter a estabilidade das receitas correntes, isto é, espera manter-se, portanto, o nível de fiscalidade. Sabendo-se que, mantendo as receitas, para conseguir um saldo positivo o Governo terá de diminuir as despesas e sabendo-se também que para diminuir essas mesmas despesas o Governo disporá, no nosso entender, de três variáveis — ou diminuir as despesas a nível de bens e serviços de utilização corrente, ou diminuir as despesas a nível dos salários dos trabalhadores da função pública, ou diminuir ainda as transferências e subsídios para os cidadãos —, nós desejariam saber em quais destas variáveis vai o Governo pôr a tónica desses cortes, como é que espera o Governo passar de um *deficit* de cerca de 5 milhões de contos que estão previstos pa-

ra este ano para um saldo positivo a nível das despesas correntes, isto é, se poderemos pressupor que se irá verificar, por exemplo, que o Governo poderá pensar em actuar sobre a variável dos salários, se será legítimo, da nossa parte, pressupor que se irá verificar desemprego a nível da função pública, se o Governo irá actuar a nível dos bens e serviços, e portanto se poderemos pressupor uma degradação do nível dos serviços prestados, em termos quer quantitativos, quer qualitativos. Por outro lado, se se poderemos supor uma diminuição dos subsídios aos cidadãos e, assim sendo, pergunto quais.

Uma outra questão que quero abordar refere-se ao Código de Investimentos Estrangeiros, que, como o Sr. Ministro sabe, melhor se poderia chamar «Código de Investimentos dos não Residentes», isto dando que acolhe, como investimento estrangeiro direto, inclusivamente, os capitais de nacionais residentes no estrangeiro e até capitais em moeda nacional — portanto depositados em instituições bancárias do nosso país —, desde que sejam propriedade de cidadãos nacionais com residência no estrangeiro.

Como o Sr. Ministro sabe também, este Código, depois das alterações que lhe foram introduzidas em Agosto de 1977, dá já amplas garantias de transferência de lucros aos chamados investidores estrangeiros, que, como é do seu conhecimento, podem ser investidores nacionais, transferência que inclusivamente, em caso de uma grave situação cambial, apenas pode ser protelada por um ano. Gostaríamos de saber em que sentido irão os aperfeiçoamentos que o Governo no seu Programa diz ser necessário introduzir no Código de Investimentos Estrangeiros.

O Sr. Presidente: — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, como V. Ex.^a sabe, inscreveram-se vários Srs. Deputados para lhe solicitar esclarecimentos. V. Ex.^a poderá responder separadamente ou a todos no fim.

Como deseja fazer?

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro: — Responderei no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, quer o Programa do Governo, quer as palavras que acabou de pronunciar tentaram conciliar — ao menos em palavras — o inconciliável. Tentaram compatibilizar, em palavras, uma política de desenvolvimento económico com as medidas impostas pelo FMI, e que são, como toda a gente sabe e o próprio Governo reconhece, profundamente contraditórias com as necessidades nacionais e com essa política de desenvolvimento para que se aponta. Claro que quando o Programa fala em desenvolvimento o faz apenas argumentando com a questão — ou a falsa questão — da adesão ao Mercado Comum. E também, simultaneamente com isto, o Programa vai sempre apontando a sua única alternativa, isto é, continuar a pôr em prática a política do FMI.

Vou limitar-me a colocar algumas questões que têm a ver directa ou indirectamente com este ponto e com esta contradição do próprio Programa e das próprias palavras do Sr. Vice-Primeiro-Ministro. No

Programa do Governo não há uma única palavra sobre o Instituto das Participações do Estado. Qual a posição deste Governo e, particularmente, qual a posição do Sr. Vice-Primeiro-Ministro acerca desta questão?

Quanto ao sector empresarial do Estado, o Governo tenta, através do seu Programa, dar a ideia de que o sector nacionalizado é deficitário, vive à sombra do Orçamento Geral do Estado e absorve enorme fatia dos limitados recursos de crédito. Esta é a ideia geral que se colhe da leitura de todo o Programa, e não apenas desta ou daquela parte. Ignora ao mesmo tempo as empresas públicas que dão lucro e contribuem positivamente para o Orçamento Geral do Estado. Como o Sr. Vice-Primeiro-Ministro sabe, estou a referir-me aos bancos nacionalizados, aos seguros e a algumas empresas de serviços e industriais do sector público. Um caso apenas: o exemplo dos transportes. Fala-se muito dos 15 milhões de contos de prejuízo dos transportes e esquece-se que em Portugal se verifica que o contributo do Estado para as despesas dos transportes é dos mais baixos da Europa capitalista — esta comparação fica sempre por fazer. E, ao mesmo tempo que se fala em 15 milhões de contos de prejuízos, ignora-se que dos 11 milhões e meio de que de facto até agora se tem conhecimento 8 milhões são de encargos financeiros, encargos financeiros esses que são consequência da política imposta pelo FMI, das taxas de juro e das dificuldades de crédito. Além disso, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro sabe tão bem como nós a herança que se recebeu do passado, em todos os sectores e particularmente neste.

Ainda em relação ao sector empresarial do Estado, o próprio Governo acaba por reconhecer a importância deste sector. E de uma forma umas vezes directa, outras enviesada, até aponta para o papel determinante que esse sector tem no desenvolvimento económico do nosso país. No entanto, nós perguntamos, Sr. Vice-Primeiro-Ministro — não basta falar aqui em certos investimentos, não basta o Programa esquecer o que é necessário realizar neste sector —, qual o papel dos investimentos das empresas públicas na consecução da política de desenvolvimento que o Governo afirma preconizar e onde de facto o investimento é o factor determinante.

Que pensa o Governo acerca dos grandes projectos existentes no sector público? Eu posso referir-lhe o Plano Siderúrgico Nacional, o aproveitamento do minério de ferro de Moncorvo, os projectos das empresas de pesca, a reestruturação da marinha mercante, tudo isto projectos previstos para o corrente ano. Mas posso também perguntar qual a posição deste Governo — porque isso não está claro em parte alguma, quer no Programa, quer na intervenção do Sr. Vice-Primeiro-Ministro — acerca do Alqueva, do aproveitamento integrado das pirites, da beterraba açucareira, do programa de investimentos da CP, da Petroquímica, das olefinas em Sines, aromáticos no Norte, etc.

E que significa, no Programa, a expressão de que será reforçada a capacidade de selecção de projectos no sector público, tanto no âmbito do OGE como no das empresas públicas e participadas? Significará isto apertar ainda mais o garrote, Sr. Vice-Primeiro-Ministro? Será que os estímulos, os incentivos, as

selectividades, têm apenas em linha de conta aquilo que o Programa diz e que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro também aqui focou na sua intervenção: o aumento das exportações, o emprego por unidade investida, os investimentos com menores períodos de gestação, etc., isto é, prejudicando fundamentalmente o sector público? E, em caso afirmativo, será que a política de médio prazo a que se refere o Programa do Governo se irá basear apenas no aumento das exportações e simultaneamente estrangular os projectos de investimento do sector público?

Em relação a esta matéria, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, a pp. 43 e 44 do Programa o Governo acusa as empresas públicas de, através dos seus prejuízos, desviarem para o consumo uma parcela da poupança do sector privado e dos empréstimos externos. Nós perguntamos: sabe o Governo que a parcela dos salários e encargos sociais tem vindo a diminuir o seu peso relativo dos custos das empresas públicas e que, inversamente, tem vindo a aumentar o peso relativo dos encargos financeiros em consequência das elevadas taxas de juro? Sabe o Governo que pelo facto de ser geralmente elevada a composição orgânica de capital e não produzirem directamente para a exportação as empresas públicas não beneficiam de bonificações de taxas de juro — essas bonificações que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro quer aumentar! —, contrariamente ao que sucede com grande parte das empresas privadas? E que assim grande parte das bonificações de taxas de juro concedidas ao sector privado são suportadas pelas elevadas taxas de juro pagas pelas empresas públicas? Sabe o Governo que a liberalização dos preços dos produtos vendidos pelas empresas privadas e a contenção dos preços dos produzidos e vendidos pelas empresas públicas significa a transferência — pura e simplesmente a transferência — de mais-valias do sector público para o privado, à boa maneira do capitalismo monopolista de Estado? E que essa política de preços que tem sido seguida não pode ser dissociada da anarquia e do caos que não só impera, mas continua a ser alimentada pelos sucessivos governos ao nível dos circuitos de comercialização?

Qual a posição do Governo face a todas estas questões? E mais ainda, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, sabe com certeza que o sector público se alimenta fundamentalmente de matérias-primas e que os aumentos dos custos de produção estão intimamente relacionados, por um lado, com o aumento dos preços dessas matérias-primas a nível internacional e, por outro lado, com outra célebre medida imposta pelo FMI, a desvalorização do escudo.

Claro que este Governo vem continuar a dizer que essa desvalorização será deslizante. Deslizante a caminho do fundo, é aquilo que nós temos visto.

Em relação aos transportes, há um caso exemplar que se passou ultimamente, que é o da TAP. Um despacho do Ministro dos Transportes e Comunicações do anterior Governo, do Governo Nobre da Costa, se fosse posto em prática, segundo a opinião quer dos trabalhadores, quer do próprio conselho de gerência, paralisava a empresa. O Sr. Vice-Primeiro-Ministro pode dizer assim: essa é uma questão que poderá perguntar ao meu colega Ministro dos Transportes e Comunicações. Bom, a questão não é essa. É que essas medidas foram impostas via Ministério das Finanças e do Plano, via Ministro Silva Lopes,

ao Ministério dos Transportes e Comunicações, que rapidamente se apressou a aplicá-las não só à TAP, mas à Navis, à CTM, à CNN. Pensa este Governo continuar a estrangular estas empresas, como pretendeu fazer o Governo anterior?

Outro caso exemplar é o facto de ser este o primeiro governo constitucional a não referir no seu Programa o Plano Siderúrgico Nacional. E no entanto o atraso da indústria siderúrgica portuguesa é evidente.

O consumo de aço *per capita* em Portugal é metade do da Espanha, é, por exemplo, um terço do da Áustria, um quinto do dos Estados Unidos da América e do da União Soviética.

As indústrias metalúrgicas de base no nosso país contribuem para 2% do produto interno bruto industrial, enquanto nos países capitalistas desenvolvidos ou nos países socialistas da Europa esse valor é superior a 8%. Ao mesmo tempo, a siderurgia que nós temos abastece metade das necessidades do mercado interno. E, entretanto, evidentemente, são claras as responsabilidades de Champallimaud e do capitalismo monopolista de Estado. Entre 1960 e 1973 o consumo de aço em Portugal triplicou e simultaneamente a capacidade de produção de aço bruto manteve-se na mesma. Estes dados são conhecidos. Ora bem, talvez não seja tão conhecido que o Plano Siderúrgico Nacional, de que tanto se fala, não é apenas mais siderurgias. É a exploração correcta dos minérios de ferro de Moncorvo, que vão satisfazer 95% das necessidades da siderurgia, é o aproveitamento integrado das pirites alentejanas, são os transportes, é o desenvolvimento regional de determinadas zonas do nosso país. E quando falo de tudo isto estou a falar do sector público, Sr. Vice-Primeiro-Ministro. Mas também falarei do sector privado. E que dos mais de 34 milhões de contos que estão previstos no Plano Siderúrgico Nacional prevê-se que mais de 12 milhões serão fornecidos pela indústria nacional, e parcela importante cabe à indústria privada nacional. Serão criados mais de 8500 postos de trabalho e, se o Plano Siderúrgico não for para a frente, 9,3 milhões de toneladas de aço serão importadas entre 1982 e 1995. Isto significa que teremos de importar, a preços actuais, 112 milhões de contos de produtos siderúrgicos e deixamos de exportar à volta de 15 milhões de contos. Ora bem, pergunta-se: O que faz congelar o Plano Siderúrgico Nacional? Quais as fontes de financiamento a que o Governo pensa recorrer, se recorrer? É intenção deste Governo pretender entregar, de forma escandalosa, parte das siderurgias ao sector privado? Estou a referir-me ao forno de cal, à central de oxigénio, etc. Que instalações siderúrgicas tem este Governo intenção de autorizar? Um trem de fio apenas ou nada? Um alto-forno? Dois? Com que cais? Aproveitando Sines, que está parado? Seixal? Que minérios pensa utilizar? Os de Moncorvo? Ou pura e simplesmente não se pensa mais em Moncorvo e recorremos à Austrália ou ao Brasil, como de costume? Ou este Governo pensa fazer o jeito ao Mercado Comum, isto é, não produzir mais aço para comprar o que o Mercado Comum produz em excesso?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E se for assim e se for esta a razão, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, eu pergunto-lhe: não pensa o Governo que é ridículo não aumentar a produção de aço em Portugal porque a CEE não quer e não deixa ou porque o FMI não quer e não deixa, quando este aumento de produção, que está previsto para Portugal, representa apenas 1% da capacidade de produção instalada no Mercado Comum? É esta a independência nacional de que se fala neste Programa, Sr. Vice-Primeiro-Ministro?

Devo dizer-lhe que nós, comunistas, analisamos o país real. Essa expressão é-nos cara. Também nós dizemos que a sociedade nova não se constrói com promessas demagógicas, mas com verdade. E também esta expressão nos é cara, Sr. Vice-Primeiro-Ministro. Não se pode esquecer, por exemplo — e penso que estará de acordo comigo —, que o verdadeiro motor do desenvolvimento económico no nosso país é o sector empresarial do Estado, é o sector público.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Está a ver-se!

O Orador: — Ou não é assim?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-primeiro-Ministro para os assuntos Económicos: Eu diria antes de mais que talvez fosse de alterar um pouco a norma até aqui seguida. Efectivamente, por razões óbvias, e não digo isto por graça nem para recordar o passado, a intervenção do Ministro que tem a seu cargo as Finanças e o Plano é naturalmente a mais substancial de todas. O Sr. Ministro comprehende certamente o que eu digo. Por isso, era nesta intervenção que seriam necessários uns quinze minutos para meditar. Mas, sem eles, eu tentarei efectivamente fazer-lhe algumas perguntas que ajudem a esclarecer o pensamento do Governo e nomeadamente aquele que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos acabou de expander.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro falou na necessidade de diminuir os *deficits*, explicando quais eram e como se compunham.

Eu queria dizer-lhe que no nosso país talvez ninguém primeiro que o nosso partido — o Partido Comunista Português — levantou a questão de ser necessário diminuir os *deficits*, de ser necessário poupar, consumindo à altura daquilo que produzímos, e de ser necessário evitar o endividamento externo. Mas a questão é, para nós, de saber como. Ora a questão que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos não explicou é como. Do Programa o que se deduz é que o «como» será o mesmo que foi utilizado até aqui, e que deu, aliás como disse, poucos resultados, isto é, restrições generalizadas, mais falências, mais desemprego, mais redução do consumo, sobretudo o consumo das classes com menos possibilidades de disporem de meios financeiros, e portanto de dinheiro. Em suma, o aumento do custo de vida e a diminuição dos salários reais.

Aquilo que se deduz do Programa e aquilo que se deduz do que não disse — de como obter a diminuição dos *deficits* — é isto, e é aqui que se põe a questão. Nós entendemos que era e é possível diminuir os *deficits*, caminhar para uma situação que nos permita aumentar a produção e desenvolver o País, sem impor novos sacrifícios àqueles que já são os mais sacrificados: os trabalhadores. Como pensa, pois, o Governo diminuir os *deficits*? Deve dizer-lo muito claramente, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, mesmo que a clareza seja agressiva.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro falou do crédito, dos limites de crédito e da ultrapassagem desses limites. E a certa altura imputou ao sector público e administrativo a grave responsabilidade de ter feito exceder os limites por tal forma que até impediu quer o sector empresarial do Estado, quer o privado, de utilizar, salvo erro — não me ocorre agora o número com precisão —, 6 milhões de contos de limite possível de crédito. Pergunto: Quais as razões deste excesso? E como pensa o Governo evitar que ele se repita?

Quanto aos impostos, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro falou a esse respeito, criticando, no fundo, asperamente o sistema, mostrando até que se aumentassem certos impostos — porventura hoje — o que se iria obter era a diminuição da colecta. Mas a questão que se põe, quanto a nós, não é a de saber que há uma estrutura errada, é de saber que medidas se vão tomar para a corrigir. Porque para nós põe-se esta questão: quem é neste momento mais sacrificado pelos impostos: aqueles que já fogem aos impostos, isto é, quem foge aos impostos? Os trabalhadores por conta de outrem? Ou, porventura, são aqueles que auferem altos rendimentos, os grandes capitalistas?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não basta, pois, criticar — muito correctamente, quanto a mim — o sistema de impostos. É preciso dizer o que vamos fazer para corrigi-lo, por forma a que simultaneamente se corrija este facto que é o de que quem hoje não foge aos impostos e quem hoje mais paga são aqueles que menos podem pagar.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Foram feitas algumas alusões ao sector privado e ao sector público. Nós dizemos, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, que nunca contestámos nem atacámos a existência do sector privado. Pelo contrário, defendemo-lo, Sr. Vice-Primeiro-Ministro. Mas o problema que hoje se põe não é quem contesta o sector privado, mas sim quem contesta o sector público.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A contestação que está sendo feita, e diariamente, por todos os meios e com todas as manipulações possíveis, não é ao sector privado — pelo menos do nosso lado não é. Nós defendemos que o sector privado tem um largo e vasto terreno à sua frente e um largo futuro no nosso país, qualquer que seja a evolução política. O que nós dize-

mos é que é fundamental defender aquilo que são, para nós, conquistas importantes da Revolução de Abril e que são as nacionalizações dos sectores básicos, da banca e dos seguros. Portanto, não se trata de saber que há contestação. Trata-se de saber quem contesta quem. Eu pergunto-lhe, Sr. Vice-Primeiro-Ministro: é ou não verdade que a contestação que hoje se verifica é a contestação de alguns interessados — que eu prescindo de nomear — contra o sector público e não a contestação contra o sector privado?

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro disse a dada altura que a maioria das transformações que eram necessárias para o nosso ingresso no Mercado Comum eram imperativos do desenvolvimento. Bem, eu não vou discutir se a maioria são imperativos do desenvolvimento ou não. Mas eu pergunto-lhe só: e a minoria das transformações que imperativo são? Não será verdade que a minoria das transformações, no dizer do Sr. Vice-Primeiro-Ministro, são imperativos contra a realidade política duramente conquistada por este país, com 48 anos de fascismo e com uma Revolução? Não serão imperativos para nós fazer regressar o País a um estado que, do ponto de vista social, é mais atrasado que o nosso. Não do ponto de vista económico, naturalmente, porque os outros são bem mais avançados economicamente. Ou será essa minoria de transformações que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro não referiu?

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro: — Eu digo a V. Ex.^a, se for preciso.

O Orador: — Quanto à inflação, aos salários e à contenção de preços, quero também pôr algumas questões. Em matéria de contenção de preços o Programa é muito parco. Diz que se vão normalizar os preços e que se vão diminuir as transferências, isto é, por outras palavras, que se vai, no fundo, diminuir o «cabaz de compras».

O Programa diz que lutar contra a especulação é coisa baldada, não vale a pena. Não será com estas palavras, mas, no fundo, é esta a ideia que está instilada: é muito difícil combater a especulação. Portanto, quem diz que é muito difícil desde logo se declara derrotado em relação a isso. Mas o Sr. Vice-Primeiro-Ministro acabou agora de citar números e, concretamente, que a inflação este ano andará à volta de 5 ou 6 pontos acima daquilo que foi previsto.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro: — Três a cinco!

O Orador: — Isto é, chegará a 26% — teriam sido previstos 20% ou à volta disso, ou mesmo abaixo, não estou já recordado.

Diz também que o Governo pensa manter para o ano que vem medidas que permitam reduzir a inflação à volta de 20%. O que, fazendo os 5 pontos abaixo do previsto para este ano — 26%, 25% —, viria a dar os 20%. E diz que procurará que os salários tenham, no fundo, um aumento correspondente àquele que era permitido este ano — isto para obter um aumento de salários reais. Sr. Vice-Primeiro-Ministro, todos nós aqui sabemos fazer contas, e são simples. Não acha que esta forma que

propõe vai garantir não só a perda já verificada, como porventura ainda acrescer essa perda aos salários reais?

Agora foco uma questão que, embora não diga nominalmente respeito ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos, em todo o caso muito dependerá das suas orientações. É a questão das autarquias locais. Uma das incumbências que a lei dá ao Governo é a da elaboração rápida, conjuntamente, pelo menos, com a proposta do Orçamento do próximo ano, de uma proposta de lei de delimitação das competências regionais e locais. É claro que a pergunta seria secamente esta: que é que o Governo pensa disso? Mas não é só disso que eu queria tratar. Gostaria de saber a sua opinião sobre este assunto, porque nós defendemos a descentralização, quer regional quer local, e defendemo-la porque ela contém, em si mesma alguma coisa de muito importante da democracia e é em si mesma também uma barreira de defesa da mesma democracia. E dizemos mais: não é verdade que nós defendamos a descentralização porque não estamos no Governo nem que a deixássemos de defender se estivéssemos no Governo. Nós defendemos a descentralização sempre: aqui na Assembleia, no Governo, quando lá estivermos, e nas autarquias quando lá estamos também. Nós gostaríamos de saber, dada esta incumbência que é a lei das finanças locais, ainda não promulgada, muito embora atribuída ao Governo, quais as ideias que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro tem sobre o assunto. Isto porque muito do que o Governo fará depende naturalmente do responsável dos assuntos financeiros e económicos dentro do Governo.

Entretanto reassumira a presidência o Sr. Presidente da Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Estava eu inscrito a seguir, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O problema é o da alternância, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Também nas perguntas?

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, se o Sr. Deputado Vital Moreira se inscreveu primeiro do que eu, não tenho dúvidas nem umas em ceder-lhe a palavra.

O Sr. Presidente: — O problema é este: é que quer pelo artigo 196.º, n.º 4, do Regimento, quer por acordo feito entre os partidos, se estabeleceu o princípio da alternância. Agora, se quiserem alterá-lo, é com os Srs. Deputados.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, como certamente as palavras do Sr. Deputado Vital Moreira virão na continuação dos oradores anteriores, talvez seja vantajoso que ele possa formular as suas observações na directa sequência das outras intervenções.

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos: Ouvi com a maior atenção as suas palavras cautelosas e inteligentes, mais próprias de uma pessoa com larga experiência parlamentar do que de um Ministro que pela primeira vez fala nesta Assembleia.

Registei com agrado que, algumas vezes directamente, na maior parte das vezes indirectamente, essas palavras correspondem de facto a um elogio claro da política financeira e económica introduzida no nosso país através do Programa do II Governo Constitucional. Isso é para nós motivo de legítima satisfação, na medida em que, tendo esse Governo resultado de um acordo entre dois partidos, era, no entanto, um Governo de base PS. Permito-me recordar aqui o momento em que o então Ministro das Finanças e do Plano se dirigiu a esta mesma Assembleia para, pela primeira vez, formular essa política. Nesse tempo o País vivia uma crise económica, no fundo idêntica à actual, embora mais grave e em muitos dos seus parâmetros mais preocupante. E estava, para além disso, o Governo numa situação em que duas circunstâncias agravantes tornavam muito mais difícil a sua missão.

A primeira circunstância agravante era a da ausência de um consenso acerca da necessidade de uma política de austeridade. Se recordarmos as ilusões desenvolvimentistas produzidas por Deputados de algumas das outras bancadas aquando do debate da moção de confiança posta à Assembleia pelo I Governo Constitucional, não deixaremos de estranhar a forma calorosa como essas mesmas bancadas agora aplaudiram as palavras do Sr. Vice-Primeiro-Ministro neste domínio. É que a aplicação da política enunciada pelo II Governo Constitucional teve o mérito de permitir que pela primeira vez neste país houvesse um consenso largamente maioritário acerca da necessidade de uma política de austeridade. Esse consenso largamente maioritário acerca da necessidade dessa política é uma condição indispensável à vivência democrática e à possibilidade de todos vivermos num clima de tranquilidade e de paz social.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, estava o II Governo, ao assumir as suas funções, assoberbado com um gravíssimo problema de ruptura cambial. É com prazer que constatamos o facto de o IV Governo poder encarar a sua missão numa situação de desafogo cambial que virá permitir ao Governo introduzir algumas melhorias significativas nas condições de vida e de funcionamento da nossa economia, que nós próprios desejariamos que pudessem ter sido formuladas nessa altura.

A política económica do II Governo Constitucional articulou-se em torno de dois eixos principais. O primeiro eixo era um plano de estabilização de duração anual, que tinha como objectivos fundamentais a contenção do *deficit* da balança de transacções correntes e a contenção do ritmo da subida dos preços. O segundo eixo dizia respeito à preparação de um programa de desenvolvimento a médio prazo que pudesse alterar profundamente as estruturas de funcionamento

da nossa economia, corrigindo o atraso secular dessas mesmas estruturas, e permitir, pela sua modernização e pela correção dos nossos desequilíbrios estruturais, encarar com optimismo, numa perspectiva que fosse para o povo português de real melhoria das suas condições de vida, a nossa integração europeia.

Não foi possível ao II Governo Constitucional dispor do tempo suficiente para levar até ao fim a aplicação articulada dessas duas políticas. No entanto, penso que convirá acentuar desde já que o programa de estabilização então adoptado teve, no que diz respeito à redução do *deficit* da balança de transacções correntes, um sucesso verdadeiramente espectacular.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Achamos pouco comprehensível o facto de o Sr. Professor não ter posto em relevo esse facto, que os números do 3.º trimestre deste ano confirmam de forma inegável, na medida em que, não pensando que houvesse na sua intenção qualquer vontade de nos submeter a um exercício masoquista, não deixa de ter significado político o acentuar dos traços negativos que são indiscutíveis e o não pôr em relevo os aspectos positivos extremamente relevantes que entretanto foram alcançados.

Por outro lado, foi indiscutivelmente conseguido nos oito primeiros meses deste ano uma redução apreciável da taxa de inflação. Infelizmente a política do III Governo Constitucional, associada naturalmente a alguns factores inevitáveis na vida económica, veio relançar a inflação no último quartel deste ano por forma a ficar comprometido o objectivo inicialmente fixado de que a inflação fosse de 20 %. Parece útil sublinhar este facto, na medida em que o relançamento, que foi feito, da subida do custo de vida tem duas consequências extremamente negativas para a reanimação da nossa vida económica e para o reequilíbrio da nossa situação económica no futuro. A primeira é que, tal como o Sr. Professor acaba de reconhecer, não vai ser possível corrigir logo no início do ano, como estava inicialmente previsto na estratégia do II Governo Constitucional, a subida das taxas de juro, o que provocará um impacte ou manterá um impacte negativo sobre algumas das nossas actividades económicas. A segunda é que a redução no grau de desvalorização do escudo não poderá ser tão acentuada quanto seria desejável e quanto teria sido possível se a contenção da inflação viesse a verificar-se a níveis mais consentâneos com os objectivos inicialmente fixados.

Daqui decorre uma pergunta que lhe queria fazer e que é a seguinte: qual vai ser a estratégia, neste domínio, do IV Governo e qual é a previsão numérica — na medida em que as contas que nos enunciou envolvem algumas dúvidas quanto ao resultado final, dúvidas que o Sr. Engenheiro Veiga de Oliveira veio pôr em relevo —, que o Governo certamente virá a estipular no Plano para o aumento dos preços, da taxa de inflação no ano de 1979? Qual o aumento, em números, para que essa comparação possa ser feita posteriormente por nós, previsto para a massa salarial nas mesmas condições?

O Sr. Professor, não tendo posto em relevo o sucesso alcançado, no plano dos objectivos, quanto à redução do nosso *deficit* externo, não deixou de acentuar as dificuldades encontradas na utilização dos instrumentos previstos para alcançar esses objectivos. Aliás, esse é um facto que nos deveria encher mais de satisfação do que de preocupação, na medida em que se verifica ter sido possível alcançar objectivos previstos, não indo tão longe quanto se pensava necessário na dureza dos instrumentos pensados para alcançar esses mesmos objectivos. É uma resposta positiva, que revela o facto de a capacidade da economia portuguesa em responder aos estímulos de um Governo ser maior do que aquela que anteriormente se pensava, o que dá aos Governos uma margem de manobra maior na condução da vida económica do País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Apraz-nos registar que tenha, nas dificuldades instrumentais, posto em relevo o *deficit* do orçamento corrente e que tenha dito que o *deficit* do orçamento corrente decorreu essencialmente da diminuição das receitas previstas. Diminuição essa a que certamente não será estranho o facto de o orçamento só ter sido aprovado em metade do ano e de se terem registado atrasos consideráveis na aprovação legislativa e, o que é bastante menos justificável, na promulgação . . .

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — . . . dos ajustamentos fiscais que teriam sido necessários.

A segunda ordem de questões que me parece útil sublinhar diz respeito aos aspectos de organização da economia e, mais concretamente, às ligações entre o sector público e o sector privado.

Pensamos que o debate político em Portugal em torno desta questão tem vindo a ser orientado por duas formas diversas e de sentido oposto de certa demagogia política. Houve no nosso país a ideia, ou foi tentado veicular essa ideia, de que a actividade económica privada era pecaminosa e que por isso mesmo deveria ser fortemente condicionada ou mesmo extinta.

Os socialistas estão particularmente à vontade neste domínio, porque, se subsiste hoje em Portugal alguma actividade económica privada, isso se deve sobretudo ao combate vigilante do Partido Socialista na defesa da democracia . . .

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — . . . no momento em que muitas pessoas, dentro e fora do País, pensaram e disseram que já nada poderia impedir a colectivização integral da nossa economia e a submissão do País a um novo totalitarismo.

Vozes do PS: — Muito bem!

Risos do PCP.

O Orador: — Por outro lado, também estamos particularmente à vontade em relação àqueles que agora pensam que o pecado original está no sector

público e que só a actividade privada é isenta desse pecado, visto termos defendido sempre que numa economia moderna deve haver um sector público forte, que o poder económico deve estar submetido ao poder político e que em países da Europa do Sul, onde não se verificou a existência de uma revolução industrial e a criação de um sector industrial moderno, o sector público tem um papel essencial a desempenhar. Penso que no discurso proferido pelo Sr. Professor há uma certa ausência de um total realismo na conjugação destes dois factos e quanto à necessidade de se desdramatizar este debate político em Portugal, reconhecendo-se a necessidade de um sector público e de um sector privado fortes que não vivam para a sua destruição mútua, mas para a sua mútua articulação em termos de concorrerem para o máximo desenvolvimento possível da nossa economia.

Houve uma certa tendência em apontar o sector privado como um misto de má gestão e de *deficits*. É verdade que há empresas públicas mal geridas, é verdade que há empresas públicas bem geridas, é verdade que há empresas públicas deficitárias, é verdade que há empresas públicas superavitárias. Tal como, infelizmente para todos nós, existem empresas privadas bem e mal geridas, existem empresas privadas superavitárias e deficitárias. E, até por razões que são naturais dado o tipo e a dimensão das empresas públicas, as deficiências de gestão são particularmente graves no sector privado, composto na sua maioria por unidades de muito pequena dimensão e de grande atraso tecnológico.

Por outro lado, o Sr. Professor falou de peias que ainda hoje dificultam a acção do sector privado. Penso que também existem numerosas peias que dificultam a acção do sector público, como, por exemplo, o facto de existirem muitas empresas públicas que são forçadas, e bem, porque se trata de defender o interesse nacional, a contrair empréstimos no exterior, mesmo em volumes de financiamento superiores aos dos equipamentos que importam, suportando encargos financeiros elevados, ao passo que as empresas privadas podem facilmente recorrer ao crédito do mercado interno, não sofrendo imposição, quer por parte do Governo, quer por parte do Banco de Portugal, de o contraírem externamente, com encargos acrescidos.

Em relação à contenção dos preços, tem-se sido mais rigoroso em relação ao sector público do que em relação ao sector privado, facto que tem agravado e dificultado as condições de vida do sector público.

Gostaria de lhe perguntar a que peias é que se refere em relação ao sector privado. Somos extremamente sensíveis a essa questão e posso até dizer que os socialistas se orgulham do facto de a principal peia existente em relação ao desenvolvimento do sector privado em Portugal ter sido removida por iniciativa de um socialista ao elaborar a lei do condicionamento industrial. Gostaríamos de contribuir, na medida das nossas possibilidades, para remover todas as peias que no quadro e no âmbito das normas constitucionais ainda existam. Se se refere apenas à regulamentação de algumas leis, nós somos os primeiros a lamentar que a inoportunidade de diversas crises políticas não tenha facilitado a regulamentação mais apressada dessas leis. Se se refere a peias

de outro tipo, gostaríamos de ficar inteiramente esclarecidos sobre quais são e ao mesmo tempo saber se reconhece ou não a existência de peias que dificultam a acção do sector público.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos: Ao ver a impotência do PSD e do CDS em reprimir o seu entusiasmo aplaudindo calorosamente o seu discurso, ocorre-me a primeira questão: considera que esta circunstância é um indicio comprovativo da nossa afirmação em relação ao alinhamento da política económica deste Governo com as perspectivas políticas do PSD e do CDS?

Protestos do PSD e do CDS.

Ou será que se trata apenas de uma coincidência entre este Governo de aparatários e aqueles dois partidos da direita parlamentar?

Protestos do PSD e do CDS.

Ao ouvir o discurso sobre a situação económica do País, julgamos poder tirar a seguinte conclusão: é que a situação económica do País é a prova provada da falência da política de restauração capitalista que veio a ser seguida pelos últimos Governos. Mas então perguntamos, se isso é assim, que nova política propõe este Governo. Propõe-se invertê-la? Ou, tal como supomos, propõe-se apenas confirmá-la, reforçá-la, levar até ao fim a direcção da política económica dos últimos Governos que nos seus aspectos mais negativos têm o apoio entusiástico do PSD e do CDS, nomeadamente a política dos «pacotes», de modo a pô-la ao serviço integral e de acordo completo com as perspectivas desses dois partidos?

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro permitiu-se afirmar uma coisa com a qual estou completamente de acordo: «A consolidação e desenvolvimento do regime democrático supõe um projecto que mobilize o povo.» Creio que isto vem no seguimento da afirmação do Primeiro-Ministro de que para ultrapassar a crise é necessário um grande esforço colectivo, o que me permite repor questões que já aqui coloquei e a que o Sr. Primeiro-Ministro entendeu não responder, excepto a uma, que, no entanto, se permitiu deformar. Repito-as, pois, tal como as fiz.

São as seguintes: Supõe o Governo que com esta composição e a política anunciada é capaz de mobilizar esse esforço colectivo? Admite o Sr. Vice-Primeiro-Ministro que o pode fazer sem o concurso dos partidos políticos — friso, Sr. Vice-Primeiro-Ministro —, dos partidos políticos democráticos e de esquerda, daqueles nos quais os trabalhadores e as massas populares confiam? Imagina o Sr. Vice-Primeiro-Ministro que pode mobilizar um grande esforço colectivo alinhando o Governo às suas posições com as do PSD e do CDS? Imagina poder mobilizar os trabalhadores e figurar um projecto mobilizador do povo continuando a entregar empresas ao patronato e terras aos latifundiários, a reprimir os

trabalhadores, a reconstruir novos impérios financeiros à custa das empresas nacionalizadas?

Foram estas, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, as perguntas que já fiz e que não obtiveram resposta. Espero desta vez ter melhor sorte. O carácter do discurso do Sr. Vice-Primeiro-Ministro leva-me a confiar que desta vez as perguntas do Grupo Parlamentar do PCP vão ter uma sorte diversa do que as que foram feitas ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da «Propaganda da Comunicação Social», Proença de Carvalho.

Risos do PS e do PCP.

Na realidade, até agora o Governo permitiu-se não responder às nossas questões. Às questões postas por outros grupos parlamentares só houve a resposta dada pelo Ministro da Administração Interna a um Deputado do CDS. O Governo não só se tem permitido ignorar as perguntas, como as tem deformado quando lhe convém. Como suprema curiosidade, tem-se permitido inverter a sua situação e o seu papel nesta Assembleia, passar de apreciado a apreciador, de criticado a crítico, de analisado a analisador e, mais, tem-se permitido fazer insinuações — alguns casos caluniosamente — relativamente às posições dos partidos que aqui democraticamente cumprem o seu papel de apreciar, criticar e contestar o Programa do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Espero que desta vez o Sr. Primeiro-Ministro não ultrapasse o estatuto que aqui o trouxe e que as perguntas do Grupo Parlamentar do PCP não continuem a ter o destino que o Governo aparentemente decidiu dar-lhes.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro: Ainda que não houvesse outros méritos a exposição de V. Ex.^a permitiu-nos aferir três pontos.

Em primeiro lugar, permitiu elaborar-se um diagnóstico claro e correcto da situação económica e financeira deste país.

Em segundo lugar, permitiu-nos aferir que, afinal, o Partido Socialista apoia integralmente a política do Fundo Monetário Internacional para Portugal e fez dela, e continua a fazer, a sua política.

Em terceiro lugar, verificamos, por intervenção de um Deputado do Partido Comunista Português, que foi notado com algum espanto a incontida alegria e o aplauso que a bancada do PSD deu ao discurso do Sr. Vice-Primeiro-Ministro. Este terceiro ponto é evidente, e é evidente por uma razão extremamente simples.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Não vale a pena explicar!

Risos do PCP.

O Orador: — Eu sei, Sr. Deputado Lino Lima, que V. Ex.^a tem uma dimensão que não lhe permite

perceber algumas coisas, mas há outros Deputados nesta Casa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que, quando o discurso político em Portugal se tem pautado, acima de tudo, por dois tipos de equacionamento dos problemas: ou o equacionamento demagógico, que promete e não cumpre, ou o equacionamento revanchista, que ao fim e ao cabo não contribui para melhorar nada, antes, pelo contrário, defende e deseja o quanto pior melhor, se alguém aparece perante os Portugueses e perante esta Câmara a falar em termos de números, de realidades, de factos evidentes e de verdades, esse tipo de discurso é inovador. E por ser inovador é que nós não lhe podemos regatear o nosso aplauso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando o fazemos, temos a perfeita consciência de que não o fazemos reflectindo só o ponto de vista do Partido Social-Democrata, mas o ponto de vista de inúmeros portugueses que acima de tudo desejam que as questões verdadeiras deste país sejam tratadas com seriedade e verdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Permitam-me uma expressão: só a verdade é revolucionária, mesmo em tempos de um processo democrático!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PCP.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Quem é que terá dito isso!?

O Orador: — Verdade que foi completamente escondida numa intervenção proferida há pouco fazendo a apologia, a partir de 1978, de uma política de austeridade, quando desde 1974 o Partido Social-Democrata tem colocado como imperativo fundamental para a realização da democracia em Portugal um mínimo de honestidade e de verdade no ataque à crise. Quando em 1974 o Partido Popular Democrático, então assim designado, defendia uma política de austeridade, nessa altura fomos acusados de reacionários. Quando em 1975, insistimos na necessidade de tal política de austeridade, fomos apelidados de fascistas. Quando em 1976, na nossa campanha para a Assembleia da República, reafirmámos esse nosso ponto de vista, contrapondo-o à política de outros que ocupavam o Governo e faziam promessas que não cumpriram, nessa altura fomos apelidados de retrógrados. Curiosamente, ao fim de quatro anos, vem-se a verificar que aquilo que o Partido Social-Democrata propunha e desejava era a pré-condição indispensável para o saneamento da nossa própria situação económica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tardiamente outros o reconheceram e querem agora invocar, a partir de 1978, que isso

seja o pressuposto e o fundamento da sua própria política. Não deixa de ser curiosa a contradição evidente com aquilo que há pouco referi: a promessa, a ilusão espalhada neste país, o não cumprimento, a demagogia fácil.

Vozes do PS: — É falso!

O Orador: — Daí uma política de verdade ser indispensável e ter o nosso aplauso, mesmo quando seja defendida e partilhada por outros que não nós.

Sr. Vice-Primeiro-Ministro, V. Ex.^a, na sua exposição, e traduzindo indubitavelmente o ponto de vista do IV Governo Constitucional, expresso no discurso do Sr. Primeiro-Ministro, no Programa do Governo e na sua própria exposição, traça um quadro que, a nosso ver — e perdoe-se-nos o adjetivo —, é cinzento em relação ao futuro, ou seja, assume e traduz uma atitude de preocupação, a expectativa de grandes dificuldades quanto ao futuro da situação económica e financeira deste país.

O conteúdo da crítica formulada por V. Ex.^a introduz vários aspectos que não foram cumpridos em 1978 e que eram constantes do Plano para este mesmo ano: a manutenção da inflação ao nível de 20 %, que, afinal, se verificou ser mais elevada, a redução do *deficit* da balança de pagamento, que, indubitavelmente, foi melhorada, sem atingir contudo o nível previsto, a manutenção do nível de desemprego, objectivo que não foi cumprido, visto que na prática se verifica um agravamento em cerca de 50 000 unidades no volume global de emprego existente neste país, a contenção do *deficit* orçamental, que no caso do sector público administrativo se verifica que passou de um nível de 7 % do produto interno para 9 %, a desaceleração do investimento, que se verifica em cerca de metade daquilo que deveria estar consignado para 1978, a redução sensível da produção em vários sectores, nomeadamente no da habitação, o aumento do endividamento externo num valor significativo, o aumento dos subsídios às empresas nacionalizadas, além do que estava orçamentalmente consignado, a violação das regras que o Fundo Monetário Internacional tinha acordado com o II Governo Constitucional em matérias de crédito global e interno, público e privado.

Face a esse diagnóstico da situação, que é um requisitório contra a acção exercida neste país pelos governos socialistas, nomeadamente pelo II Governo, pela critica que encerra e pela profunda preocupação que manifesta, pergunto a V. Ex.^a se é legítimo, justo e economicamente correcto apresentar-se como possíveis — como já hoje aqui vimos traçado, até por alguns ex-responsáveis do II Governo —, uma expansão bastante mais acelerada para 1979 e 1980, uma baixa da taxa de juro, uma atenuação sensível da desvalorização do escudo. Isto é, pergunto se é possível, perante um contraponto de situações, uma crítica e preocupante, como aquela que V. Ex.^a nos traçou, e outra que alguns procuram apontar em termos de grande optimismo. Fazendo o contraponto entre estas duas situações, o povo português legitimamente pergunta: qual das duas situações é que é expectável, qual o cenário possível e previsível para 1979 e 1980?

Gostaria que V. Ex.^a nos pudesse esclarecer sobre quais desses dois modelos previsíveis, o da satisfa-

ção e o da expectabilidade, é que o IV Governo perfilha e confirma.

Um segundo conjunto de questões que gostaria de pôr rapidamente a V. Ex.^a. Foi uma preocupação do III Governo — não sei se será do IV — a renegociação eventual do acordo com o Fundo Monetário Internacional. É evidente que a renegociação dependerá do comportamento interno de algumas variáveis: o ritmo dos preços, a contenção do *deficit*, e não só. De qualquer modo, pergunto se o IV Governo tem intenção de tentar renegociar esse acordo e em que sentido, em que direcção, com que prazo.

Uma segunda questão prende-se naturalmente com aquilo que V. Ex.^a referia serem problemas relacionados com o sector privado em Portugal. Para nós, a mola real do desenvolvimento económico português não está no sector público. O sector público é indispensável, é necessário em algumas áreas. Numa perspectiva social-democrata, sempre o defendemos. Defendemos que Portugal deveria ter uma economia mista, no sentido da existência de três sectores, mas que funcionem em termos de transparência e de competitividade interna, isto é, sem a outorga de condições privilegiadas de prevalência de um sector em detrimento dos restantes. Essa perspectiva aparece transparente no Programa do Governo, mas existem bloqueamentos de natureza psicológica, de crédito e de condições de funcionamento da economia que se prendem com a revisão de algumas leis e a regulamentação de outras. Neste aspecto é para nós motivo de franca alegria verificar a disponibilidade que a bancada do Partido Socialista manifesta em relação à regulamentação daquilo que não fez, tendo tido tempo para o fazer. É um contributo que vem tarde, mas mais vale tarde que nunca.

Risos do PS.

De qualquer modo, queria perguntar a V. Ex.^a qual é o sentido da regulamentação desses aspectos e em que prazo é que pensa que isso virá a ser apresentado ao País.

Por último, todos nós reconhecemos que o mercado financeiro em Portugal é um mercado demasiado restrito em termos de alternativas, em termos de obtenção de um grau de poupança nacional mais amplo, o que naturalmente condiciona o nível de investimento. Pergunto, pois, se não poderá ser uma das intenções do IV Governo a dinamização desse mercado financeiro, em que termos e em que condições de criação de alternativas, incluindo o aspecto imobiliário.

Peco desculpa pela extensão das perguntas formuladas, as quais representam da nossa parte uma preocupação: é que, sendo o programa do IV Governo realista no seu diagnóstico, há alguns aspectos que, do nosso ponto de vista, e também, legitimamente, do ponto de vista do povo português, justificariam alguma explicitação adicional.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, é para um ligeiro protesto.

Penso que não vale a pena, num debate deste tipo, entrar em polémicas que são inúteis. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que o Sr. Deputado Ângelo Correia fez algumas considerações acerca do meu partido que, em nossa opinião, não são verdadeiras e entendemos não serem oportunas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Limitamo-nos apenas a registar que o Sr. Deputado Ângelo Correia disse aqui que pela primeira vez se tinha falado verdade na caracterização da situação económica portuguesa e que ele próprio, nesta Câmara, já diversas vezes se havia pronunciado acerca da caracterização dessa mesma situação económica.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Quero formular, Sr. Presidente, um ainda mais ligeiro contraprotesto.

Naturalmente que o termo da referência que eu utilizava era o Governo e não os grupos parlamentares.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Percebo então por que razão aplaudiu o III Governo Constitucional.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Não aplaudi!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro: Ouvimos com toda a atenção a sua exposição, o que decorre, aliás, do grande número de pedidos de esclarecimento que lhe foram dirigidos por esta bancada e que, como teve ocasião de observar, não tiveram apenas o objectivo de criticar, mas também o objectivo de compreender.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro fez preceder a exposição da política económica e social deste Governo de uma introdução de natureza política que nos merece um comentário e algumas interrogações.

Em certo momento da sua introdução política afirmou que a sociedade nova que ambicionamos para o povo português constrói-se com o país real e não com o país imaginário. Somos naturalmente sensíveis a este apelo, mas ele suscita-nos uma primeira interrogação: qual é o país real?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como demonstrámos ao longo das perguntas que lhe dirigimos desta bancada, é do país real que parte a nossa reflexão sobre a política económica necessária e é ao país real que pretendemos dar resposta com as soluções que preconiza-

mos. Mas o país real a que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro se refere será o país real político? Peço-lhe então que, descendo ao quadro desta nossa Assembleia, responda a esta pergunta: Será o país real o conjunto dos dois partidos que expressa e claramente apoiam o Governo e que são a minoria desta Casa, ou, pelo contrário, os outros que o não apoiam? Ou serão todos? Mas, no todo, a maioria não traduzirá mais realmente os sentimentos do povo português, portanto a realidade? O que é que traduz o país real? Em democracia, não será o sufrágio? É certo que pode haver transformações e deslocações no eleitorado — não o negamos —, mas esta expressão que aqui está é a expressão legal do País enquanto se não realizarem novas eleições.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Este é o espelho, quer queiramos quer não, do país real.

Temos dito várias vezes que chegou talvez o momento em que a saída é a realização de eleições gerais antecipadas. Do nosso lado, estamos seguros que essas eleições vão demonstrar que o país real está com o projecto da Constituição e com todas as implicações que isso comporta. É por isso que temos reclamado, defendido e considerado como uma saída democrática para a crise política a realização de eleições gerais antecipadas. Não será, portanto, o sufrágio que traduz o país real? Ou — desculpe-me, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, a ironia, mas as suas palavras consentem-na — serão os analistas que V. Ex.^a referiu no seu discurso?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, é muito importante esclarecer a questão, porque os analistas estão a procurar dar uma visão do País real para o qual não têm qualquer mandato nem legitimidade legal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Eram estas, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, algumas considerações iniciais que lhe queria colocar.

De uma maneira ou de outra, já contemplada por Deputados do meu grupo parlamentar, gostaria, no entanto, de lhe formular de novo, talvez em termos mais prementes, porque mais chão, uma pergunta, que é esta: qual é a estratégia económica deste Governo?

Devo dizer-lhe que ao ler o Programa do Governo fomos tocados por um apelo que ele encerra com veemência, e que é o de que isto não pode continuar assim. Estamos de acordo, temos repetido isto inúmeras vezes nesta Casa e pelo País inteiro. Procura-se depois demonstrar a certeza e a urgência deste apelo, e aí começamos a discordar.

Na verdade, o diagnóstico feito pelo Governo não coincide largamente, como já tivemos oportunidade de demonstrar, quer numa intervenção da nossa bancada, quer através dos pedidos de esclarecimento que lhe dirigimos, com o nosso diagnóstico, e em pontos fundamentais. Mas onde estamos em total discordância é na conclusão. É que, começando por

dizer que isto não pode continuar assim, o Governo acaba por afirmar que isto tem de continuar assim.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Pode haver, em alguns domínios, margem para dúvida, isto é, se a política que o Governo agora se propõe é exactamente a que foi realizada por governos anteriores e que conduziu a esta situação. Mas, de uma forma geral, a política financeira, a política monetária, é a mesma e o Sr. Vice-Primeiro-Ministro conhece, como poucos de nós, como a política monetária, nas condições da nossa economia, continua a ser determinante.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas a nossa dúvida acerca de qual é a verdadeira estratégia deste Governo agrava-se ainda mais. Eu já não vou referir os aplausos da bancada do PSD e do CDS que foram objecto de considerações da parte do meu camarada Vital Moreira. Mas, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, recordo-me de uma afirmação que aqui foi produzida por um porta-voz do CDS e que foi a seguinte: que o Governo teve um certo pudor na clarificação das suas intenções. É pelo menos preocupante, visto que até algumas intervenções do CDS revelam uma grande intimidade com o Governo. Não lhe parece, depois do que acabo de dizer, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, que temos nós, bancada comunista, razões de sobejó para além dos motivos de crítica severa que fazemos ao diagnóstico, para além de identificarmos a política que se vai fazer com a política que se tem feito, para julgarmos, com razões fundamentadas, que essa política vai ser ainda mais agravada e que o quadro da nossa situação, que se pode traduzir pela baixa dos salários reais dos trabalhadores e dos rendimentos de caravanas e classes médias, pelo agravamento do desemprego, pelo aumento das falências, pela baixa de produção, pelo endividamento externo crescente e ameaçador da independência nacional, é o resultado que está à vista?

Sr. Vice-Primeiro-Ministro, foi já referida por esta bancada uma questão que ainda assim merecerá — e vou abreviar, porque o tempo destinado ao meu partido já é curto — uma observação ligeira, que é esta: fomos talvez o primeiro partido nacional a preconizar um grande esforço mobilizador dos Portugueses, como o primeiro de todos os remédios para enfrentarmos a situação e alcançarmos a saída da crise. E nesse esforço nacional tivemos ocasião de sublinhar que a contribuição dos trabalhadores era decisiva. Apreciamos a afirmação do Sr. Vice-Primeiro-Ministro nesse sentido. Mas ela é compatível com aquilo que o Governo se propõe fazer? Dá este Governo alguma esperança aos trabalhadores?

O meu camarada Vital Moreira, quando há pouco lhe colocou esta questão, fez largas considerações a respeito dela, mas eu ponho-lhe só esta questão: do ponto de vista económico, o Governo não dá nenhuma esperança, não traz nenhuma promessa. E do ponto de vista político, é mais equitativa a política que ora se propõe?

Talvez o Governo não se aperceba da gravidade de uma medida que anuncia, e que é a revisão da

legislação do trabalho, designadamente, e na parte da sua responsabilidade directa, a revisão da lei dos despedimentos, lei dos despedimentos essa que é obra desta Assembleia — foi inicialmente um decreto-lei do Governo, mas passou por aqui, em processo de ratificação, e foi profundamente alterada. Saiu, portanto, desta Casa, é obra das nossas mãos — boa ou má. O meu partido não a votou, mas trabalhou nela. Esta e a demais legislação do trabalho, aquela que não foi alterada neste último período parlamentar, constituem conquistas sociais, grandes conquistas dos trabalhadores portugueses.

Ora, quando no plano económico e no plano social os trabalhadores são duramente atingidos por esta política, porquê atingi-los ainda numa conquista importante que têm, que é uma legislação laboral progressista? E a favor de quem é que essa legislação vai ser alterada? Não é evidente que vai ser alterada a favor do grande capital, do sector menor da nossa sociedade? É isto melhorar a distribuição equitativa, que naturalmente a superação da crise exige em sacrifício aos Portugueses?

E quero dizer-lhe, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, que nós estamos de acordo em que é necessário fazer sacrifícios para superar a crise e quando falamos da mobilização nacional e da contribuição decisiva dos trabalhadores nós também pensamos em sacrifícios, mas em sacrifícios distribuídos. E a política que agora se anuncia, no seguimento da política que até agora tem sido feita, não é a da distribuição dos sacrifícios; é — e esta conclusão é inevitável, pese a quem pesar — descarregar o peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores.

Aplausos do PCP.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, era para usar da palavra, de acordo com a figura regimental do protesto, embora em rigor a intervenção do Sr. Deputado Carlos Brito, mais do que um protesto, mereça uma contestação.

Voltou ele a insistir, e não é a primeira vez que a sua bancada o faz, na afirmação de que o meu partido apoia este Governo, aplaude este Governo, tendo chegado a hipérbole ao ponto de dizer que aplaude calorosamente este Governo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — E foi verdade!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — O Sr. Deputado é que não estava cá!

O Orador: — A realidade é, porém, outra. E, como às vezes acontece que, por força das leis da propaganda, uma mentira repetida muitas vezes soará a verdade, . . .

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Olhe que não, olhe que não!

O Orador: — . . . vale a pena rectificar, corrigir e contestar afirmações que, neste sentido, têm sido feitas por Deputados comunistas.

O CDS disse claramente, e repete-o, que apoia este Governo sempre que a sua política corresponda à visão do CDS sobre o melhor interesse nacional e enquanto não dispuser de qualquer tipo de acordo político formalizado com o Governo ou com o Presidente da República que permita ter, em relação ao Governo, uma atitude de apoio mais sistemático. Quer isto dizer: a nossa atitude inicial não é de apoio, tão-pouco é de oposição. Isto poderá parecer estranho quando o Governo se apresenta diante do Parlamento, porque em teoria apenas são possíveis duas atitudes por parte dos grupos parlamentares em relação a um Governo que se apresenta à investidura parlamentar: ou apoiam ou opõem-se. Mas nós não temos culpa de os mecanismos constitucionais serem tais em Portugal que é possível a ocorrência de outras atitudes que não são nem de apoio nem de oposição e que ficam, cínicamente, a meio caminho entre uma e outra, inclinando-se o coração dos grupos parlamentares e dos Deputados mais para um lado ou mais para o outro consoante o comportamento do próprio Governo. Aliás, quem é o Partido Comunista Português para negar isto, se em relação ao I Governo Constitucional esta foi também a sua atitude, se em relação ao III Governo Constitucional teve a prudência e a cautela de, desmarcando-se dele a partir de uma moção de rejeição apresentada por ele próprio, recusar-se, ao mesmo tempo, a contribuir para os esforços que outros eventualmente fizessem no sentido de derrubar o Governo, de não permitir a sua investidura? O Partido Comunista Português tem exemplarmente traduzido a sua capacidade de estabelecer *nuances* entre apoio e oposição. E ao pretender, neste caso, atribuir uma vinculação política excessiva, e por isso mesmo por nós contestada, entre o CDS e este Governo está a cometer, pelo menos, uma grave incoerência. Mas vai mais longe e propõe-se, quando o meu colega Rui Pena falou do pudor do Governo em revelar as suas intenções, atribuir isso a não sei que fantasmagóricas intenções do nosso lado, ou do Governo — nós falamos por nós e o Governo fala por si. Mas, do nosso lado, é evidente que este Governo, se não tem pudor de formular claramente as suas intenções, tem, pelo menos, a reserva de as fazer e por isso é que insistentemente temos perguntado que tipo de apoios políticos é que, preferencialmente, o Governo procurará privilegiar nesta Assembleia da República. Nós não podemos acreditar que o Governo pretenda aqui repetir a política das coligações flutuantes que o Governo do Partido Socialista sozinho ensaiou na Assembleia da República. Talvez o Partido Comunista Português pense que é útil que o Governo deixe isso na sombra, porque nessa altura poderá ser um dos parceiros privilegiados — eventualmente sabemos os *flic-flac* e as piruetas para trás e para a frente que o Partido Comunista Português é capaz de dar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Por si fala!

O Orador: — Mas o Partido Comunista Português vai ainda mais longe neste campo da mistificação da

realidade política e da natureza deste debate: é que já se permite falar em nome de uma «maioria» nessa Assembleia.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Quem??

O Orador: — Quando o Sr. Deputado Carlos Brito pergunta ao Governo onde é que está o país real — se não estará na maioria desta Assembleia —, não se coíbe de dirigir os seus olhos tutelares e paternalistas para a bancada do Partido Socialista. (*Risos.*) Mas o que é que permite ao Sr. Deputado Carlos Brito antecipar que a atitude maioritária dessa Assembleia da República é de apoio ou de oposição a este Governo? Quem o titula para o dizer e com base em que argumentos é que o faz?

Eu seria desonesto, naturalmente, se não dissesse mais alguma coisa em nome da verdade.

É certo que neste Governo encontramos, nomeadamente na política económica, pontos que merecem o nosso apoio e a nossa concordância. Teremos ocasião de os explicar e de os desenvolver, e talvez até nem fosse necessário porque o nosso pensamento está expresso em múltiplos documentos publicados em diversas ocasiões. Mas, para nós, o problema deste Governo não é o concreto problema do IV Governo Constitucional que se apresenta sob a direção do Prof. Mota Pinto. É algo mais do que isso e tem a ver com duas realidades fundamentais. A primeira é a questão da urgência de se estabelecer um mínimo de estabilidade governativa no nosso país, coisa que parece não preocupar por aí além o Partido Comunista Português — está no seu direito, é o problema da sua própria hierarquia de valores políticos que está em causa. A segunda é a que diz respeito à articulação entre os diferentes Órgãos de Soberania. Nós não temos dúvidas em reconhecer que o Governo que aqui aparece é mais o fruto da legitimidade democrática do Presidente da República do que o fruto da nossa própria iniciativa parlamentar e que, no confronto entre a legitimidade democrática do Presidente da República e a do Parlamento, é necessário descobrir um novo ponto de equilíbrio e que esse ponto de equilíbrio passa necessariamente por um Governo. Se esse Governo, à partida, não nos oferece dificuldades inultrapassáveis do ponto de vista programático, da sua natureza ou da sua composição, é evidente que teremos de viabilizar esse Governo, como condição para a descoberta de um novo ponto de equilíbrio entre as legitimidades democráticas que existem no nosso país.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, para nós, este Governo é importante por si para governar e para resolver os problemas dos portugueses mas é também importante para que haja um mínimo de consenso nacional entre os diferentes Órgãos de Soberania. Se ele cair, se não passar, ter-se-á de entrar numa nova fase transitória, que atrasará ainda mais a descoberta desse ponto de equilíbrio, e como nós estamos convencidos de que sem esse ponto de equilíbrio não se pode resolver o problema da estabilidade governamental, e, por consequência, não se pode proceder seriamente ou minimamente que seja, ao ataque da crise económica e dos problemas concretos dos Portu-

gueses, nós consideramos que este Governo é, para além de tudo o mais, um Governo necessário como pretexto para a estabilidade do poder político em Portugal, ainda que ela esteja sempre condicionada pelos mecanismos artificiais e artificiosos que a Constituição estabelece a este propósito.

Eram estas as considerações que, na figura de protesto, julguei oportuno fazer depois da intervenção mistificadora do Sr. Deputado Carlos Brito.

Aplausos do CDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito brevemente, desejava formular um protesto, em nome do Grupo Parlamentar do PCP e em meu nome pessoal, contra a afirmação do vice-presidente do CDS, Sr. Deputado Amaro da Costa, de que a nossa intervenção foi mistificadora. Evidentemente que não foi — foi clara, está registada, pode ser lida, é concordante com as posições do meu partido.

Quanto ao fundo da intervenção do Sr. Deputado Amaro da Costa, devo dizer que ela não nos leva a alterar uma linha àquilo que dissemos relativamente à posição desse partido como neo-apêndice do PSD no apoio ao Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente: O Sr. Deputado Carlos Brito inventou a expressão «neo-apêndice», a qual creio não poder qualificar-se, rigorosamente, como uma expressão injuriosa, mas talvez ela releve do complexo de «apendicite aguda» de que sofre o Partido Comunista Português em face das posições da UDP.

Risos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, faremos agora o intervalo regimental, que será de 30 minutos.

A sessão está, portanto suspensa.

Eram 17 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Vou dar a palavra ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos para responder aos pedidos de esclarecimento, se assim o desejar.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse um dos Srs. Deputados que fizeram observações às minhas palavras que eu parecia ter experiência parlamentar, e devo dizer que isso é um equívoco,

porque não tenho. Nasci em Janeiro de 1926, ainda na I República, nunca fui Deputado e nunca participei em lides parlamentares. É talvez por isso que vou procurar responder ponto por ponto aos pedidos de esclarecimento que me foram formulados. Devo dizer também que só tenho dezoito minutos e que é dentro deste tempo que vou responder.

Este Governo é um Governo de apartidários, e para mim isso não significa antipartidários, pois não sou antipartidos. O que tenho, de facto, é independência de espírito, que alguns dizem ser a mais orgulhosa das aristocracias; mas, como sou plebeu, neto de camponeses e filho de proletários, posso permitir-me esse luxo. Desta forma, penso que fica respondida a primeira pergunta que me foi formulada pelo Sr. Deputado Vital Moreira . . .

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Como?

O Orador: — . . . quando disse que eu tinha falado como se estivesse a traduzir a posição de dois partidos desta Assembleia da República. Devo dizer mais uma vez que sou independente, tenho a independência de espírito que resulta desta condição.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Há aí um equívoco!

O Orador: — Em segundo lugar, também devo dizer que não discuto mas dialogo, porque discutir penso que é quando se está convencido e se quer dominar o adversário, dialogar é quando se procura a verdade. Neste sentido, eu dialogo e não discuto.

O Sr. Deputado Cavalheira Antunes disse que o Governo pretende obter um saldo positivo das despesas e receitas do Orçamento corrente, e devo dizer ao Sr. Deputado que eu, na minha intervenção, disse que o que é preciso é equilibrar e que havia três fases: a primeira, que é reduzir o deficit; a segunda, equilibrá-lo, e a terceira, tentar obter um saldo para se implementarem não só as despesas de capital no Orçamento — e aí parece-me que não merece dúvida —, mas também as despesas de investimento no sector empresarial do Estado. Naturalmente que também deverá haver disponibilidades de crédito e de poupança para o investimento privado.

É claro que poderia responder às perguntas com perguntas, mas não o vou fazer.

Também me perguntou o Sr. Deputado se eu mantinha as receitas. Eu devo lembrar que disse na minha intervenção que se ia manter a previsão da carga fiscal, mas tive também o cuidado de dizer — e isso é uma questão de estar com atenção — que as receitas não atingiam o previsto. Portanto, vamos ver se as receitas atingem o previsto e teremos aí uma contribuição muito significativa. Mas também penso que podemos fazer muito melhor com aquilo que gastamos, pois estamos a gastar mal, porque, primeiro, os serviços não têm eficiência; segundo, no Orçamento corrente não entram só aqueles elementos que o Sr. Deputado referiu, e que são a compra de bens e serviços, salários, transferências e subsídios aos cidadãos. Se V. Ex.^a ler o Orçamento corrente com atenção, encontrará lá outras verbas que se relacionam com alguns aspectos que frisei, e que são os subsídios, onde se podem, efectivamente,

fazer economias com uma racionalização e uma boa gestão.

Falou-se também do Código de Investimentos, e aí devo dizer que os ajustamentos que se pretendem fazer são muito simples e não são nada de extraordinário. A última versão do Código de Investimentos digamos que até satisfaz os capitalistas estrangeiros.

O que se vai fazer são ajustamentos, por exemplo, deste tipo: há uma empresa que tem 700 contos para transferir e, como hoje o limite máximo para a transferência é de 200 contos, ela tem de aguardar os dois ou três períodos que lhe concedem. Entretanto há uma grande empresa que tem 30 000 contos de lucros para transferir e aí não lhe dão dois ou três períodos, mas cinco períodos, e assim ela transfere 6000 contos em cada ano. Sr. Deputado, isto está bem? Eu penso que não, e é nesse sentido que vamos modificar.

Foi também dito aqui que se queria compatibilizar o inconciliável e nesse sentido tenho de fazer justiça que este ano crescemos, segundo os cálculos que temos disponíveis do Departamento Central de Planeamento, a 3,8%. Com todos os garrotes e aperitos, não foi de todo mau.

No que respeita ao Programa do Governo sobre o Instituto das Participações do Estado devo dizer que este vai ser mantido. O que vamos fazer é, e já está em curso esse trabalho, rever o Estatuto do Gestor Público, pois através disso ajudar-se-á a definir a sua responsabilização para com o Instituto das Participações do Estado, para com os Ministros da Tute-la e para dar responsabilização aos gestores. Estamos, como disse, a tratar disso, pois já havia um projecto que está agora a ser revisto porque tinha algumas incoerências. Perdoe-se-me o meu desrespeito pela lei, precisamente por não ser jurista, mas penso que tinha realmente algumas incompatibilidades do ponto de vista jurídico.

Disse o Sr. Deputado que eu ignorava as empresas públicas que dão lucro, e devo dizer que, primeiramente, falei somente de algumas empresas públicas que não dão lucro e, segundo, o que interessa numa óptica macroeconómica é o resultado global, pois há umas que dão prejuízo e outras que dão lucro. Mas se o resultado global é negativo — e devo dizer que o é —, a minha preocupação é esta: as que dão prejuízo, se for possível — e sabemos que há empresas que têm custos sociais que têm de ser repartidos por todos — e se for por motivo de ineficiência, têm de melhorar. Isso está, aliás, dito na minha intervenção; é ler, Srs. Deputados. Aquelas empresas que dão resultados positivos, pois é óptimo, porque vão até cobrir alguns prejuízos das outras.

Diz também o Sr. Deputado que recebemos uma herança negativa, e isso é um facto, pois a debilidade estrutural da economia portuguesa era muito grande. Mas o que é facto é que temos de reconhecer que não temos feito muito para melhorar a herança que recebemos.

Também alguns Srs. Deputados me falaram de uma série de projectos que tinham sido feitos pelos anteriores Governos e perguntaram-me o que é que o Governo pensava fazer. Devo dizer que este Governo tomou posse no dia 22 de Novembro e sete dias depois apresentou o seu Programa. E V. Ex.^{as} querem que eu conheça já os *dossiers* de Moncorvo,

do Plano Siderúrgico, da marinha mercante, do Alqueva, das pirites alentejanas, da CP, da Refinaria de Sines, da Petroquímica, etc.? Srs. Deputados, peço imensa desculpa, mas não sou génio. Apesar disso vou dizer alguma coisa.

Quanto ao Plano Siderúrgico, pensamos activá-lo. Quanto ao problema de Moncorvo, está a ser estudado, e isso tem de ser feito porque não há um estudo económico válido sobre a viabilidade de Moncorvo. Quanto à marinha mercante, é um factor onde temos de actuar, porque na nossa balança de transacções correntes está a crescer de ano para ano o *deficit* desta rubrica. Quanto ao Alqueva, está também a ser revisto — aliás por uma equipa que deve ter apresentado já na passada semana os resultados dos seus estudos, mas que eu ainda não tive tempo de ler. Vi só por alto que a componente eléctrica é de 15% e que o aproveitamento é muito caro devido à bombagem. Os aproveitamentos hidro-agrícolas a Norte também não são muito favoráveis devido à necessidade de bombagem, mas no Sul parece que a situação é melhor. É, portanto, necessário ver os relatórios, os estudos existentes e, de acordo com eles, assim se decidirá. Quanto à CP, é evidente que tem de ter apoio no que respeita a equipamento, mas também precisa de muitas outras coisas. Quanto à Refinaria de Sines, não quero deslindar ninguém, mas é uma desgraça. Quanto à Petroquímica, a situação é difícil em todo o Mundo. Em França acabam de fechar duas, vamos ver o que de melhor se pode fazer. Quando a parte da refinaria estiver completa, a sua utilização será de 40%. Mesmo que utilizássemos a 100%, portanto duas vezes e meia mais aquilo que vamos utilizar, as receitas não chegavam para cobrir as amortizações e os encargos financeiros. É só isto!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Falou um Sr. Deputado em reforçar a selectividade, e penso que isso tem de ser feito.

Disse-se também aqui que eu queria compatibilizar o inconciliável. Pois se eu dissesse a V. Ex.^{as} que iríamos de imediato começar a fazer todos esses projectos é que estava aqui a querer procurar o inconciliável. O que digo é que vamos estudá-los em termos de prioridades e daqueles que correspondem a curto, a médio e a longo prazos. A curto prazo, às necessidades mais imediatas. Quais são? Os de menor componente externa, portanto que conduzam a menos importações, e aqueles que absorvem mais mão-de-obra. Dentro destes critérios a curto prazo e do critério de criar as estruturas fundamentais para o desenvolvimento, é o caso do Plano Siderúrgico, onde a componente externa é de mais de 60%, e nós, não obstante, vamos para a frente com ele porque efectivamente é um projecto para o nosso desenvolvimento. Também isso está dito no meu discurso — só peço que se leia realmente com atenção o que se diz.

Mas o critério a curto prazo é este. E a longo prazo é criar as estruturas fundamentais ao desenvolvimento.

Quando à evolução da taxa de desvalorização, julgo que não vou ser responsabilizado por aquilo que não fiz, mas por aquilo que eu e os meus colaboradores, sob a orientação do Sr. Primeiro-Ministro, fi-

zermos. Ora bem, eu disse claramente que ia tentar baixar a taxa de desvalorização deslizante, em que estamos a actuar, em seis ou oito pontos. Todos nós gostaríamos talvez que se pudesse fazer milagres, mas devo dizer que não sei fazer milagres. Faço o que é possível e com determinação.

Também se disse aqui que o complexo de Sines estava parado e eu vou só dar um exemplo . . .

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Eu referi apenas o cais mineraleiro, Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Orador: — Quanto ao cais mineraleiro, está a ser estudado com o projecto de desenvolvimento do cais do Seixal.

Aproveito desde já para esclarecer, pois penso que talvez haja interesse, que o derrube do molhe vai-nos levar, e isso é uma solução admitida, a fazer um molhe subterrâneo para quebrar as ondas, e se isso não for bem feito vai constituir um trampolim para elas. E enquanto não construirmos esse molhe subterrâneo, cuja construção é dificílima, já gastámos, a atirar pedras para o mar, a fim de nos possibilitar a construção desse tal molhe subterrâneo, 995 000 contos.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — E porquê, Sr. Vice-Primeiro-Ministro?

O Orador: — Um outro ponto aqui referido por um dos Srs. Deputados foi que eu falei, quanto às vantagens do Mercado Comum, da maioria das transformações do nosso desenvolvimento económico e não falei da minoria. Ora bem, todas as pessoas sabem que todas as acções têm vantagens e inconvenientes e que as decisões em política têm de ser tomadas pela ponderação dos efeitos positivos e negativos. Este Governo, prosseguindo, de resto, políticas dos Governos Constitucionais anteriores, pensa que política e economicamente a adesão ao Mercado Comum é uma opção válida. Mas em todo caso aceito que haja partidos que não pensem deste modo, pois a democracia consiste precisamente na liberdade de cada partido e de cada um pensar como entende.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Disse-se aqui também que eu não estava muito fiado na fiscalização económica, e que portanto dizia isso por dizer. Devo dizer que não foi nada disso o que eu disse. O que eu disse é que íamos intensificar a fiscalização económica, mas que não era crédulo ao ponto de supor que com a fiscalização económica ia resolver o problema dos circuitos de distribuição, porque não temos de atacar o mal pelos seus sintomas, mas sim pelas suas causas.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, é na revisão dos circuitos de comercialização que vai incidir a nossa acção principal. Será um problema demorado, complexo,

mas vamos fazer a fiscalização. No entanto, não penso que com a fiscalização resolvo os problemas. Não sou ingênuo a esse ponto.

Assim, o que eu disse foi que não me fiava apenas na fiscalização, porque isso seria atacar os sintomas, e não as causas.

Perguntaram-me também a minha opinião sobre o problema da lei das finanças locais. É um problema que não é tão fácil como isso, devo dizê-lo abertamente. Vamos fazer com que dela tiremos os proveitos, tal como disse em relação à adesão ao Mercado Comum, e evitar os encargos. Vou dar-vos alguns pequenos tópicos, apesar de V. Ex.^{as} conhecerem talvez melhor do que eu o problema.

As câmaras municipais têm cerca de 7 milhões de contos em depósito e devem 3 milhões. A capacidade de gastos aumenta 100 %. A percentagem para as câmaras incide sobre os subsídios aos preços e sobre os encargos com a dívida pública. Quer dizer: quanto mais o Estado estiver a dever, maiores contribuições tem de dar. Isto deve obedecer a uma lógica, só que eu não a entendo.

Falou-se aqui também na balança de transacções correntes. Com efeito, ela melhorou. Contudo, as afirmações que se fizeram são válidas, Sr. Deputado António Guterres. A prova está aqui, nos elementos do Banco de Portugal. Efectivamente, a balança de transacções correntes, em dólares, melhorou de Janeiro a Setembro de 1978, pois o *deficit* é menor. Em escudos menos 17 % e em dólares menos 25,5 %. Mas a balança comercial, em escudos, foi mais 9 %, e em dólares mais 4 %, contra 25 % das transacções totais. Quer dizer que foi o turismo com mais 40 % e as transferências privadas com 26,5 % que para tal contribuíram.

Falou-se também em que a ligação entre o sector público e o sector privado parece ser pecaminosa. Foi precisamente o que eu disse, embora por outras palavras. Quando me referi ao sentido das nacionalizações e citei os n.^{os} 2 e 3 do artigo 85.º da Constituição, foi precisamente isso o que eu queria dizer.

Ao contrário do que, parece, se disse, não tratei mal o sector privado. Inclusivamente até disse que havia um complexo contra a iniciativa privada em relação ao funcionamento do sistema democrático. Creio mesmo que terão sido estas as palavras.

Quanto ao sector público, o que nós pretendemos é uma programação através do PISEE, para procurar uma situação mais coordenada. A este respeito devo dizer o seguinte: no acesso ao crédito, os números que citei são elucidativos. O sector público não tem sido prejudicado. Com efeito, as condições que o oneram e o preço do crédito é elevado, mas pela quantidade de crédito concedido ao sector público não há prejuízo algum para este sector.

Srs. Deputados, vou responder a mais perguntas, mas ontem levantou-se um problema que não gostaria de deixar passar nesta Assembleia, para que ele fique esclarecido. Afirma-se que foi vendido ouro, mas eu vou esclarecer. Não vendemos ouro desde Julho de 1978 e nesse mês vendemos muito pouco. As maiores vendas tinham sido no mês de Junho. Em Julho praticamente não vendemos nada, ou seja, apenas 933 kg. Desde então não vendemos

nenhum ouro. Neste momento, a situação é a seguinte: temos 687 744 kg; destes estão a garantir empréstimos 31,6 %, ou seja, 217 347 kg. Mais ainda: estamos a aplicar mensalmente 30 milhões de dólares para libertarmos o ouro que está a servir de garantia aos empréstimos. Assim, ficam V. Ex.^{as} elucidados, bem como o País. Não se esconde nada e esta será sempre a minha política. A franqueza não sei se será um defeito, se uma virtude; mas é uma política e é a minha.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Vital Moreira, já lhe respondi à primeira pergunta ao falar da minha independência de espírito, . . .

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não a pus em causa.

O Orador: — . . . e de que me orgulho, na minha condição de neto de camponeses e filho de proletários.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não foi posta em causa, Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Orador: — Tenho nisso muita honra.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Ângelo Correia, vejamos agora a situação económica do País. Pintei um quadro negro, mas que é verdadeiro. Não sei se VV. Ex.^{as} repararam que na primeira parte do Programa do Governo, referente à parte económico-social, não se fez nenhum juízo de valor, pois, praticamente, há números e um comentário aos mesmos para esclarecê-los. É precisamente aquilo que ali está. Aqueles são os números oficiais, e, se houver erro, ele será das estatísticas oficiais, embora admita que exista num caso ou outro. Contudo, eu não tenho uma estatística dupla. Tenho apenas a oficial, e é a que existe.

A situação económica do País é, com efeito, de dificuldades. Tal facto resulta das nossas estruturas produtivas, da crise externa, da forma como foi efectuada a descolonização e, vamos lá, de um mau governo, o que, até certo ponto, é natural em certos períodos revolucionários, pois há sempre certas perturbações que não deixam curar muitos dos problemas da Administração. Temos de aceitar isso como um custo normal, mas um custo . . .

O Sr. Deputado Carlos Brito referiu-se aqui também ao problema da capacidade para mobilizar o povo. Disse várias vezes que é necessário partilhar os frutos do desenvolvimento. Esta questão será melhor respondida pelo Sr. Primeiro-Ministro, mas também eu me referi a isso. Só é possível mobilizar os trabalhadores se estes participarem nos frutos do desenvolvimento, e disse isso numa frase da minha intervenção.

Disse ainda que respeitava o esforço dos trabalhadores, que respeitava esta Assembleia, assim como os Srs. Deputados. Portanto, penso também ter sido claro nesta matéria.

Voltando à questão do Sr. Deputado Ângelo Correia que o quadro era cinzento. Já respondi a isso. Penso que ele não é cinzento, ele é o que é.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não posso modificá-lo. Como português eu gostaria que ele fosse cor-de-rosa, disso não tenha dúvidas, Sr. Deputado. Mas não tenho capacidade para alterar as cores e nem sou daltônico. (Risos.) Nada posso fazer.

Perguntou-me também se o IV Governo vai renovar o acordo com o FMI. Vamos começar a negociá-lo em Janeiro e esperamos ter concluídas as negociações — se agora passarmos — em Março. Efectivamente, dado que em certos aspectos, noutras não, temos conseguido cumprir os nossos objectivos, espero que o resultado dessas negociações se traduza em menor sacrifício para o povo português. É o meu ardente desejo e farei tudo, lutarei de todas as formas para que isso seja possível. Não posso prometer mais, e apenas com as negociações e os seus resultados é que se vai ver.

O Sr. Deputado Carlos Brito colocou-me algumas interrogações sobre a sociedade nova, o país real e o país imaginário. Responder-lhe-ei brevemente, pois também penso que a essa pergunta deve ser o Sr. Primeiro-Ministro a responder-lhe. Mas quero dizer-lhe qual a minha ideia, visto que essa observação resultou de uma frase minha. O que eu pretendia era a refutação do sebastianismo ou do messianismo. Julgo que V. Ex.^a não estará em desacordo comigo. Talvez a forma de o dizer não tenha sido muito clara, mas era isso o que queria dizer. Não podemos pensar em países que não existem, mas sim naqueles que existem.

Quanto ao problema da correspondência com o país real, o Sr. Deputado falou nesta Assembleia. Pois, com certeza, é esta Assembleia que representa hoje o povo português. Se V. Ex.^a me disser que umas novas eleições — e a dúvida não foi levantada por mim, foi por V. Ex.^a — determinariam agora, ou em 1980, uma situação diferente, digo-lhe que não sei. Talvez, mas apenas as eleições o dirão. Portanto, não posso responder. Contudo, é com o que temos politicamente na nossa frente, neste momento, que temos de contar.

O Sr. Deputado Carlos Brito referiu-se depois aos analistas. Devo dizer-lhe que citei os analistas, mas não fundei neles os meus juízos. A frase — embora não goste de fazer publicidade, digo o nome — é do Dr. Eduardo Lourenço, que, citando um engenheiro, diz que «somos um país de pobres, com a mentalidade de ricos», o que também se traduz no combate ao messianismo. Também agora, como na história do sapateiro no 5 de Outubro, que foi deitar as suas ferramentas ao Tejo, pensando que já não precisava de trabalhar mais, as pessoas pensam assim. Era esta a ideia que queria combater, ou seja, a ideia de que a revolução seria a facilidade. A revolução é o trabalho; essa é que é a verdadeira revolução.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Apoiado!

O Orador: — Era esta a ideia que queria apresentar.

O Sr. Deputado Carlos Brito perguntou-me também qual era a estratégia do Governo. Eu digo-lhe: é procurar com o mínimo dos sacrifícios possíveis

atender aos problemas imediatos e preparar o futuro do povo português para níveis de satisfação das suas necessidades que estão hoje muito longe daquilo que deveriam ser.

Disse-me V. Ex.^a que a posição do Governo é: «Isto não pode continuar assim, mas tem de continuar assim.» Peço desculpa de não responder, mas para mim isso é pura dialéctica e V. Ex.^a vai-me desculpar que não entre em meras discussões formais.

Disse também o Sr. Deputado que não houve o menor pudor em procurar ser bem claro. Julgo que na minha intervenção . . .

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Era uma citação de um porta-voz do CDS.

O Orador: — Passou-me esse facto. Mas eu tenho aqui apontado o n.º 3 e . . .

Pausa.

O n.º 3 é de V. Ex.^a, Sr. Deputado!

Risos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Era uma citação.

O Orador: — Bem, de qualquer forma o que eu vou dizer serve para todos os partidos. Sou independente e, como tal, respondo a qualquer partido da mesma forma.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito obrigado!

O Orador: — Solicito, porém, a quem me fez esta pergunta — peço desculpa de ter trocado os nomes, mas é a pressa — que leia a minha intervenção. Não há falta de pudor. Há clareza, há objectividade, há determinação. Portanto, peço que a leiam e, então, estaremos prontos a responder à questão.

Disse depois que havia o problema da baixa do nível de rendimento das classes trabalhadoras — esta pergunta é, com efeito, do Sr. Deputado —, do desemprego, da inflação, das falências, do endividamento externo. Este é um quadro que, confesso, é totalmente funéreo. Devo dizer a V. Ex.^a, sem qualquer intuito — pode crer — menos respeitoso, que não tenho nada o espírito de cangalheiro (*risos*), embora respeite a profissão, e não estou disposto a ser o cangalheiro deste país!

Disseram ainda que eu dei esperanças aos trabalhadores. É verdade, dei esperanças aos trabalhadores.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Eu digo que o programa do Governo não dá.

O Orador: — Sr. Deputado, vamos agir democraticamente. V. Ex.^a já falou e agora falo eu.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Era só para esclarecer o que eu disse.

O Orador: — Pois, dei esperanças aos trabalhadores. Na minha intervenção o que o Sr. Deputado não encontra é demagogia, porque isso não sei fazer. Vamos procurar uma melhor distribuição dos custos da crise económica, através da baixa da infla-

ção e da alteração da tributação. Devo desde já dizer que irei propor a alteração, nomeadamente, do imposto profissional das profissões por conta de outrem, bem como do imposto complementar. Digo por conta de outrem porque há outras profissões onde se devem evitar a evasão e a fraude fiscal. O facto de haver um preço sem recibo de x e um preço com recibo de $x+y$ não pode ser. Isso não!

Vozes: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Aí tem o nosso apoio!

O Orador: — A alteração que se preconiza não é propriamente no sentido de favorecer o capital. O que temos de pensar é que a iniciativa privada dá a maior contribuição para o emprego. Portanto, há muitos sectores da iniciativa privada cujo desenvolvimento vai contribuindo significativamente para o emprego. E esse é o nosso problema. Estamos, com efeito, com um nível de emprego elevado, mas que não é o que certas estatísticas dizem. Os meus números são os do inquérito permanente de emprego e — peço desculpa ao Sr. Ministro do Trabalho — não são os do Ministério do Trabalho. A verdade; se não estiver nos primeiros, não deve estar longe deles, até porque, se a taxa de emprego de que aí se fala fosse autêntica, não sei onde já estavam as tensões sociais.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Creio já ter dito tudo.

Pausa.

Não, não. Ainda tenho outra para dizer.

Risos.

Falou-se também no poder de compra dos trabalhadores. Os números que tenho aqui, considerando as remunerações com descontos das entidades patronais — se quiserem, no entanto, referir-me-ei a eles sem descontos e o resultado será o mesmo — em 1973, sem descontos, tinham uma percentagem da massa salarial de 46,9 %, em 1974 era de 52 %, em 1975 era 63,4 %, em 1976 começa a baixar, sendo de 62,5 %, em 1977 baixa ainda para 59 % e este ano é capaz de ter baixado ainda mais. Os cálculos e previsões que existem indicam que baixará na ordem de 3 %, ou seja, para 56 %. Portanto, estamos abaixo do nível de 1977, de 1976 e de 1975, mas não abaixo do nível de 1974 e de 1973.

Mas, dirão os Srs. Deputados: «Então, se o poder de compra dos trabalhadores tem decrescido, o que é que se passa?» Disse-se aqui que era muito fácil fazer contas, mas não é. Eu explico: a deterioração dos termos de troca ocasionou uma diminuição do poder de compra dos Portugueses de 5 %; a vinda dos retornados ocasionou uma perda de poder de compra equivalente a 5 % ou 7 %, estando já uma parte absorvida e, assim, talvez 3 % ou 4 %. Assim, o povo português na sua totalidade diminuiu uns 10 % o seu poder de compra no princípio de 1977, mas vamos lá que sejam agora 5 %. Se os trabalhadores mantiveram a sua percentagem no total, quer dizer que a diminuição do poder de compra total foi para

outras classes. Isto significa — a propósito de um *slogan* que muito se ouve — que quem pagou a crise fomos todos nós. Fomos todos a pagar a crise.

Vozes do PS, PSD e CDS: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, as contas não são assim tão fáceis. É preciso saber fazê-las. Não que sejam difíceis, mas tem de se ter muito em atenção, pois pagámos todos a crise.

Julgo já ter respondido o suficiente. Muito obrigado e desculpem.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Anúonio Guterres, suponho que para prestar esclarecimentos.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, é costume nesta Casa, em discussões do Programa do Governo, ter particular tolerância em relação aos tempos de que dispõem os Ministros das Finanças. Já assim aconteceu em outros debates e penso que assim poderá acontecer de novo, para que não lhe seja cerceado o direito à palavra.

Em primeiro lugar, a sua recente intervenção corrobora inteiramente as observações que lhe fiz e, nesse sentido, agradeço-a.

Já agora aproveito para lhe pedir duas ou três precisões, já que tantos números aqui foram citados.

A primeira diz respeito à comparação entre a balança de transacções correntes no 3.º trimestre do ano passado e a balança de transacções correntes no 3.º trimestre deste ano, na medida em que nos parece ser o 3.º trimestre deste ano aquele em que pela primeira vez se fez sentir, não digo na sua plenitude, mas já com alguma intensidade, o programa de estabilização. Portanto, é mais sobre esse trimestre que as comparações fazem sentido do que sobre os dois anteriores.

A segunda é em relação à evolução das importações e das exportações do ano passado para este ano, em volume, na medida em que, numa balança comercial em que as importações ficam, por vezes, no dobro das exportações, é sempre fácil agravar o *deficit* em escudos, mesmo que as importações cresçam muito menos que as exportações. Portanto, se é possível, peço-lhe os números do crescimento em volume das importações e exportações, não só para o conjunto dos primeiros meses deste ano, como, sobretudo, para o período que decorre no 2.º e 3.º trimestres. Também aí se verifica uma melhoria substancial à medida que se foram fazendo sentir os efeitos do programa de estabilização.

Peço-lhe, portanto, para não ser eu a citar esses números, pois é mais correcto que seja o Governo que, caso seja possível, os forneça.

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, se assim o entender.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro: — A resposta à primeira pergunta do Sr. Deputado António Guterres é sim. A balança de transacções correntes apresentou melhorias no 3.º trimestre, mas fundamentalmente

— não digo só — devido a um grande aumento das remessas dos emigrantes. Como sabe, o 3.º trimestre vai até ao fim de Setembro, apanhando o Verão, e este ano vieram muitos mais emigrantes e as suas remessas foram superiores. O turismo também foi muito mais intenso.

Relativamente às exportações e importações, as exportações cresceram um pouco mais do que se esperava. É um facto. Mas as importações não diminuíram tanto como se esperava. Mesmo assim, houve um agravamento no saldo da balança comercial. Em relação aos objectivos, excedemo-lo ligeiramente nas exportações, mas ficámos aquém nas importações. É facilmente comprehensível que tivéssemos ficado aquém nas importações, pois a elasticidade da relação entre os rendimentos e as importações é de 1,5 %. Quer dizer que cada 1% do rendimento nacional implica 1,5 % de aumento nas importações. Para podermos crescer à taxa de 3,8 %, tivemos de pagar uma diminuição menor do que a esperada nas importações.

Aqui tem a resposta.

O Sr. António Guterres (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Se me fosse possível interpelar novamente o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, perguntaria, na medida em que a simples palavra «melhoria» me parece uma caracterização não suficiente, se é ou não verdade que no 3.º trimestre do ano passado houve um *deficit* nas transacções correntes superior a 300 milhões de dólares e que no mesmo trimestre deste ano houve um saldo positivo avaliado em, salvo erro, 40 milhões de dólares.

O sr. Presidente: — Sr. Vice-Primeiro-Ministro, se assim o desejar, pode responder.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro: — É verdade. Esses números são verdadeiros. Posso até dizê-los a V. Ex.^a com exactidão. No 1.º trimestre de 1977 tivemos 342 milhões de dólares de *deficit*. Este ano tivemos 459 milhões, portanto superior ao do ano passado. No 2.º trimestre do ano passado tivemos um *deficit* de 438 milhões de dólares. Este ano, no mesmo período, tivemos 414 milhões. Houve alguma melhoria, mas em dólares, porque os escudos . . .

Risos.

. . . têm descido.

No 3.º trimestre — e aqui vai o Sr. Deputado ficar satisfeito com a citação do número que queria que eu dissesse . . .

Risos.

. . . e aqui vai ele: um *deficit* de 337 milhões no ano passado e um saldo positivo de 41 milhões este ano.

Está satisfeito?

O Sr. António Guterres (PS): — Muito obrigado!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Não se deve isso ao PS; é aos emigrantes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino Lima.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros nomeados: O Governo encontra-se nesta Assembleia — eleita pelo voto directo dos Portugueses — para submeter à prova de não rejeição o Programa que se propõe executar se nós, os Deputados que a constituem, entendermos que as suas orientações e projectos são os mais conformes com o interesse nacional. Mas, para tomarmos a decisão de o aprovar tacitamente ou de o rejeitar expressamente, é claro que não nos basta estudar esse Programa como se fosse um documento inodoro e incolor que tivesse caído sozinho no meio desta Sala. Não, ele foi aqui trazido por alguém que se propõe executá-lo. Assim, mais do que as palavras nele contidas — ainda que fossem boas — impõe-se que olhemos para quem se propõe transformá-las em actos do Governo. E se estes — pelo seu passado e pelo seu presente — nos apontam para a certeza de irem fazer pior do que escreveram, o Programa deve ser rejeitado, ainda que dele rescedessem algumas bondades. Ora, nem sequer é este o caso presente . . .

Vem isto a propósito de algumas passagens do Programa sobre as linhas gerais de acção política do Governo e sobre as linhas de acção específica do Ministério da Agricultura e Pescas, passagens que ilustram bem a contradição frontal entre o que se diz em palavras e o que se faz na zona da Reforma Agrária, entre aquilo que se escreve no Programa e aquilo que o MAP tem estado a fazer e se propõe continuar a fazer aos trabalhadores da Reforma Agrária.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados: No Programa de Governo, quando se indicam as linhas gerais da sua acção política, diz-se de modo enfático que «o Governo quer exercer as suas funções no sentido de contribuir relevantemente para a preservação e fortalecimento da convivência democrática em Portugal», e que esta vontade lhe impõe «uma actuação norteada pelo respeito da Constituição e das leis». Ora, o Governo que diz isto, que fala na «convivência democrática», é o Governo que — apesar dos protestos generalizados de vastíssimos sectores da sociedade portuguesa — afrontosamente mantém os Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral na pasta da Agricultura e Pescas e na Secretaria de Estado da Estruturação Agrária, fazendo-os transitari do Ministério Nobre da Costa, onde se tornaram tristemente famosos pela violência que desencadearam nos campos do Alentejo, seguindo o exemplo degradante dos Srs. Barreto e Portas. O Governo, que fala no «respeito da Constituição e das leis», é o Governo que mantém afrontosamente no MAP a equipa de Vaz Portugal-Ferreira do Amaral, que, tal como a equipa Barreto e Portas, praticam permanentemente naquele departamento governamental as mais descaradas arbitrariedades, irregularidades e ilegalidades

contra as unidades colectivas de produção e as cooperativas, com o claro fim de fortalecer os agrários.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Governo que, na parte do Programa respeitante à política específica do MAP, fala na «aplicação da legislação da Reforma Agrária no tocante aos direitos sobre a terra na zona de intervenção, com abertura ao diálogo com as partes interessadas» — pasme-se! —, é o Governo que mantém afrontosamente no seu seio os Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral, que, se escreveram a palavra «diálogo» sob pressão da opinião pública, que o exige, de certeza o fizeram a rir às gargalhadas, ao mesmo tempo que instrumentalizavam as forças de segurança da República para espancar brutalmente os trabalhadores agrícolas.

Aplausos do PCP.

Srs. Deputados: Como é possível acreditar nessa «abertura ao diálogo» de que nos fala o Programa no capítulo da política sectorial do MAP, quando os responsáveis pela sua execução são os mesmos que desde 10 de Outubro passado desencadearam na zona da Reforma Agrária uma brutal repressão sobre os trabalhadores — que não querem outra coisa senão trabalhar a terra e ter terra para trabalhar?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como é possível acreditar no «diálogo» dos Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral quando sabemos, como todo o País sabe, que foram eles que mandaram a GNR, de 11 a 15 de Outubro invadir a UCP. Liberdade de Seda, no concelho de Alter do Chão, que espancou trabalhadores, um deles — Abel Maria Silveira — um pobre inválido e dois outros que tinham mais de 60 anos; e onde o trabalhador António Casqueiro foi agredido por sete guardas quando oapanharam sozinho?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E que, em 13 de Outubro, mandaram invadir a UCP Estrela Negra, de Sousel, onde cerca de setenta mulheres, adolescentes e crianças foram mordidos por cães, feridos e perseguidos dentro dos seus próprios quintais pela GNR, que partiu um braço e provocou ferimentos em todo o corpo a Felisberta Pires Coelho, deslocou duas costelas à coronha a César Pereira Valente, fez morder por um cão a grávida Laurinda Martins Serra, acção repressiva que provocou ferimentos a trinta e nove pessoas, que tiveram de receber tratamento no Hospital Distrital de Portalegre? E, em 16 de Outubro, não foram eles que mandaram invadir pela GNR a UCP Dois de Janeiro, de Alter do Chão, que espancou uma dúzia de trabalhadores, entre os quais duas raparigas de 14 anos, a quem feriram brutalmente na cara? Como havemos de acreditar no «diálogo» dos Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral quando sabemos, como todo o País sabe, que foram eles quem mandaram invadir em 27 de Outubro a Cooperativa de S. Bartolomeu do Outeiro, em Portel, e que aí a GNR, acompanhada por agrá-

rios, feriu mais de cinquenta pessoas, indo ao ponto de arrancar os trabalhadores de dentro de camionetas para os espancar, fracturou uma perna a Teresa Maria Marques e um pé a Josefa Alves? E que em 6 de Novembro mandaram invadir a UCP Unidade de Trabalhadores, em Campo Maior, pela GNR, que fez mais de trinta feridos e perseguiu os trabalhadores pelas ruas da vila?

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Malandros!

O Orador: — Estes são alguns casos — só alguns casos — comprovativos do que para os Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral significa a palavra «diálogo» e do que para este Governo, cujo Programa estamos a julgar, significa «convivência democrática»!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Este tipo estranho de «diálogo» e de «convivência democrática» já provocou no Alentejo, desde que os Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral são os reis do MAP — isto é, só em dois meses —, cerca de cento e setenta feridos! E para manter esse «diálogo» e essa «convivência democrática» com os trabalhadores da Reforma Agrária, a GNR pôs em acção, além de centenas de guardas, helicópteros, auto-metralhadoras, jeeps, cavalos e cães, efectuou prisões e fez interrogatórios pidescos, destruiu hortas e outros bens.

Srs. Deputados: Pressinto que alguns de vós estão a pensar que toda esta violência tem sido necessária para impor a autoridade do Estado, que alguns de vós estejam a navegar nas águas turvas do Programa do Governo quando diz que «importa confirmar a compatibilidade da democracia com a afirmação quotidiana da soberania do Estado» e que «a soberania estadual exige o respeito pelas leis da República e o acatamento da autoridade democrática do Estado». Bem sabemos o que o Governo quer dizer com isto, com estas frases gongóricas que levam destinatários. Destinatários que não são outros senão os trabalhadores da Reforma Agrária, em primeiro lugar, e, em segundo, os cidadãos, partidos políticos, sindicatos e movimentos de opinião que, de uma maneira impressionante, têm protestado contra o que se está a passar, uma vez mais, na zona da Reforma Agrária e se têm solidarizado com os trabalhadores das UCP's e cooperativas que resistem à entrega aos agrários das terras onde finalmente encontraram trabalho durante todo o ano.

Mas essas invocações da legalidade que ouvimos fazer ao PSD, ao CDS, ao PPM, ao MIRN, à CAP e agora a este Governo, todos falando de paz no Estado de direito, na legalidade democrática, na obrigatoriedade do cumprimento das leis — só para atacar os trabalhadores, os comunistas e o seu partido, os democratas que vêm na Reforma Agrária, consagrada na Constituição, uma das mais belas conquistas do 25 de Abril e que entendem que ela deve ser defendida —, todos esses que falam de paz com tal sentido, ou estão no mais total desconhecimento das arbitrariedades, ilegalidades, abusos de poder e crimes que têm sido e estão a ser cometidos pelo MAP e pelos seus serviços ou revelam o maior e o mais degradante dos cinismos. O Ministério da

Agricultura e Pescas de Barreto e Portas e de Vaz Portugal e Ferreira do Amaral é um lamaçal de arbitrariedades, de ilegalidades, de abusos de poder e de crimes — repito, para que todos me oiçam e me entendam. E passarei a demonstrá-lo, de forma algo resumida e breve, porque o tempo me é contado, mas suficientemente ampla para que não fiquem dúvidas a ninguém de boa fé.

Srs. Deputados: Os trabalhadores da Reforma Agrária têm sido vítimas das maiores tropelias do MAP e seus serviços dos Srs. Barreto e Portas, mesmo antes da publicação da Lei de Bases da Reforma Agrária, e do MAP e respectivos serviços dos Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral, dos agrários e da GNR a mando daqueles. Sempre que podem, os trabalhadores — para além de se defendem legitimamente através do exercício das liberdades que a Constituição lhes confere, protestando, manifestando-se, reclamando junto dos órgãos de soberania — têmapelado para os tribunais. Desse apelo aos tribunais são testemunhos os processos criminos intentados contra praças da GNR e agrários e seus lacaios por ameaças e violências várias, inclusive à navalha e a tiro, danos em searas, furtos de gado, de frutos pendentes e de máquinas, processos que correm em muitas das comarcas do Alentejo, designadamente nas de Redondo, Vila Viçosa, Elvas, Fronteira, Serpa, Beja, etc. Mas para além destes processos crimes e também de várias acções cíveis que estão em curso, posso garantir-vos que, só do meu conhecimento, pendem presentemente no Supremo Tribunal Administrativo cerca de cem processos referentes ao contencioso administrativo de anulações, isto é, acções de recurso respeitantes ao controlo judicial da actividade do Executivo, estando prestes a ser intentadas mais algumas dezenas de acções do mesmo género provocadas pelas recentes actuações do MAP. Se alguns destes processos levantam questões de mera técnica jurídica, a sua maioria esmagadora põe questões críticas relativamente a ofensas da legalidade democrática por parte daquele Ministério.

Vou começar, portanto, a dar-vos o extenso rol das arbitrariedades, ilegalidades, abusos de poder e crimes que o MAP e seus serviços têm cometido contra os trabalhadores da Reforma Agrária.

1.º O processo legal de concessões de reservas, antes da publicação recente do Decreto-Lei n.º 81/88, de 29 de Abril, era regulado no Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho, segundo o qual os centros regionais da Reforma Agrária dariam conhecimento da portaria de expropriação ao proprietário expropriado a fim de que este pudesse exercer o direito de reserva, direito este que caducava se o proprietário o não exercesse, dentro de certo prazo, através de declaração escrita enviada ao IRA por carta registada. Preceitos idênticos regulavam, através do Decreto-Lei n.º 407-A/75, de 30 de Junho, a concessão de reservas de prédios rústicos beneficiados por determinados aproveitamentos hidroagrícolas. Pois bem: há fortes certezas de que o MAP não respeitou aqueles decretos-leis e concedeu reservas que não lhe foram requeridas nos termos legais. Tais certezas avolumam-se pelo facto de o MAP, nos processos em que se discute a legalidade da concessão de reservas, sistematicamente se negar a revelar ao Supremo Tribunal Administrativo — co-

mo lhe impõe o n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 256-A/77, de 17 de Junho — a existência ou inexistência dos pedidos de concessão de reservas. Quer dizer: o MAP, com o intuito de retirar terras às UCP's e cooperativas, com o intuito de as destruir, com o intuito de prejudicar os trabalhadores e favorecer os agrários, ofereceu e deu reservas a quem lhas não requereu em tempo e pela forma legal. A isto se pode adaptar o velho ditado: «para os amigos, mãos rotas». Para os inimigos, todos os vóges da GNR.

2.º O Governo é legalmente obrigado a fundamentar os despachos que concedem reservas ou impõem devoluções de terras, máquinas, gados e frutos. Isto resulta expressamente do citado Decreto-Lei n.º 256-A/77, em cujo relatório se diz: «O presente diploma destina-se a reforçar as garantias da legalidade administrativa e dos direitos individuais dos cidadãos perante a Administração Pública.» Pois, apesar do que logo no artigo 1.º desse diploma se diz — «devem ser fundamentados os actos administrativos que, total ou parcialmente [...] afectem direitos» —, o MAP quase sistematicamente se limita, quando concede reservas ou procede a devoluções, a enviar às UCP's e cooperativas ofícios como este que aqui tenho e lhes vou ler e que diz secamente o seguinte:

Comissão directiva da UCP 5 de Junho — Valongo, Avis:

Vimos informar VV. Ex.ºs de que vão estes serviços efectuar no dia 14 do corrente, terça-feira, a entrega da reserva a João Pires de Cáceres demarcada na Herdade da Goiá, assim como respectivos gados e bens de equipamento.

Com os melhores cumprimentos.

Ora, o n.º 3 do referido artigo 1.º diz ser equivalente à falta de fundamentação qualquer obscuridão ou insuficiência do despacho que não esclareça «concretamente a motivação do acto». Como se vê do ofício acabado de ler, que corresponde ao modelo geralmente usado, o MAP não esclarece as UCP's e cooperativas interessadas da motivação do acto de concessão de reserva. Repito: isto é prática corrente do MAP. Mas, para além da obrigação de fundamentar os despachos, o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 41 234, de 20 de Agosto de 1957, obriga a notificá-los, aos interessados, a fim de que estes possam interpor recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, garantia máxima da legalidade democrática. A verdade é que o MAP, para fugir ao controlo da legalidade dos seus actos, quase sistematicamente não procede à notificação, dificultando ou privando mesmo as UCP's e cooperativas, vítimas desses despachos, da defesa dos seus direitos, de um rápido e eficaz controlo da sua legalidade. Isto é o que se pode chamar o despacho administrativo à suca. Prepara-se às escondidas, afinal, não um despacho mas uma ordem que surpreende os trabalhadores e que a GNR é chamada a fazer cumprir. Porém, esta ilegalidade e esta violência, quando vindas de quem tanto enche a boca com a legalidade democrática, com a necessidade do cumprimento da lei, com o Estado de direito, ainda ferem mais porque vêm carregadas de um frio cinismo. Mas este constante borifar-se na legalidade por parte do

MAP, no que respeita aos seus despachos, assume ainda aspectos mais graves: é que mesmo quando se requer ao MAP para notificar os despachos aos interessados, a fim de que possam exercer os seus direitos, o MAP tem-se recusado, a maior parte das vezes, a notificá-los, originando essa recusa uma outra série de recursos pendentes no Supremo Tribunal Administrativo.

Os despachos do MAP são, como se vê, *top secret*. Têm a chancela de «muito secretos» ... Eis porque, antes de terminar este segundo rosário — e ainda tenho mais cinco —, deixamos aqui a nossa curiosidade de saber se o MAP também não manda para a GNR os despachos que profere quando a requisita para os ir auxiliar a executar, empregando para tal mesmo a violência ...

3.º Interpostos os recursos para o Supremo Tribunal Administrativo, eles estão sujeitos a uma estrita tramitação processual, que, à face do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 256-A/77, garante a prática da legalidade democrática. Com efeito, sujeito o despacho a recurso contencioso, o MAP é legalmente obrigado a responder em trinta dias e, até ao termo desse prazo, «remeterá, em qualquer caso, ao respectivo tribunal o processo (o processo da concessão de reserva, entenda-se) com os documentos pertinentes». Muito significativamente, de modo sistemático, o MAP nega-se a remeter os processos de concessão de reservas, mesmo quando o Supremo Tribunal Administrativo expressamente lhos pede! Este procedimento insólito, esta sistemática conduta ofensiva da legalidade democrática, conduz-nos à convicção firme de que, além das razões primeiramente apontadas quanto à ilegalidade da concessão de reservas, existem outros factos graves que podem completamente em causa a legalidade da actuação do MAP, quer na entrega de reservas, quer na revogação de anteriores portarias de expropriação. Mais concretamente: há casos em que é de presumir que não haja processo administrativo organizado da concessão da reserva ou nem sequer existe nada mais do que o chamado «despacho de boca» ... A este propósito sabe-se que o Dr. Luís Capoulas Santos, dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária de Évora, disse há dias a subordinados seus esta frase bem clara: «Temos de organizar esses processos porque parece que há uns abelhudos que os querem ver.»

Risos do PCP.

4.º Mas o MAP não se fica por aqui. Há também processos extraviados, como, por exemplo, o que lá deu entrada em 21 de Março de 1978, interposto pela UCP Terra Livre, de Cabeção, e que até esta data não foi remetido ao Supremo Tribunal Administrativo, sob o pretexto inconcebível de ter sido «enviado, para esclarecimento, à Direcção Regional do Ribatejo e Oeste». Tenho aqui os documentos que comprovam isto e que estão à disposição dos Srs. Deputados.

5.º Existem casos de despachos fabricados, como o que se patenteia no recurso n.º 10 588, pendente no Supremo Tribunal Administrativo, cuja nulidade já foi arguida igualmente na acção cível que corre pela 1.ª Secção do Tribunal de Beja, sob o n.º 109/78, onde a validade desse despacho também se discute. E há igualmente casos de documentos fabricados,

como o do arrendamento a Luís António Dionísio, referido no recurso interposto no Supremo Tribunal Administrativo pela UCP Unidade dos Trabalhadores Agrícolas de S. Manços.

6.º Conhecem-se numerosos casos de publicação de portarias revogando anteriores portarias de expropriação publicadas após o prazo legal de um ano que a lei concede ao Governo para revogar actos seus. Muitos deles motivam processos pendentes no Supremo Tribunal Administrativo.

7.º Há casos comprovados por documentos de entregas de reservas a rendeiros que nunca o foram, dos quais citarei três, cujos processos crimes darão entrada nos tribunais nos próximos dias: um, em que será queixosa a UCP Vilas Boas, de Ferreira do Alentejo, porque o MAP inventou um rendeiro (Manuel José Bica) para lhe conceder uma reserva, quando é certo ter sido rendeiro outro indivíduo que, aliás, já recebera anteriormente uma; "íntro, a intentar pela UCP 4 de Agosto, de Cuba, porque o MAP inventou aí dois rendeiros para lhes conceder reservas; finalmente, vou referir um terceiro caso, relacionado com rendeiros, caso muito recente, que trataria mais em pormenor porque dele resultou uma violenta acção da GNR contra os trabalhadores da Unidade Colectiva de Produção Agropecuária de S. Bartolomeu do Outeiro. Esta UCP estava na posse útil das herdades da Folgoa, da Geralda, da Geraldinha e da Cegonha, expropriadas por portarias de 6 de Agosto de 1976, propriedades essas de que antes da ocupação fora rendeira a Dr.^a Maria Augusta Frangão Lopes Régio. Em 27 de Julho de 1978 os serviços de gestão e estruturação fundiária oficiaram à Unidade Colectiva referida, comunicando-lhe que no dia 20 de Outubro, pelas 9 horas, se procederia à devolução das aludidas herdades, gados e bens de equipamento a Gracindo António Frangão, que aqueles serviços diziam ter sido rendeiro das herdades. Os trabalhadores sabiam que assim não era e, por isso, já anteriormente tinham declarado recusar-se por essa razão a fazer a entrega. O MAP dos Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral atirou-lhes com a GNR para cima em 27 de Outubro passado. Cerca de duzentos guardas, vinte e dois jeeps, uma camioneta com cavalos chegaram às terras da UCP e em duas cargas sucessivas agrediram brutalmente os trabalhadores, causando cinquenta feridos. O dito Gracindo António Frangão recebeu as terras e ainda gados e máquinas que foram para além do que constava no inventário feito aquando da ocupação. Ora, tudo isto aconteceu, Srs. Deputados, apesar de os serviços de gestão e estruturação fundiária de Évora terem em seu poder — e, reparem, terem eles próprios enviado à UCP oito dias antes daquelas violências — um inventário dos bens das herdades onde expressamente se diz no cabeçalho que são «pertencentes ao rendeiro Dr.^a Maria Augusta Frangão Lopes Régio», como os Srs. Deputados poderão ver, se quiserem, na fotocópia que aqui tenho.

Srs. Deputados: Acabo de fazer ao MAP acusações muito graves e frontais, denunciando factos e actos comprovativos das suas arbitrariedades, ilegalidades, abusos de poder e crimes. A generalidade dos factos e actos que vos denunciei estão entregues ao julgamento dos tribunais. Mas a justiça é morosa e a dignidade da República e o prestígio das instituições não podem esperar até que ela actue. É pre-

ciso que, sem demora, se crie uma comissão de inquérito ao MAP e aos serviços dele dependentes, que estão encarregados de executar a Reforma Agrária. E digo sem demora, até para que os «Capoulas» não tenham tempo de remendar as ilegalidades e tropelias que se têm cometido. Mas, para já, não quererá o Sr. Primeiro-Ministro nomeado — se não vier a ser em breve somente Primeiro-Ministro demitido — tomar perante esta Câmara o compromisso de ir adiantando uma averiguação que seja feita em condições de isenção, susceptíveis de permitir que o povo português nela confie? Espero que o Sr. Primeiro-Ministro nomeado não seja tentado a dizer-me que nada tem a ver com actos e factos que não foram praticados sob a sua gerência e a sua responsabilidade. Creio que uma tal resposta não se coadunararia com a defesa do Estado de direito que tanto invoca e naturalmente lhe incumbe. Isto tanto mais quanto é certo que muitos desses actos e desses factos que enumerei também foram praticados pelos Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral ou sob a sua responsabilidade, que trouxe do Governo Nobre da Costa para o seu, dando assim uma prova clara e ostensiva — afrontosa para largos sectores da opinião pública nacional — de concordância com a sua acção no anterior Governo.

Srs. Deputados: O que se tem passado e passa na zona da Reforma Agrária é a prova provada de que o MAP do Srs. Barreto e Portas e dos Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral foi e é um Ministério cuja principal missão é a de destruir a Reforma Agrária, é a de reconstituir os latifúndios, é a de entregar novamente aos agrários a terra que nunca trabalharam com as suas mãos e as mais das vezes nem souberam sequer administrar como capitalistas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Para atingir esse objectivo, claramente unconstitutional, votou-se a famigerada «Lei Barreto» — a que muitos deram aprovação sem a consciência do significado e do alcance que se escondiam por detrás dos seus preceitos — e publicou-se o Decreto-Lei n.º 81/78, regulamentando a entrega de reservas, através do qual se instituiu uma nova cobertura para desfazer rapidamente as UCPs e cooperativas dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo.

Os Srs. Barreto e Portas, primeiro, e os Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral agora, não têm olhado a meios — os mais ilegais, os mais violadores da legalidade democrática, os mais violentos — para atingir o fim pretendido de retirar a terra da Reforma Agrária das mãos daqueles que a trabalham, das mãos daqueles que não querem outra coisa senão ter terra para trabalhar. E para atingir esse fim serviram-se, e continua a servir-se, da GNR; enganaram e têm continuado a enganar a GNR; manipularam e continuam a manipular a GNR; pois não se pode crer que uma corporação comandada por um homem do 25 de Abril se prestasse a colaborar na entrega de reservas e na devolução de terras, usando a força e a violência, se soubesse que muitos desses actos são ilegais, violam a legalidade democrática, revestem a forma clara de abusos de poder ou são mesmo puníveis pela lei penal.

Mas não é só a GNR que tem sido enganada. Tem-se enganado o País — cada vez com menor sucesso, é verdade —, fazendo-lhe crer que os trabalhadores da Reforma Agrária não respeitam as leis, violam a legalidade, se opõem ao exercício do poder legítimo do Estado. Isto é falso. Acabamos de demonstrar com dados e factos que quem não respeita as leis, quem viola a legalidade democrática, é o MAP e que o faz de forma tão refalsada que nem sequer respeita as leis que os seus próprios titulares têm proposto ou feito publicar. É preciso que isto se saiba. É preciso que a verdade chegue à opinião pública e chegue também a esta Assembleia e aos outros Órgãos de Soberania, ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, aos tribunais, para que todos procurem esclarecer-se — com objectividade e com responsabilidade — do que tem sido e é a acção do MAP.

Quanto ao Governo que agora se nos apresenta com um programa cheio de ditirambos à Constituição, à lei, à convivência democrática, ao diálogo — a presença nele dos Srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral, manchados pelo sangue dos trabalhadores que têm mandado espancar, é suficiente para que o rejeitemos.

Aplausos do PCP.

Isso se impõe em defesa da Constituição e da lei, de legalidade democrática, da convivência democrática e do diálogo entre os Portugueses.

Aplausos do PCP, do Sr. Deputado Carlos Laje (PS) e dos Deputados independentes Lopes Cardoso, Vital Rodrigues, Brás Pinto e Aires Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna (Gonçalves Ribeiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu peço licença para uma brevíssima intervenção na sequência do tipo de referências à GNR.

O Sr. Malhó da Fonseca (CDS): — Muito bem!

O Orador: — A Guarda Nacional Republicana cumpre integralmente, como lhe compete, a legalidade democrática, que é emanção deste Parlamento. Todas as leis aqui aprovadas, promulgadas pelo Sr. Presidente da República e publicadas no *Diário da República*, sempre que a GNR, nos termos da lei, seja chamada ao seu cumprimento, fá-lo-á sempre, em qualquer lugar, em qualquer circunstância.

Era isto que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Sr. Lino Lima (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora reconhecendo ao Sr. Ministro o direito de emitir todas as suas opiniões e juízos, porque está numa Assembleia democrática, eu gostaria de lhe dizer que a sua intervenção não só foi

para mim inesperada como me pareceu inteiramente desnecessária.

Eu na minha intervenção referi sempre a GNR como mandada pelo Ministério da Agricultura e Pescas para executar ou ajudar a executar os despachos deste. E pus muito claramente o problema de saber se depois de todas estas irregularidades, ilegalidades, arbitrariedades, abusos do poder e crimes que referi o MAP dava à GNR o teor dos despachos, colocando-a, portanto, em condições de poder saber se ia ajudar a executar uma medida válida ou uma medida arbitrária, ilegal e até criminosa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E disse mais: que não podia acreditar e esta bancada não acredita que a GNR, comandada por um homem do 25 de Abril, pudesse ir praticar esses actos a que tem sido obrigada e conduzida a praticar se soubesse que eles tinham por detrás toda essa série de ilegalidades, de arbitrariedades, de abusos de poder e de crimes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Penso que desta maneira salvaguardei a posição da GNR, não por uma habilidade política, mas por aquilo que efectivamente considerávamos ser a realidade que se está a passar neste país relativamente ao MAP e à GNR e às suas actuações sobre os trabalhadores, pois coloquei a posição da GNR de uma maneira perfeitamente clara e distinta da do MAP.

Por isso, Sr. Ministro, uma vez mais lhe digo que, embora admita a sua observação, considero-a desnecessária, pois, se não fosse este meu esclarecimento, ela poderia ter provocado dúvidas que o teor do meu discurso não permitia.

Aplausos do PCP e do Sr. Deputado Manuel Alegre (PS).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Constitui hoje uma banalidade a afirmação de que a estabilização das relações de trabalho é uma condição indispensável para qualquer projecto de resolução da crise económica que o País atravessa, e a participação dos trabalhadores no esforço de aumento da produção depende dos parâmetros da política social delineada e executada pelo Governo, de dia.

Chegados perto do termo do período da I Legislatura e já com a experiência adquirida de dois Governos constitucionais e de um dito de «competentes», pareceu-nos oportuno fazer um breve apontamento retrospectivo, o que permitirá apreciar melhor o Programa do novo Ministério.

O I Governo Constitucional encontrou-se perante uma realidade de todos conhecida: o caos e a anarquia no sector económico, o sectarismo e a divisão entre os próprios trabalhadores fomentada por algumas forças políticas, os pequenos e médios empresários totalmente desmotivados quando não aterrorizados, a quebra espectacular de produção nas empre-

sas nacionalizadas, a agitação permanente em muitos sectores básicos, uma organização económica sem quaisquer regras de jogo, o elevado nível de desemprego e subemprego, com tendências para a alta constante.

No domínio da legislação laboral, as chamadas leis gonçalvistas em domínios importantes vieram modificar os diplomas corporativos, fazendo uma viragem de 180°, mas sem lhe modificar o espírito antidemocrático — pense-se apenas na famigerada lei da unicidade sindical e na Lei dos Despedimentos entre outras —, o que impunha à Assembleia da República e aos Governos Constitucionais a inadiável tarefa da redefinição do complexo normativo jus-laboral com vista à sua democratização.

Por isso não pareceu desacertado que o I Governo Constitucional, sob a epígrafe «Desenvolver novas relações de trabalho», pretendesse prioritariamente a reformulação de legislação de trabalho, tornando-a coerente com a defesa dos direitos fundamentais, as regras básicas do funcionamento de actividades produtivas, e previse desde logo a revisão de legislação sindical, da Lei da Greve, da Lei da Contratação Colectiva, da Lei de Contratos a Prazo, da Lei de Despedimentos com Justa Causa, da Lei da Segurança no Trabalho e Risco Profissional, da Lei do Trabalho Rural, para não falar da elaboração do Código do Contrato Individual de Trabalho que continua a ser a meta almejada por todos quantos passam pelo edifício da Praça de Londres.

Nunca partilhámos de qualquer dos modelos de socialismo defendidos nesta Câmara, seja pelo PCP, pelo PS ou pelo PSD, nem estivemos envolvidos nos governos provisórios que levaram a cabo a tarefa do desmantelamento anárquico do aparelho produtivo do País, mas perante o Programa do I Governo do Dr. Mário Soares no sector laboral não lhe regateámos o nosso aplauso e prometemos a nossa colaboração parlamentar na elaboração das leis de revisão. Criticámos, é certo, durante a discussão do Programa do Governo a forma como este apresentava o quadro da sua política laboral, mediante o extenso rol das medidas legislativas e o respectivo calendário sem esclarecimento dos princípios doutrinadores que enformariam toda aquela larga e importante actividade legislativa.

Infelizmente, devido às hesitações, à política de alianças fortuitas, de indefinição e incoerência de uma política social do Governo, que desde logo se tornou patente, toda a actividade do Ministério do Dr. Marcelo Curto se consumiu no domínio administrativo de despachos mais ou menos extensos, sem atacar de fundo os problemas e sem que se desdicasse à tarefa prometida da desgonçalvização da legislação laboral.

Não se deverá esconder que também esta Assembleia, pela sua morosidade na discussão e aprovação das leis, não correspondeu ao entusiasmo inicial patenteado no Programa do I Governo, e durante a sua curta existência ficaram por aprovar todos os diplomas com exceção da Lei da Greve, da Lei dos Despedimentos e da Lei das Comissões de Trabalhadores (esta mais tarde rejeitada por constitucionalidade pela Comissão Constitucional), para referir apenas as mais importantes. O preço da manutenção

da paz social foi assim pago pelo Partido Socialista sem mexer nos principais diplomas — como a Lei Sindical e a Lei da Contratação Colectiva, que convém, como é sabido, à Intersindical mantê-las na íntegra.

O II Governo Constitucional que integrava as personalidades do CDS manteve o Ministério do Trabalho sob orientação do Ministro Socialista Maldonado Gonelha. Porém, no Programa do Governo de Fevereiro de 1978, perante o crescente avolumar da crise económica, financeira e cambial que impunha fortes medidas de autoridade, a política social sofreu uma importante inflexão, a preocupação imediata já não era agora de reforma legislativa, mas a definição clara da política de rendimentos e salários mediante o recurso ao «acordo ou contrato social». Todo o Programa vinha dominado pela política de manutenção de salários reais, fixando-se os critérios para a aplicação do crescimento da massa salarial à actualização do salário mínimo nacional e das pensões de reforma, fomento do aproveitamento racional da capacidade produtiva instalada através de medidas condicentes à redução do absentismo, a revisão da Lei de Duração de Trabalho, deixando para uma fase posterior a apresentação das propostas de revisão das leis laborais.

O Governo punha o seu empenho no aprofundamento do pacto social, particularmente no âmbito do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, jogava na concertação social em preferência à regulamentação administrativa, apontava para um sistema de indexação selectiva de salários e lançamento de um sistema nacional de análise e qualificação das funções. É pela primeira vez, que no nosso país o Governo indicava medidas concretas para formação profissional mediante um estatuto de aprendizagem como primeiro passo da vasta tarefa de formação, reconversão e reabilitação da nossa mão-de-obra, visando o aumento da produtividade, a sua melhor qualidade global e a sua adequação à reestruturação da economia portuguesa e à evolução da tecnologia dos equipamentos.

Alguns meses da vida do novo Executivo não permitiram, mais uma vez, que fosse implementada a política laboral do Governo que dispunha de maioria parlamentar, embora tivesse deixado em adiantada fase de preparação muitas propostas legislativas, entre as quais convém salientar a Lei de Contratos a Prazo, a Lei de Trabalho Doméstico, a Lei de Duração de Trabalho e em fase de ajustamento final a Lei Sindical e o Código do Contrato Individual de Trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como fica exposto, apesar de terem decorrido mais de dois anos sobre o início da I Legislatura desta Câmara e de neste espaço de tempo terem aparecido e desaparecido três governos, a política laboral não conseguiu dar sequer os primeiros passos para atacar a crise económica profunda em que fomos lançados pelos governos provisórios, e por outro lado mantém-se quase intacto o arsenal das leis gonçalvistas que representam um poderoso travão que impede a definição de uma política social exigente e consentânea com a nossa situação económica. Assim, mantém-se ainda em vigor, apesar da sua evidente inadequação ao contexto actual, a Lei Sindical, a Lei das Presta-

ções do Desemprego, a Lei da Requisição de Gestores e de Técnicos, a Lei das Associações Patronais, a Lei da Contratação Colectiva, A Lei de Despedimentos Colectivos, a Lei de Remunerações em Empresas Públicas e Equiparadas, etc. Por outro lado, como hoje é comummente reconhecido, a Lei da Greve, aprovada apenas com o voto do Partido Socialista, a Lei dos Despedimentos e a Lei dos Contratos a Prazo reclamam urgente revisão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O capítulo do Programa do IV Governo demonstra um espírito de pragmatismo e grande sentido da realidade, por quanto, abandonando a tentação demagógica de alinhar num estendal de medidas que de antemão se sabe não seriam exequíveis dada a sua própria natureza e circunstâncias em que vai actuar concentre a sua atenção em alguns pontos fulcrais.

Retoma em primeiro lugar a preocupação de ultimar a reestruturação do Ministério do Trabalho, dotando-o de meios materiais e pessoais necessários para as suas vastas atribuições. Aqui torna-se urgente a despartidarização dos serviços e dos funcionários, principalmente dos dirigentes, com vista a limpar o departamento dos vestígios de sectarismo e golpismo que nele sedearam durante os primeiros cinco governos provisórios. Depois de um período calamitoso em que os técnicos competentes foram saneados e afastados apenas porque não eram militantes nem se mostravam dispostos a oportunisticamente se inscreverem em certos partidos, sendo substituídos notoriamente por incompetentes que a seu favor apenas exibiam o cartão de filiação partidária e o sectarismo dos mais abjectos. Restabelecer a dignidade profissional dos trabalhadores do Ministério do Trabalho, em todos os graus, prestigiar a Inspecção-Geral do Trabalho, criar a confiança em todos os utentes dos diversos sectores é uma tarefa que o IV Governo está em condições óptimas de realizar, não só porque o seu Ministro exibe um *curriculum* de larga experiência de gestão de pessoal como porque conhece de perto o contributo relevante que o Ministério do Trabalho pode dar para o estabelecimento se um clima de paz social.

O mesmo não se poderá dizer do seu programa de política legislativa. A revisão das leis laborais só pode ser tentada pelo Governo se este dispuser nesta Câmara de uma maioria parlamentar capaz de apoiar as suas iniciativas. Como disse ontem o meu colega de bancada Nuno Abecassis, a época de maiorias flutuantes já passou e querer fazê-la ressuscitar não seria certamente um cartão de boa apresentação para um Governo com a natureza e a constituição daquele que se encontra diante de nós.

Põe-se, assim, o problema prévio de saber com que partidos conta o Primeiro-Ministro para fazer passar a sua legislação sem a publicação da qual será fatalmente estrangulada a sua actuação no domínio social. Quanto a nós afirmamos que este Governo não é um governo do CDS e, como disse à pouco o nosso líder parlamentar, nem nos sentimos vinculados a dar-lhe qualquer apoio parlamentar sistemático e que cada caso concreto havemos de decidir conforme a nossa própria visão de interesse nacional. Isto porque a política laboral pressupõe uma clara e inequívoca tomada de posição quanto aos critérios doutrinários e ideológicos que hão-de estar

subjacentes a todas as leis e que no seu conjunto formam um bloco coerente e harmonioso.

O Governo do Prof. Mota Pinto não é um Governo de democratas cristãos nem um governo liberal como seria um Governo apoiado pelo nosso grupo parlamentar. Torna-se por isso urgente que o Governo estabeleça, sob a égide do Presidente da República, um acordo institucional com os partidos da maioria presidencial em conformidade, aliás, com a sua composição e linhas programáticas. Sem este acordo político prévio não vemos qualquer possibilidade de o IV Governo avançar no domínio da justiça social através de uma clara e recta política de trabalho e emprego.

Acresce ainda que se encontram pendentes de apreciação nesta Câmara alguns projectos de lei apresentados pelo meu grupo parlamentar, como é o caso dos referentes à Lei Sindical e à Lei das Associações Empresariais, e dentro em breve havemos de dar entrada aos projectos de lei da contratação colectiva, do serviço doméstico e do trabalho rural.

Por outro lado, o Partido Socialista também tem, como estamos informados, em fase de ultimação um projecto de lei sobre a Lei Sindical, Lei das Comissões de Trabalhadores, o que mostra que existe neste momento possibilidade de a Assembleia da República se antecipar ao Governo na elaboração das principais leis, facto que poderá desviar o curso normal da actuação do Executivo, como aliás foi reconhecido pelo Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso de apresentação do Programa. Teremos neste caso uma maioria parlamentar divergente dos propósitos do Governo, para não o chamar de contragoverno como aqui foi chamado.

Torna-se, deste modo, urgente a resposta do Sr. Primeiro-Ministro sobre a questão da urgência do estabelecimento do pacto político Governo-Partidos ou Presidente da República-Partidos para garantir a estabilidade governamental e a base suficiente para a aprovação das leis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A ambiguidade que o Sr. Primeiro-Ministro deliberadamente introduziu no seu discurso liminar da apresentação do Programa do Governo, quanto à de dispor nesta Câmara de apoio Parlamentar maioritário e estável, para assim a sua situação poder logo à partida, sem um pacto político à vista, alienar os apoios de que este Executivo necessita dentro e fora da Assembleia para poder adoptar uma política social sem estrangulamentos e reviravoltas.

Esperamos que o Governo do Prof. Mota Pinto, de iniciativa presidencial, não vá repetir experiências falhadas, antes procure encontrar a base da sua força e duração na convergência dos partidos democráticos que apoiaram a eleição do Presidente da República.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A equipa do Ministério da Agricultura e Pescas apresenta-se nesta Assembleia com um programa de acção em matéria de Reforma Agrária

surpreendentemente diferente do discutido aquando do III Governo.

Significará esta alteração introduzida pela mesma equipa do anterior Governo o reconhecimento público da política errada seguida e o acolhimento de algumas críticas que o Partido Socialista lhe moveu, ou traduzirá um mero exercício intelectual que pretende simplesmente alterar a roupagem, mantendo, no entanto, a mesma prática política?

Esta é a dúvida que salta a qualquer observador, que, sem pretender instaurar processos de intenção, se sente dominado pelo scepticismo justificado pela prática política recente da actual equipa. Contudo, reconhecemos que a autocritica democrática é uma virtude que enaltece qualquer governante . . .

De facto em matéria de reforma agrária as diferenças programáticas do III para o IV Governo implicam uma viragem de 180°. De um conceito de autoritarismo passa-se para um apelo ao diálogo franco e a uma profissão de fé nos princípios da concertação para executar a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária.

Não somos contra a autoridade; o que dela temos é um conceito muito definido; pensamos que deve ser simplesmente um meio para defender a liberdade e assegurar o cumprimento integral das leis democráticas.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Infelizmente neste país muitas vezes o apelo à autoridade tem sido o pretexto para destruir a liberdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, como dizia António Sérgio, «a missão do homem que exerce a autoridade é trabalhar no sentido de ela se tornar dispensável», acrescentando o mesmo António Sérgio: «Aqueles que se apegam ao gosto de exercê-la tenho-os na conta de desequilibrados mentais.»

E não se argumente com o respeito pela lei. Neste ponto o III Governo não foi um bom exemplo de respeito pelo cumprimento objectivo da lei.

De um conjunto jurídico, político, económico e social incindível, que é a Lei n.º 77/77, o III Governo utilizou-a unilateralmente como instrumento político para ganhar o apoio da direita que lhe não estava totalmente assegurado noutros domínios.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — A Lei n.º 77/77 obriga a dar crédito bonificado destinado ao investimento ou à recuperação do equilíbrio da exploração afectada pela marcação de reservas; concede facilidades aos trabalhadores afectados pela inviabilidade económica da exploração para se instalarem noutro estabelecimento agrícola; determina a reconversão e reestruturação das unidades de exploração, bem como a estabilização do emprego nas terras expropriadas para se não criarem situações socialmente explosivas na região.

Como foi possível ao III Governo restringir a execução da lei somente à entrega de reservas e servir-se sem o mínimo de pudor do argumento do cum-

primento da lei para a cobertura pública de acções de violência escusadas?

Não se argumente com a execução de despachos anteriores que concediam reservas. Esses despachos não estavam executados na sua maioria porque aguardavam medidas complementares previstas na lei para obviar às situações que criavam.

Apresenta-se agora a mesma equipa a falar em diálogo franco, prometendo que vai incentivar o aparecimento de empresas viáveis e concorrentiais, prosseguir as expropriações apoiar o emprego, o desenvolvimento agrícola, a intensificação cultural nas terras expropriadas e ceder definitivamente a posse útil da terra a quem a trabalha.

Enfim, das cinzas de uma política que implicitamente se reconhece que falhou, talvez nasça uma certa esperança de algum possível equilíbrio e bom senso.

A pura fidelidade ao espírito da lei, consagrada no início do programa do sector, permite admitir que, por exemplo, os elevados poderes discricionários concedidos no capítulo das majorações serão utilizados como poderes excepcionais, e portanto só para situações excepcionais, salvo as majorações conferidas em função do número do agregado familiar do reservatário, essas, sim, consignadas taxativamente na lei.

O espírito da lei também é claro, quanto a mim, no entendimento da expressão «empresários com exploração directa da terra», que só podem ser aqueles que estão efectivamente ligados à terra, não sendo lícitas as tentativas de cobrir certos tipos de absentismo, invocando aquela expressão.

Será também este o seu entendimento do espírito e da letra da lei, Sr. Ministro da Agricultura?

Terá também a equipa do MAP reconhecido os erros em matéria de preços agrícolas e a situação caótica para que tem estado a arrastar a produção agrícola do País?

Cito o escândalo recente do subsídio de 7\$/kg à carne de porco dado à comercialização, em vez de ser atribuído à produção.

Sabe-se que os preços dos cereais praganhosos decretados por esta equipa cobrem os custos de um pouco mais de 50 % das explorações. Vão estes preços ser revistos ou pretende-se por via administrativa liquidar economicamente toda uma região em que estes cereais são predominantes?

A batata e a cebola continuam a apodrecer em casa dos produtores apesar de haver mercados internacionais disponíveis e de os preços no consumidor continuarem singularmente altos.

Estas culturas são predominantemente feitas por pequenos agricultores que estão abandonados.

Tomará o Governo ao menos as medidas de ajuda executadas em 1977 em relação à batata?

Sr. Ministro, mantém V.Ex.^a a tese de que os preços devem ser fixados em função das empresas viáveis ou também aqui reconhece que é necessário mudar de orientação?

Se o não fizer a sobrevivência dos pequenos agricultores fica ameaçada, sendo certo que representam 70 % das explorações agrícolas, e que é a gente mais carenciada deste país.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Vai o IV Governo com a sua política arruiná-los? Neste ponto a sensação que me fica da leitura do Programa é a de que a referida tese se mantém.

Como é ainda possível neste país e após o 25 de Abril em matéria de cooperação agrícola recuar em relação à própria época fascista que por um certo pudor colocava em prática medidas de protecção em financiamentos, isenções, etc., às cooperativas?

Apresenta-se V. Ex.^a a defender o tratamento igualitário do sector cooperativo com os outros sectores. Tal posição, além de inconstitucional, é inaceitável.

Poder-me-á V. Ex.^a indicar o país da Europa onde tal tratamento se consagra?

No Programa a crise agrícola surge como se se pudesse reduzir a uma situação conjuntural, parecendo que todos os males se poderiam solucionar, como por milagre, com o aparecimento do chamado programa de desenvolvimento agrário integrado. Isto não corresponde à realidade. Infelizmente a crise não é só conjuntural, mas principalmente uma crise de estruturas, de recursos e de potencialidades subaproveitadas.

Estruturas de propriedade anquilosadas, empresários sem formação e informação, tecnologia ultrapassada, culturas praticadas em solos sem aptidão e mais de 3 milhões de hectares de solos agrícolas marginais subaproveitados.

Não será este programa de desenvolvimento agrário integrado uma cópia da invenção lançada na América Latina nos anos 60 e que chega a Portugal com cerca de vinte anos de atraso? Foi, aliás, este o programa defendido pelos tecnocratas ligados ao poder militar que nesse continente se opuseram a qualquer espécie de reforma agrária.

É o anestésico da classe dominante às justas aspirações de milhões de pequenos agricultores e trabalhadores que nesse continente lutam por uma reforma agrária.

O plano de desenvolvimento agrário, em suma, tem sido, onde foi aplicado, mais uma estratégia de compromisso para evitar alterações estruturais de posse da terra e conseguir manter as relações políticas, económicas e sociais que daí derivam.

Essa estratégia chega atrasada nos seus objectivos a Portugal. A Reforma Agrária é uma ideia-força irreversível.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Programa é totalmente omisso em matéria de fomento florestal e agrícola, e este país não pode estar à espera do plano integrado de desenvolvimento agrário, que ninguém sabe concretamente que parâmetros tem e quando surgirá.

A política de crédito agrícola, arma fundamental na condução da política agrária, não merece a mínima referência no Programa. Mas, ao falar de crédito, não posso deixar de pedir-lhe, Sr. Ministro, que aqui nesta tribuna clarifique quem se serviu dos 34 milhões de contos cedidos no ano de 1977 pela banca para o sector agrícola e de pescas.

Em intervenção recentemente tornada pública, e depois por nota pública do Gabinete de V. Ex.^a, foram debitados números que, por parciais, não correspondem à verdade.

Tal equívoco só se comprehende para cobrir uma política errada e, nesse caso, seria propositado, o que me custa a crer, mas para cabal informação do povo português, exige-se que o equívoco seja desfeito e a verdade reposta na sua globalidade. Talvez após esse esclarecimento se tire a conclusão de que a utilização de dinheiros no Alentejo não corresponde à informação dada e a especulação que originou.

Em matéria florestal, sector de importância fundamental para o País, ficamos a aguardar o código florestal.

Para quando? Até lá, qual a orientação?

Enfim, se em matéria de reforma agrária o Programa fez uma viragem positiva, tal não aconteceu na orientação geral da agricultura, umas vezes por omissão, outras repetindo erros de análise e de actuação comprovada. Os pequenos agricultores do Centro e Norte do País, se este Governo passar, não podem contar com o poder político, os do Sul, que deveriam ser beneficiados na distribuição de terras, principalmente nas áreas dos perímetros de rega, provavelmente não terão melhor sorte.

A Reforma Agrária fez-se para beneficiar os pequenos agricultores e trabalhadores, e por actuação errada de algumas forças políticas este importante estrato social tem sido marginalizado. É que 32% dos portugueses estão ligados ao sector agrícola, são eles os que mais trabalham e menos benefícios lhes.

Só com tecnocracia e sem opções políticas claras, a justiça social não chegará aos campos de Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, levanta-se agora um problema à continuação dos nossos trabalhos. O Partido Comunista já ultrapassou o seu tempo em cinco minutos e trinta segundos e tem agora um orador inscrito. Ora, para respeitar o tempo de que os partidos ainda dispõem ultrapassasse a hora que tínhamos estabelecido como limite aos nossos trabalhos. É que ainda estão inscritos para usar hoje da palavra os Srs. Deputados Aboim Inglês, Lopes Cardoso, Acácio Barreiros, Gomes Carneiro, António Reis, Rui Machete, Pedro Coelho e Lucas Pires.

Portanto, peço aos grupos parlamentares que transmitam agora qual o critério a seguir.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Efectivamente nós já excedemos o tempo de que hoje dispúnhamos e porventura outros o irão exceder também. Mas quanto a nós a questão não é tanto esta, a questão é outra. Por um lado, o meu camarada Aboim Inglês, que se segue na ordem de inscrição, só gastará dez minutos a intervir e não é por dez minutos provavelmente que nós vamos discutir. Por outro lado, a nossa insistência em que ele fale agora reside no facto de que ele viajará para o estrangeiro este fim de semana e nem segunda nem terça-feira estará presente. De qualquer modo, falar agora ou falar no fim da sessão é exactamente o mesmo, por isso o mais fácil é manter-se a ordem de inscrição.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Laje.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós dispomos ainda, se não estou em erro, de quinze minutos e temos apenas uma intervenção para fazer, que será feita pelo Deputado Gomes Carneiro.

O Sr. Presidente: — Também para exprimir a opinião do seu grupo parlamentar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, eu, de facto, penso que o problema terá de ser esclarecido em termos da posição que se tem perante uma situação de facto. E a posição de facto que existe é a de que há um partido, neste caso o PCP, que ultrapassou o seu tempo, que com base nos acordos existentes pode ultrapassar esse tempo, que tem um orador inscrito e que é o primeiro orador a seguir-se.

Ora, o que acontece é que, se nós respeitarmos o horário e a sessão terminar às 21 horas, como penso que deve acontecer, o PCP ultrapassa o seu tempo não só em cinco minutos, mas em quinze. De facto, como já o ultrapassou em cinco . . .

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Sr. Deputado, eu penso que nós não estamos aqui a gastar tempos, por isso não vale a pena o Sr. Deputado estar a interromper-me porque pode apresentar depois o seu ponto de vista.

Como eu estava a dizer, há partidos que ainda não utilizaram o seu tempo e penso que o tempo aqui é um elemento importante e até mais importante que a própria ordem das inscrições, em especial se há partidos que ultrapassaram já esse tempo. De facto, eu penso que devem ter prioridade os partidos que disponham ainda de tempo para a sessão de hoje e que têm oradores inscritos.

Devo até dizer que estou a falar com este à-vontade porque o nosso orador, que também tínhamos todo o interesse em que falasse hoje, até é o último inscrito, o que quer dizer que em cumprimento do horário não terá possibilidade de o fazer.

Agora o que não posso entender é que a distribuição do tempo leve a que uns o ultrapassem porque se inscreveram mais rapidamente e que outros não utilizem o seu tempo.

Portanto, este é o nosso ponto de vista.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra para esclarecer uma coisa. É que já ontem isto sucedeu e o tempo da sessão vai até que todos os partidos esgotem o tempo. Isto é: em qualquer caso o Sr. Deputado Carlos Robalo estará aqui para além das 21 horas, se quiser ir até ao fim da sessão, porque os oradores que estão inscritos deverão esgotar o tempo de intervenção a que ainda têm direito e farão com que se ultrapasse esse horário, e bastante, como ontem.

A questão que eu ponho é a seguinte: é que por dez minutos, e dado o facto de o meu camarada Aboim Inglês viajar para o estrangeiro, não podendo intervir na segunda-feira, no que para nós era igual, nós pedimos para que ele a fizesse, mas pode fazê-la no fim. Todavia, a decisão pode ser uma qualquer, desde que tenha o acordo de todos.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, se me dá licença, gostaria apenas de dizer que o Sr. Deputado Veiga de Oliveira está a fazer uma interpretação do problema e eu outra.

É norma nesta Casa, ainda que haja pedidos de esclarecimento e protestos, que as sessões terminem a uma dada hora.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Ora esta! . . .

O Orador: — Sr. Deputado Veiga de Oliveira, eu ouvi-o com todo o interesse, por favor não fique melindrado por eu ter um ponto de vista diferente. Que diabo! . . . Senão é uma monotonia. É evidente que a sua lógica é a sua lógica e a minha é a minha, Sr. Deputado. Eu respeito a sua e pelo menos respeite a minha.

Mas, de facto, ainda não foi decidido e penso que terá de haver o acordo desta Assembleia para que a sessão ultrapasse as 21 horas.

A ordem do dia prevê de facto a discussão do Programa do Governo entre as 15 e as 21 horas e para que a sessão seja prolongada tem de haver o acordo de todos os grupos parlamentares. Esta é que é a prática corrente e não aquela que o Sr. Deputado Veiga de Oliveira está a apontar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Apenas por trinta segundos, Sr. Presidente, e para dizer isto: eu receio que nós, para pouparmos 10 minutos, gastejamos uma hora. Creio que é um mau exemplo de administração.

Aplausos do PCP e do Sr. Deputado Eduardo Pereira (PS).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, muito rapidamente eu quero dizer o seguinte: o nosso Regimento para este debate permite que um grupo parlamentar possa usar de tempo a mais desde que ele seja descontado no dia seguinte. Também a nossa prática vai no sentido de não impor um horário rígido, mas que a sessão termine quando todos os oradores inscritos e todos os partidos tiverem esgotado o seu tempo. Portanto, pela nossa parte, não há qualquer inconveniente em que se cumpra o que acordámos, de forma que a intervenção que foi pedida possa ter lugar.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Partido Socialista não quer manifestar a sua opinião?

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado Carlos Laje.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Sr. Presidente, é evidente que a interpretação dada pelo PSD é a interpretação correcta, é aquela que resulta das reuniões que tivemos e que precederam este debate.

Assim, o PCP poderá utilizar hoje tempo em termos ilimitados, descontando-o no tempo de que dispõe na segunda-feira. Por outro lado, terá de haver naturalmente um prolongamento da sessão, enquanto os partidos quiserem utilizar o tempo que lhes foi distribuído para o dia de hoje.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não é isso, Sr. Deputado, não é isso.

O Sr. Presidente: — Portanto, parece-me que a maioria entende que o orador do Partido Comunista pode falar hoje. Nesse sentido, vou dar-lhe a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aboim Inglês.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Um Governo como este, que pretende passar por paladino da «vivificação do sentimento nacional», se reclama de «realismo político e económico» e apregoa «competência», decerto que deveria ter dedicado particular cuidado à elaboração do seu Programa em matéria de política externa. Assim não sucedeu, contudo.

No capítulo de política externa, este é, sem dúvida, o mais fraco programa até hoje apresentado a esta Assembleia. Trata-se antes de um rascunho atabalhado e inorgânico, com omissões espantosas que mais põem a nu o seu carácter de improvisação levana.

Que explicação haverá para o, digamos, «lapso» de não se dedicar nem uma só palavra ao facto de Portugal ter sido eleito membro do Conselho de Segurança da ONU para os próximos dois anos, situação delicada, e ao mesmo tempo promissora, que coloca à diplomacia portuguesa exigências múltiplas e instantes, às quais o Programa deste Governo não dá sequer minimamente resposta!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Programa define a falsamente alçunhada «opção europeia» como «determinante primordial da política externa de Portugal». Nada de novo, pois.

O que haverá agora de novo é a ênfaseposta, ao longo de todo o Programa e não apenas neste capítulo, nas profundas transformações estruturais de natureza política, económica, social, administrativa, legislativa, etc., que essa «opção» externa implica na ordem interna. Confirma-se o que desde início temos denunciado: que a pretensão de adesão à CEE

se determina por razões políticas e não por razões económicas, que é comandada por considerações externas e não por exigências internas do progresso económico-social de Portugal. E reforça-se assim a nossa preocupação por tal pretensão se chocar manifestamente com as realidades objectivas do País que somos e os interesses e objectivos do povo e da Nação Portuguesa — realidades, interesses e objectivos que são os consubstanciados na Constituição da República Portuguesa, e não no Tratado de Roma!

As tremendas dificuldades para os trabalhadores e os pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes portugueses, que desde já acarreta a política de «adaptação» que nos é imposta pelos parceiros do Mercado Comum e os Estados Unidos em conjunto, não irão abrandar, mas agravar-se intoleravelmente, além do mais, por força de uma crise que continua no mundo capitalista, incluindo os Estados Unidos da América, e cuja saída se não vislumbra.

O interesse nacional exige que quanto antes a política externa portuguesa passe a obedecer, como orientação primordial, aliás consagrada na Constituição, a uma linha de decidida, tenaz e activa diversificação das nossas relações internacionais, única via capaz, no mundo de hoje, de reforçar a independência, defender a democracia e possibilitar o progresso da nossa Pátria.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O modo superficial com que no capítulo de política externa se alude, de fugida e no final, a esta perspectiva capital, e em especial as referências meramente secundárias e inconsequentes que de passagem se concedem a áreas decisivas para a sua realização, como sejam os novos países africanos independentes nascidos das ex-colónias portuguesas, os países socialistas e os países árabes, não augura nada de positivo.

Aliás, não podemos deixar de condenar uma vez mais, porque altamente lesiva do interesse nacional, a ilusória veleidade ou propósito inconfessado de fazer de novo de Portugal, nas suas relações com os Estados africanos, um intermediário de interesses «terceiros». As relações do novo Portugal democrático e anticolonialista com os novos Estados africanos independentes e amigos, surgidos das ex-colónias portuguesas, têm de ser directas e especiais, no absoluto respeito pela soberania, a não ingerência e o interesse mútuo, sem interferência de interesses «terceiros». Terão de ser assim, ou não serão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Um traço inquietante dos últimos desenvolvimentos da nossa política externa, que encontra eco e reforço no presente Programa e numa recente reunião aqui mesmo realizada, não poderá deixar de ser por nós referido nessa circunstância: as relações com a NATO.

Vemos com inquietação e apreensão os termos com que alguns meios consideraram a participação de Portugal na NATO, tendo em atenção os seguintes factos: ligação da participação na NATO a exigências relativas à política interna do País; excessivas

despesas resultantes da participação na NATO; intervenção de militares estrangeiros na orientação e direcção de tropas portuguesas; pressões resultantes da presença de bases em território português (Lajes e outras); declarações de altos dirigentes da NATO no sentido do envolvimento cada vez maior de Portugal em planos agressivos do imperialismo.

Mais uma vez sublinhamos que as nossas posições nesta matéria se inserem nos preceitos constitucionais, segundo os quais Portugal preconiza «o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos» (artigo 7.º da Constituição).

Sr. Presidente, Srs. Deputados; Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: O Programa do Governo Mota Pinto dá muito pouca importância aos problemas e ao problema nacional dos emigrantes portugueses. São apenas onze escassas linhas, onde não se aponta nenhuma medida concreta.

Nada se diz, nem sequer uma mera menção, quanto à disposição de ouvir os trabalhadores emigrantes, através das suas associações, nas questões que lhes dizem especialmente respeito e especialmente no que se refere à elaboração e *contrôle* dos acordos.

Nada se diz em concreto sobre a celebração de acordos e convenções com países de imigração — acordos e convenções que, aliás, não basta assinar, mas é necessário lutar para que se cumpram, o que amiúde não sucede.

Nada se diz sobre a disposição de combater a imprensa fascizante que flagela a emigração e a desinforma sobre Portugal.

Nada se diz sobre medidas a tomar quanto a cursos de alfabetização, ensino de português por professores portugueses dentro do horário escolar, celebração de acordos que abranjam a equivalência de todos os cursos, criação de cursos profissionais dentro do horário de trabalho, bolsas de estudo para filhos de emigrantes.

Nada se diz, apesar de estarmos em vésperas do Natal, sobre as medidas a tomar quanto a facilidades de transportes nos períodos de férias e todas as graves questões conexas que neste período se vão levantar.

E é apenas em três linhas que se refere aquele que se vai tornando um grave problema nacional e já é um dos mais instantes para centenas e milhares de emigrantes: o problema das ameaças e pressões para o retorno dos emigrantes. A gravidade que pode vir a assumir a curto prazo este problema exigiria que o Governo fizesse uma análise aprofundada desta questão, em todas as suas implicações, e colocasse claramente aos emigrantes e ao País as perspectivas e medidas a tomar, se comprometesse à enérgica defesa dos interesses dos emigrantes e do País, em vez de se curvar desde já às imposições do patronato estrangeiro dos países capitalistas desenvolvidos e seus governos, que bem lucraram, no tempo das vacas gordas, com a exploração da mão-de-obra barata dos emigrantes portugueses e de outros países menos desenvolvidos.

Também em matéria de política externa e de emigração, este Programa (apesar dos afloamentos de uma conhecida linguagem patrioteira pseudonacionalista, de duvidosa matriz) não serve o interesse nacional, é contrário à independência, à democracia e ao progresso da nossa Pátria.

Ele acentua, mais do que qualquer outro, a continuidade com o passado anterior à histórica data libertadora do 25 de Abril de 1974, não é um programa de política externa do novo Portugal democrático, mas uma tentativa de retomar mais seguramente o fio ao 24 de Abril.

Por isso, o Partido Comunista Português apresentará uma moção de rejeição e votará contra a manutenção deste Governo.

Tenho dito.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Encerrado o interregno tecnocrático, esvaziado o balão das competências, desmistificadas as virtudes dos gestores eficientes, esfumou-se o Governo Nobre da Costa no que teria sido uma «apagada e vil tristeza», não fora o eco que nos fica da sua ação violenta no Alentejo, a herança que nos deixa de uma política deliberadamente dirigida para a destruição das mais importantes transformações sociais e económicas alcançadas com o 25 de Abril. Mas, esvaziado o balão das competências, desmistificadas as virtudes dos gestores eficientes, não terá morrido o mito dos governos apartidários, suprapartidários ou talvez até — não sei bem como chamá-lhes — infrapartidários.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Essa é nova!

O Orador: — Dessa auréola parece vir revestido o IV Governo. Mas que nos propõe, afinal, de diverso, para além do apartidarismo, do suprapartidarismo ou do infrapartidarismo dos seus membros, o Governo Mota Pinto? Muito pouco. Homens diferentes para uma política igual.

Aqueles que compõem o IV Governo podem ser independentes em termos de filiação partidária; não o são, como ninguém o é, em termos de opções ideológicas; e, se o cidadão comum pode esconder essas opções, os que governam são forçados a explicitá-las, porque explicitá-las, concretizando-as, é o acto mesmo de governar.

As opções do IV Governo não são diferentes das que guiaram na prática os governos anteriores; o seu Programa, se bem que menos prolixo — e é uma virtude —, retoma-as no que têm de essencial. Ao fim e ao resto é a mesma política, em que tudo se subordina ao objectivo de ultrapassar a crise económica e social no quadro de um projecto de recuperação capitalista e de submissão aos mecanismos económicos e financeiros impostos pelo FMI.

É a mesma política recessiva, com todo o seu cortiço de consequências no domínio social e de agravamento da nossa dependência externa, ainda quando envolvida em protestos piedosos e contraditórios

sobre a necessidade de promover uma «política acelerada de desenvolvimento que permita a satisfação das necessidades individuais e colectivas». Propósitos piedosos e contraditórios que enxameiam, aliás, todo o Programa e de que será bastante apontar alguns exemplos escolhidos um pouco ao acaso de entre os muitos em que é fértil aquele documento.

Assim, enquanto se reconhece que a melhor forma de independência será a multiplicidade das interdependências, enquanto se afirma que «se deve diversificar a proveniência dos auxílios externos e aproveitar ao máximo as fontes de organismos internacionais onde a voz dos países em vias de desenvolvimento tende a ser escutada cada vez com maior audiência», enquanto se admite ser esse «um dos objectivos da nova ordem económica internacional», enquanto se explica que «no comércio de bens e serviços a diversificação de fornecedores e compradores é factor preponderante de autonomia», quando do vago se passa ao minimamente concreto, a única reflexão precisa que se encontra em matéria de relações económicas externas refere-se ao processo de integração na CEE.

Na análise da situação económica recente reconhece-se que, em consequência da política de estabilização imposta pelo FMI e a partir do 2.º semestre de 1978, reduzindo-se a expansão económica, o desemprego aumentou, o investimento decaiu e, nos últimos meses, a inflação se agravou, do mesmo modo que se reconhece que a evolução mais favorável (ou menos desfavorável) da balança de transacções correntes em 1978 se ficara a dever «basicamente ao comportamento das remessas dos emigrantes e das receitas do turismo». No entanto, fica por formular uma pergunta: valeu a pena uma política de tão altos custos para tão magros resultados?

Fica por formular essa pergunta e nada se diz quanto ao modo de, no concreto, e não se esboçando qualquer alternativa à política até agora seguida a compatibilizar com os propósitos enunciados ao falar-se de pleno emprego, mais equitativa repartição de rendimentos ou satisfação das necessidades básicas da população.

A dívida externa deve, ao que se afirma no Programa do Governo, elevar-se a cerca de 5,5 bilhões de dólares, ou seja, mais de um terço do produto interno bruto previsto para 1978 e admite-se aí como imperioso o *contrôle* do endividamento externo. Só que não se vislumbra qual a saída proposta para o círculo vicioso em que nos temos vindo progressivamente a enredar.

O Programa do Governo proclama a necessidade do Plano como «imperativo para a coordenação das acções a desenvolver». Não obstante, o Governo, que pretende permanecer até 1980, confessa-se incapaz de promover a sua elaboração, propondo-se apenas lançar as bases que permitam a outros vir a fazê-lo no futuro. Acesso de modéstia revelador do reconhecimento da sua própria incapacidade? Antes o fosse, mas não é. O Governo tem é consciência de que, ao elaborar o Plano se confrontaria com uma escolha a que refere furtar-se: adequar o Plano à Constituição ou violá-la sem ambiguidades. Tal escolha fica por isso para aqueles que venham a governar depois (e depois significa, tendo em conta os propósitos do IV Governo, a década de 80). Esses,

tem o IV Governo a esperança, que certamente gostaria fosse uma certeza, estarão libertos dos espartilhos de uma Constituição incómoda. Mas diga-se, em abono da verdade, que estas foram as mesmas razões que levaram o I Governo a retirar o Plano que preparara e que explicam que mais de dois anos após a entrada em vigor da Constituição continuemos à espera de um Plano.

A desproporção abissal que separa os factos (graves) diagnosticados no Programa do Governo e a aparentemente débil vontade política de os enfrentar, expressa na natureza e no contorno vago e impreciso das medidas e soluções enunciadas, é ainda o reflexo não da incapacidade do Governo, não do facto de os homens que o compõem (dos que eles representam) não saberem o que querem ou para onde vão . . .

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Como é que sabem?

O Orador: — . . ., mas o preço que têm a pagar a uma Constituição que, sob pena de se tornar evidente o que dela os separa, nem sempre lhes permite assumir sem equívocos o seu próprio projecto.

Preço que não impede que fiquem claros os propósitos de destruição sistemática das conquistas de Abril, conquistas que não são apenas, Sr. Primeiro-Ministro, os direitos e liberdades fundamentais, mas são também a Reforma Agrária, as nacionalizações, o *contrôle* operário, a autogestão, em poucas palavras, o projecto de transição para o socialismo.

Se no domínio económico e financeiro o Programa do IV Governo prossegue na linha encetada pelos governos anteriores, no domínio social, como nos outros é ainda a continuação dessa mesma política que nos é proposta, agravada agora pela supressão dos poucos aspectos em que nela se procurava dar uma resposta, ainda que por vezes sob a forma de um certo populismo (não diria anárquico mas autocrático) inspirado talvez pelo Partido Socialista, a algumas necessidades fundamentais e à concretização de direitos essenciais consagrados na Constituição.

Política cujo significado o povo português conhece, não por ouvir dizer, não porque o tenha descoberto nos livros, mas porque o sente e vive no seu quotidiano; política que deixa no vago — e não o faz por acaso — o que propõe para solucionar os problemas do dia-a-dia dos Portugueses. Problemas eles, concretos e reais, bases das interrogações do cidadão comum de que deixamos aqui, e, por memória, apenas algumas, sem preocupações de inventário exaustivo ou hierarquizado.

Que medidas avança o Governo para combater o desemprego juvenil? Como compatibiliza esse propósito com a política económica recessiva que preconiza?

Que entende o Governo por «actualização oportunna do salário mínimo»? Quais os princípios dessa actualização?

O que é «um modelo adequado de hierarquia salarial»?

Não estará subjacente nos princípios avançados para a revisão da legislação sobre despedimentos uma clara intenção de os liberalizar? Tenho para mim que assim é. Se o não for cabe ao Governo demonstrá-lo.

Que medidas pretende o Governo levar a cabo para assegurar aos cidadãos um dos seus direitos fundamentais, o direito à habitação? Mais concretamente, tenciona o Governo pôr cobro às situações de flagrante especulação, que são hoje prática corrente e consentida? Tenciona o Governo pôr cobro à situação de insegurança em que vivem milhares de portugueses, muitos deles velhos e reformados, em consequência do regime de despedimentos instituído na década de 40 de novo em vigor e que não tinha um paralelo em toda a nossa legislação desde as Ordenações Afonsinas?

São algumas, muito poucas, das interrogações que nos pombos, que cada um se põe ao olhar a realidade que o cerca, ao folhear o Programa do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao debatermos o Programa do Governo, ao olharmos a sua composição, ao apreciarmos o que foi o evoluir da situação política que nos trouxe até onde hoje nos encontramos, surge-nos uma outra interrogação ainda, talvez a mais grave, talvez a mais importante. Interrogação que, pela sua crueza, chocará alguns, mas que por certo muitos portugueses se colocam, neste momento, a si próprios.

Que significado tem hoje em Portugal a palavra democracia?

Se a democracia é, antes de tudo e acima de tudo, o respeito pela vontade popular — tantas vezes invocada e tão poucas vezes acatada —, se a democracia é, antes de tudo e acima de tudo, a submissão ao sufrágio maioritariamente expresso, traduzirá o IV Governo o respeito devido àquela vontade, representará a evolução da situação política que a ele nos conduziu a submissão àquele sufrágio?

Dir-nos-ão que os mecanismos institucionais foram — têm sido — respeitados; dir-nos-ão que as regras do seu funcionamento democrático têm sido acatadas; mas acaso tanto bastará para que se possa dizer que a democracia tem sido na sua essência respeitada? Mas tanto bastará para que se possa afirmar que o IV Governo é a expressão autêntica da vontade popular e o seu Programa a tradução dos anseios e dos sentimentos da maioria dos portugueses?

Não será antes o IV Governo um exemplo gritante da distância que separa o respeito meramente formal pelas regras democráticas da assunção plena da democracia? Um exemplo gritante de como a manipulação formal daquelas regras pode servir objectivos exactamente contrários aos que são a sua própria justificação?

Ao cabo de quatro anos de liberdade, ao cabo de dois anos de democracia institucionalizada, encontramo-nos hoje face ao Governo mais conservador de quantos se seguiram ao 25 de Abril. E esse facto não é grave apenas aos olhos daqueles que têm da sociedade uma concepção diferente. Ele é grave porque este Governo é a negação mesma do sentido do voto popular. Encontramo-nos face a um Governo em que o mais diligente, o mais minucioso observador dificilmente descortinará um só resistente antifascista; face a um Governo que reivindicou aqui, pela boca do Primeiro-Ministro, o privilégio de contar entre os seus membros quem se tenha batido pela liberdade no pós 25 de Abril, mas que não usou

— e presto homenagem ao seu pudor — reivindicar o privilégio do combate contra a ditadura, do combate contra o fascismo; face a um Governo que, ao explicitar o seu conceito de forças reaccionárias, também pela boca do seu Primeiro-Ministro, ignora todas quantas serviram de suporte ao antigo regime, as que inspiraram os que ainda há bem pouco saquearam sedes de partidos e organizações políticas no Porto, as que desfilaram entre círculos fascistas nas ruas de Lisboa, as que sonham com o regresso ao passado . . .

A descrença na democracia, o desencanto pela liberdade que, pouco a pouco, se estariam apoderando do povo português é um refrão que se repete hoje em discursos vindos dos mais diversos quadrantes e a que não escapou o discurso do Sr. Primeiro-Ministro. Mas, se muitos lamentam e receiam sinceramente esse aflorar da descrença e do desencanto, outros vão vertendo sobre ele lágrimas de crocodilo, denunciando riscos que a sua prática tenta deliberadamente tornar realidade.

A descrença e o desencanto de muitos têm a justificá-las, para além das dificuldades económicas, a sensação legítima da inutilidade da escolha que livremente fizeram, a sensação legítima de que o significado do seu voto tem sido sistematicamente subvertido.

Quando um país vota, na sua maioria, à esquerda e é governado à direita, quando um país opta, na sua maioria, por um projecto colectivo de transformação da sociedade e aqueles que o governam recusam esse projecto, as dúvidas são legítimas, a descrença e o desânimo compreendem-se, cava-se o fosso entre o país real e as instituições. E não se preenche esse fosso, não se responde àquelas dúvidas, não se dissipam o desânimo e a descrença ignorando o sentir de um povo.

Em Abril de 1975 os Portugueses votaram, na sua maioria, um projecto de transformação da sociedade; em Abril de 1976 deram, na sua maioria, a confiança àqueles que afirmavam identificar-se com esse projecto; em Junho de 1976 elegeram quem tinha como bandeira o cumprimento rigoroso da Constituição, o mesmo é dizer o cumprimento rigoroso daquele projecto; em Dezembro de 1976 reconfirmaram o seu voto.

E essa maioria, que sinceramente acreditou e sinceramente se empenhou na transformação do País, o que encontra hoje ao fazer o balanço dos compromissos que perante ela foram assumidos?

Uma Constituição que formalmente se respeita, mas não se cumpre; uma política que se não limita a ignorá-la mas que quotidianamente a contraria; uma situação de crise em que todos os dias se avolumam as dificuldades, crescem os sacrifícios, renascem os privilégios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os riscos que hoje pesam sobre a democracia portuguesa resultam menos das virtudes dos seus adversários e detractores do que da demissão de muitos daqueles de quem seria legítimo esperar a sua defesa.

Permitir que o IV Governo venha a receber a investidura desta Assembleia será demitirmo-nos da defesa da democracia. Porque o IV Governo, formalmente democrático, formalmente legítimo, é a consumação de um processo que, ignorando a ex-

pressão da vontade popular, representa em si mesmo a negação da democracia.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Permitir que o IV Governo passe sob pretexto que seria perigoso criar um vazio de poder, com o argumento de que não existe para ele alternativa, é recusar os mecanismos democráticos. Em democracia existe sempre uma última alternativa: o recurso ao sufrágio universal, ao veredito dos eleitores. E quando deixa de haver correspondência entre o que foi esse veredito, entre o que foi a expressão da vontade popular e a sua tradução no plano das instituições, não só permanece essa alternativa como se torna a única alternativa democrática.

Não é mais possível lavarmos as mãos, não é mais possível escondermos as nossas responsabilidades por detrás de argumentos equívocos, subterfúgios formais.

Se o processo que levou à nomeação do IV Governo se pode distinguir do que conduziu à posse do Governo Nobre da Costa, nada distingue os propósitos de um e de outro, nada de fundamental separa o que foi o Programa do III Governo daquilo que é o Programa do IV Governo. Nada os distingue no que representam de menosprezo pelo sentido do voto popular repetidamente expresso. E é sobre isto que aqueles que nos elegeram têm o direito de esperar que nos pronunciemos.

Se os problemas não fossem demasiado graves, atrever-me-ia a perguntar se os que votaram contra o Governo Nobre da Costa rotulando-o com epíteto ridículo de coligação CAP/Intersindical se preparam hoje para deixar passar o Governo Mota Pinto, porque, tendo prescindido da Intersindical, não vêm nele mais do que uma aliança «inofensiva» entre a CAP e CIP?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas os problemas são graves. Mas a situação do País é difícil. Daí que não seja admissível decidir deste voto com base em meros cálculos partidários. Esperar que o Povo comprehenda, que o povo aceite, que este voto se decida sobre equilíbrios de corredor e não sobre a defesa clara dos seus interesses no respeito pelo que foi o seu voto.

Dai que nós próprios, em consciência e com o respeito de sempre pelo que sempre defendemos, digamos que obviamente rejeitamos o IV Governo, que obviamente votaremos quaisquer propostas de rejeição que venham a ser apresentadas a esta Assembleia. Não será talvez de mais pedir a outros o mesmo esforço de coerência. É o menos que se pode pedir, é o mais que se pode esperar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Carneiro.

O Sr. Gomes Carneiro (PS): — Sr. Presidente Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Um dos sectores cuja actuação mais directa e imediatamente se repercutem na qualidade de vida do povo português é o dos assuntos sociais.

De facto, problemas como os da saúde, segurança social, terceira idade, deficientes, infância e juventude são, sem dúvida, a preocupação quotidiana da maioria dos portugueses.

Com o 25 de Abril uma nova consciência foi criada neste sector. Cinquenta anos de ditadura e desprezo pela pessoa humana tornaram necessário estabelecer uma filosofia radicalmente nova, baseada na dignidade da pessoa humana e na transformação das estruturas económicas e sociais, em democracia e liberdade, de forma a garantir que os direitos dos mais desfavorecidos fossem finalmente satisfeitos e as suas necessidades mais prementes resolvidas.

A Assembleia Constituinte, ao elaborar a lei fundamental do País, tomou em linha de conta, na sua verdadeira dimensão, estes problemas ao aprovar por unanimidade os artigos 63.º e 64.º da Constituição, que contêm as normas genéricas a que deve obedecer qualquer programa de Governo no domínio da segurança social e saúde.

Os I e II Governos Constitucionais, da responsabilidade política do Partido Socialista, procuraram, apesar das dificuldades económicas, hoje por todos reconhecidas, dar cumprimento ao constitucionalmente preceituado. É, assim, justo salientar que no domínio da segurança social, independentemente das melhorias pontuais concedidas, se procurou alargar o sistema de segurança social a toda a população, o que está praticamente conseguido.

A uniformização de esquemas, nomeadamente no campo do abono de família e prestações complementares, também foi alcançada.

Os Governos de responsabilidade socialista deram importantes passos no domínio das estruturas, no sentido de obter uma maior capacidade de resposta, ao mesmo tempo que destruíram a estrutura corporativa existente, transferindo para o âmbito da saúde os serviços de acção médico-social, elaborando a lei orgânica da segurança social, ratificada por esta Assembleia, completando estudos e elaborando projectos de diplomas legais que permitem redefinir os conceitos de Casas do Povo e rever o estatuto jurídico das instituições privadas de solidariedade social sem fins lucrativos, nomeadamente Misericórdias, fundações e associações de socorros mútuos.

Por outro lado, o reconhecimento de que toda a intervenção no âmbito da saúde para ser coerente e eficaz implicava uma revolução de estruturas, métodos e processos determinou o II Governo, através do Ministério dos Assuntos Sociais, a tomar as medidas adequadas.

Assim, elaborou um anteprojecto de lei de bases para a implementação de um Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, em conformidade com o preceituado no artigo 64.º da Constituição, e que teve ampla discussão nacional.

Só o rompimento do acordo PS/CDS, por parte deste último, não permitiu a concretização deste objectivo.

Não ficou, no entanto, o Partido Socialista desmotivado para este assunto, tão caro ao povo português, tendo apresentado a esta Assembleia o projecto de lei de bases do Serviço Nacional de Saúde, ao qual o Programa deste Governo, talvez por lapso, embora lamentável, não dedica qualquer palavra, ficando antes pela indecisão das definições.

Aliás, é curioso notar que no domínio da segurança social o Governo refere expressamente os imperativos constitucionais, enquanto no concernente à saúde limita-se vagamente a «estruturar um Serviço Nacional de Saúde em moldes que garantam o recurso, tão cômodo quanto possível, aos meios de prestação de cuidados, organizando-o por forma que os profissionais que nele participem se possam sentir, material e moralmente, compensados das tarefas que executam».

É que, Sr. Ministro, o projecto de lei sobre o Serviço Nacional de Saúde apresentado nesta Assembleia pelo Partido Socialista interpreta correctamente a Constituição e está em perfeita consonância com as aspirações do povo português.

Por isso o povo português e os trabalhadores da saúde, verdadeiramente interessados numa maior justiça social e na modificação do actual estado de coisas, lhe dão inteiro apoio.

O Serviço Nacional de Saúde que o PS propõe é um projecto nacional, cuja implantação urge concretizar, e mal vai esta Assembleia e o Governo se se demitirem por omissão das suas obrigações.

Apraz-nos, no entanto, registar que neste domínio a intervenção de ontem do Sr. Ministro dos Assuntos Sociais clarificou algumas situações, nomeadamente a que se refere à sua vontade de cumprir os preceitos constitucionais.

A intervenção do Sr. Ministro é tanto mais significativa e relevante quanto é certo que, tratando-se de um Governo de cariz conservador, tira qualquer fundamento às críticas que têm sido feitas ao projecto socialista do Serviço Nacional de Saúde pelos sectores da direita e mostra o acerto da posição sempre por nós assumida neste domínio.

Estamos, pois, certos que se essa for a vontade do Governo para além da vontade do Ministro, as forças conservadoras que contestam este projecto verão por certo diminuída a tentativa de esvaziamento da Constituição e o retrocesso da democracia.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

O Orador: — Afirmou ontem o Governo cumprir a Constituição. Disse-o o Sr. Primeiro-Ministro e reafirmou-o o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, o que, de duas uma: ou cumpre e não serve às forças conservadoras ou não cumpre e não serve a democracia!

Srs. Deputados: definidos os princípios, algumas questões desejamos no entanto pôr ao Governo para nosso esclarecimento.

Sabendo nós que a terceira idade é um dos aspectos de maior sensibilidade para o povo português, que medidas pensa o Governo tomar e que política vai adoptar para além das já tomadas pelos I e II Governos Constitucionais?

O Programa do Governo alude e o Sr. Ministro na sua intervenção de ontem referiu-se «ao aumento indisciplinado de baixas por doença que há que moralizar, sobretudo pela via da sensibilização dos trabalhadores e dos médicos, esperando-se que por esta via se torne desnecessário o recurso à utilização dos meios repressivos». Pergunta-se: o que entende o Governo por «recorso à utilização de meios repressivos»?

Verificando-se a sua necessidade, sobre quem vão ser utilizados? Sobre os trabalhadores ou sobre os médicos?

O que pensa o Governo sobre o uso e abuso dos meios complementares de diagnóstico solicitados normalmente pelos médicos?

Uma outra questão: o Programa do Governo refere laconicamente «definir uma política nacional de medicamentos». Efectivamente não houve nem há neste país uma política do medicamento. A legislação existente sobre esta matéria é, para além de dispersa e antiquada, formulada na filosofia política de uma estrutura social corporativa, que, por força do 25 de Abril e da Constituição, o Governo não pode nem deve manter.

Assim, gostaríamos de ver esclarecidos os seguintes aspectos: o que entende V. Ex.^a por política nacional de medicamentos? Como pensa o Governo diminuir o número de similares e quais as medidas imediatas que pretende adoptar? Como pretende o Governo moralizar os circuitos de distribuição? Pensa V. Ex.^a que o medicamento é uma vulgar mercadoria? O que pensa o Governo sobre o formulário nacional de medicamentos e como pensa viabilizá-lo integralmente? E o que pensa o Governo sobre a necessidade ou não de reestruturar a indústria farmacêutica? E sobre a socialização do sector?

Uma última questão, Sr. Ministro: como pensa o Governo definir o estatuto das carreiras médicas que o II Governo deixou pronto — estatuto este necessário para a prossecução de uma política de saúde constitucionalmente coerente? E o que pensa sobre o emprego dos médicos jovens?

Eis, pois, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, algumas questões que entendemos oportuno formular no domínio da segurança social e da saúde e sobre as quais aguardamos respostas claras e objectivas, na certeza de que pelas afirmações feitas pelo Sr. Ministro dos Assuntos Sociais poderemos avaliar do respeito que os princípios constitucionais lhe merecem.

Permitam-me, no entanto, que saliente a minha convicção de que um projecto sobre segurança social e saúde constitucionalmente coerente e que sirva os interesses do povo português não é tarefa para um Governo carecido de ideologia definida e desvinculado de qualquer projecto político sujeito ao voto popular.

Não temos dúvidas de que apenas as forças políticas que perfilham uma opção clara sobre a problemática da saúde e se comprometeram com o povo português, em eleições, a pô-la em prática como aconteceu com o meu partido, têm capacidade e vontade de estruturar um Serviço Nacional de Saúde.

O povo português não poderá ter grandes esperanças neste domínio, enquanto a sua vontade não se reflectir nos grandes centros de decisão. O PS continuará, porém, a sua luta coerente para a concretização a curto prazo desse grande projecto nacional que é o Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

Assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Programa do Governo sobre o problema da agricultura limita-se a um conjunto de objectivos gerais, cheios de bonitas palavras como «desenvolvimento», «incentivo», «modernização», etc.

Só que esta equipa do MAP é, infelizmente, bem conhecida do povo português pela onda de ódio e violência que espalhou no Alentejo. Depois de uma tal actuação, bastaria a recondução do Sr. Dr. Vaz Portugal e do monárquico Ferreira do Amaral para toda a gente perceber o que valem as palavras «diálogo» e «concórdia nacional» na boca deste Governo.

Quando certos senhores nos querem hoje vir dar lições de boas maneiras, protestam contra os discursos inflamados, dizem que temos de substituir a lógica dos pulmões e da demagogia pela lógica da razão, não podemos deixar de sentir uma profunda indignação ao lembrar-mo-nos que por detrás dessa pretensa boa educação estão as matracas da GNR carregando sobre os trabalhadores alentejanos.

Sim, nós falamos com a indignação, com a revolta que todo o democrata sente diante de injustiça e das brutalidades reaccionárias.

Porque, meus senhores, se quisésseis ouvir a voz da razão bastar-vos-ia olhar um pouco para o País real. Sim, olhai para o Alentejo e para o povo alentejano e vede a obra de gigantes que foi possível er-guer em tão pouco tempo.

Há quatro anos, no tempo dos agrários, a área semeada era de 94 500 ha. Em 1977-1978 a área semeadas foi de 312 000 ha.

O parque de máquinas e a produção pecuária subiram acentuadamente. O desemprego deixou de ser um flagelo e praticamente tinha sido anulado.

E é escusado falarmos de sacrifícios. Basta dizer que o salário de um trabalhador rural ainda está nos 5000\$!

Mas para compreender bem as dificuldades e o real valor da obra dos trabalhadores é preciso dizer que a Reforma Agrária tem sido erguida apesar e contra a política reaccionária dos vencedores do 25 de Novembro. Baseados na desumana Lei Barreto já foram roubados à Reforma Agrária 88 000 ha. Des-tas terras, que são extremamente férteis, 8000 ha estão simplesmente abandonados e 27 000 ha subaproveitados.

E é preciso não esquecer que no MAP estão ainda 3000 pedidos de reserva para terem andamento. Isto dá-nos uma ideia da gigantesca manobra para liquidar a Reforma Agrária.

O efeito desta política já começa a ser evidente se tivermos em conta que em três anos o número de postos de trabalho passou de 71 900 para 59 000. Is-to é, com a aplicação da Lei Barreto, com a entrega de reservas, são 13 000 os desempregados, são 13 000 trabalhadores que de novo são lançados para a fome do 24 de Abril. Aliás, o próprio Governo já reconheceu que a aplicação da Lei Barreto acarretará o desemprego para 33 000 trabalhadores, ou seja, 56% da mão-de-obra das UCPs e cooperativas.

Entretanto em gado, máquinas, produtos e instalações ilegalmente devolvidas o MAP já tirou às coöoperativas 315 000 contos.

E tudo isto vai a par com uma escandalosa protecção ao latifúndio, já que se mantêm por expropriar 700 000 ha de terras.

Aliás o Programa do Governo nem uma só vez fala das UCPs e cooperativas, como se estas não existissem. Isto traduz bem o profundo desprezo deste Governo pelos sacrifícios e pela nova realidade criada no Alentejo. É por isso que, quando no Programa se fala de crédito, não é nas UCPs e cooperativas que se está a pensar, mas sim nos reservatários. E para esses não falta dinheiro! Por isso o Governo se lamenta de falta de dinheiro, quando existem hoje cem cooperativas no Alentejo com o crédito cortado há dois anos, é preciso dizer que isso acontece, não por falta de dinheiro, mas sim porque o Governo quer asfixiar a Reforma Agrária e substituí-la para novos capitalistas e velhos agrários comendo à custa da miséria de quem trabalha.

Aliás, um mínimo de seriedade nesta matéria exigia que o Governo esclarecesse qual a utilização da linha de crédito do Banco Mundial, em favor dos reservatários.

Mas seria um erro pensar que só os trabalhadores rurais alentejanos vão ser vítimas da política deste Governo.

Para o Norte e Centro o Governo propõe a criação de «unidades técnica e economicamente viáveis». Por detrás destas palavras, aparentemente correctas, esconde-se uma realidade dolorosa que os pequenos camponeses bem conhecem.

Enquadradada pela Lei do Arrendamento Rural, do PPD, a política do Governo significa a expulsão violenta dos rendeiros pobres, deixando as terras nas mãos dos grandes rendeiros capitalistas. Mas, como vimos, a fome e a miséria não preocupam este Governo. Trata-se, isso sim, de preparar a entrada na CEE, deixando a agricultura portuguesa na ruína, apenas servindo para engordar os intermediários e os grandes capitalistas do campo.

Só que esta política de odiosa violência e criminosa ruína não vai passar! O reforço das organizações camponesas é hoje uma realidade que mostra a determinação dos pequenos agricultores em não se tornarem vítimas da ambição dos grandes proprietários e intermediários.

A corajosa luta dos assalariados rurais do Douro é um marco que mostra bem que o povo do Norte também faz ouvir a sua voz. O contrato de trabalho agrícola será uma realidade; a Lei do Arrendamento Rural, do PPD, será revogada e os agricultores hão-de impor uma justa política de preços.

Por outro lado, a forma corajosa como os trabalhadores alentejanos enfrentaram a política do MAP demonstrou que a terra do Alentejo está em boas mãos e o povo pode confiar que a Reforma Agrária será defendida.

A UDP saúda a III Conferência da Reforma Agrária, que levantou a exigência da revogação da Lei Barreto — o que nós sempre defendemos mesmo quando éramos acusados de esquerdistas por aqueles que defendiam a aplicação razoável da Lei Barreto.

A UDP saúda a firmeza com que a conferência denunciou a acção criminosa da GNR, que retomou a brutalidade que sempre a caracterizou antes do 25 de Abril.

A UDP saúda a conclusão da Conferência que defende a greve geral no Alentejo se prosseguir a ofensiva do MAP.

A UDP apela à solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária. Esta luta é a luta de todo o povo português.

Os trabalhadores unidos são os mais fortes. A jornada de luta nacional tem de acompanhar a greve geral no Alentejo.

A política do MAP, a política da fome e da violência não passará.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença que intervenha para dar esclarecimentos?

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Acácio Barreiros acaba de fazer uma intervenção que, quase se poderia dizer, está desajustada em relação ao assunto que se propôs tratar.

Na realidade, o Sr. Deputado está fora do que é a Reforma Agrária e do que foi a própria Conferência da Reforma Agrária, cujos números aqui utilizou e que se permitiu saudar a partir de uma conclusão que não foi tirada na Conferência.

Na Conferência da Reforma Agrária não se tirou qualquer conclusão que visasse uma greve geral, pelo contrário, falou-se numa paralisação nos cinco distritos do Alentejo. Isto prova bem que o Sr. Deputado Acácio Barreiros nada tem a ver com a Reforma Agrária.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Acácio Barreiros, faça favor de responder se assim o desejar.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Deputado Vítor Louro, o Sr. Deputado ouviu mal a intervenção que eu fiz.

Essa paralisação nos cinco distritos da Reforma Agrária é o que eu disse, é a greve geral na Reforma Agrária.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Não é.

O Orador: — E eu defendi simultaneamente a jornada de luta nacional, que devia ser uma forma de solidariedade, de apoio, a essa greve geral que foi aprovada na Conferência.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — A Conferência não aprovou isso!

O Orador: — As palavras são diferentes mas, para mim, uma paralisação dos trabalhadores é uma greve. E se se usou tal preciosismo foi porque a UDP há muito tempo vinha defendendo a greve geral e o PCP vinha dizendo que isso era esquerdismo e agora a Conferência aprovou isso, diante da realidade, da brutalidade da polícia . . .

O Sr. Vítor Louro (PCP): — A Conferência não aprovou isso!

O Orador: — . . . da mesma forma que aprovou a exigência da revogação da Lei Barreto, e não a sua aplicação razoável e negociada, como era defendido pelo seu partido, ao contrário da UDP, que sempre defendeu a revogação da Lei Barreto.

Assim, o tempo mostrou que a posição que defendímos era a mais correcta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete, para uma intervenção.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Apreciamos um Programa de Governo, isto é, as principais medidas políticas e legislativas que este Órgão de Soberania pretende adoptar por si ou propor ao Presidente da República e à Assembleia para execução da Constituição.

Não se trata, assim, apenas, de um mero elenco de acções, ainda que importantes, desenvolvidas ao nível administrativo, mas antes da filosofia dos princípios que animarão o agir deste Governo na execução imediata das directrizes constitucionais se o seu Programa não for rejeitado pela Assembleia. Afigura-se, por isso, pertinente e necessário apreciar com que espírito o Governo se propõe realizar as difíceis e decisivas tarefas que lhe cumprem para que a crise grave que o País atravessa seja vencida, a democracia se enraize por forma estável e os Portugueses começem, finalmente, a sentirem-se viver numa sociedade mais justa, mais fraterna e também mais próspera. Faremos essa apreciação tendo em particular atenção os problemas da Administração Pública.

Não nos iludamos por considerações ideológicas que nos impeçam de ver a realidade. A grande questão que hoje se nos põe, mais ainda do que as dificuldades de ordem económica, é a da falta de confiança nas instituições de um número crescente de cidadãos. O sentimento de desilusão expresso na frase de «como era bela a democracia vista sob a ditadura» vai progressivamente ganhando adeptos.

O restabelecimento da confiança na opinião pública não depende apenas — é evidente — da acção do Governo. A acomodação realista da Constituição e do sistema partidário ao modo de ser e às preferências da maioria do nosso povo, de um lado, o trabalho a desenvolver pela Assembleia da República e pelos outros Órgãos de Soberania, do outro, são essenciais. Mas ao Governo e à sua Administração incumbe, no imediato, um papel motor de extrema relevância. A este Governo e a esta Assembleia cabem, neste momento, responsabilidades particularmente graves, pois que do seu comportamento dependerá, em grande medida a vida democrática em Portugal.

Os regimes constitucionais pluralistas que, como o nosso, sucederam a ditaduras, carecem de resolver com urgência alguns problemas típicos sob pena de não se conseguirem implantar definitivamente.

Uma primeira dificuldade diz respeito à formulação, em tempo oportuno, de leis claras que rejam a vida dos cidadãos e que apontem os caminhos a trilhar no futuro. A Constituição de 1976, apesar da opulência do seu articulado, reveste uma natureza nitidamente compromissória e, por isso, instável. Daí o assumir extrema importância a sua interpreta-

ção e elaboração pelo legislador ordinário. Ao Governo, usando de uma competência legislativa própria ou apresentando propostas de lei, cabe, juntamente com os Deputados, concretizar em medidas legislativas apropriadas as orientações da lei fundamental, e deve fazê-lo no momento adequado e por forma inequívoca.

Mas tão importante como elaborar as normas legais é assegurar a sua execução. É do acatamento das leis pelos seus destinatários que se aquilata da sua efectiva vigência e, afinal, da autoridade do Estado num dos seus aspectos mais relevantes.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ao lado da solução dos conflitos — que é atribuição dos tribunais —, é também no modo como a Administração Pública souber executar a lei, quando a sua intervenção é necessária, que se avalia a sua eficiência.

A análise da actuação dos Governos Constitucionais anteriores revela, porém, que estes têm claudicado quer na concepção das normas, quer, sobretudo, na sua efectiva aplicação.

Alguns exemplos apenas.

A chamada Lei da Reforma Agrária — cuja regulamentação imediata tinha sido, no momento da sua discussão na Assembleia, prometida como coisa de poucos dias após a sua publicação — só lenta e tardivamente tem vindo a ser integrada pelas necessárias normas administrativas complementares e constitui na sua aplicação sem dúvida o caso mais nítido das hesitações e tergiversações do I e II Governos Constitucionais. As flutuações na sua interpretação e na intensidade e prática na sua aplicação têm sido de tal ordem que a zona da Reforma Agrária apareceu não raras vezes como um enclave no território nacional onde as decisões político-jurídicas da Assembleia da República e do Governo são letra morta, onde se viveu e ainda se vive numa legalidade pseudo-revolucionária à revelia dos órgãos soberanos que, legitimamente, representam a vontade do povo.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — É preciso descaramento!

O Orador: — Chega-se ao cúmulo de pretender fazer depender a aplicação da lei do diálogo e da concertação dos interessados, em verdadeira confusão de momentos, pois que o diálogo e a audição dos interessados deve registar-se, e é positiva, na fase da elaboração da norma. Pretender deslocá-los para um momento posterior é desrespeitar a autoridade do Estado e a soberania legítima.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Depois do que hoje aqui foi dito . . .

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — É preciso descaramento!

O Orador: — A lei da delimitação entre o sector público e privado continua à espera de ser regulamentada e é um bom exemplo de como as normas mais importantes quedam inoperantes se não forem complementadas.

A Lei das Indemnizações só veio a ser regulada por portaria em 7 de Junho de 1978, apesar da sua publicação ter sido feita em 26 de Outubro de 1977, e, muito embora já tenha sido feita a entrega da relação de valores e inventários continua a desconhecer-se o momento em que as indemnizações serão realmente pagas . . .

Outro exemplo preocupante é o que se passa no sector das contribuições e impostos com a aplicação das normas tributárias. A evasão e a fraude fiscais assumem proporções assustadoras e os atrasos nas cobranças vão-se acumulando. E hoje frequente assistirmos à apresentação de contas de honorários que variam consoante se passam ou não recibos e não raro as empresas públicas se prevalecem do seu estatuto para não satisfazerem as suas obrigações tributárias e impedirem o accionamento dos mecanismos de execução fiscal.

Os exemplos podiam, aliás, multiplicar-se, nos mais diversos sectores da Administração.

Este desfasamento enorme entre o que se legisla ou se ordena administrativamente e o que realmente se cumpre, produz um scepticismo generalizado sobre a actividade dos órgãos do Estado e sobre os seus resultados.

Se este sentimento de descrédito pelos Órgãos de Soberania se instala, se a indisciplina alastrá, recebendo reforços os profetas que denunciam a dissolução da unidade nacional na anarquia dos interesses egoístas dos grupos e indivíduos, e que, sempre saudosistas, sonham com o regresso ao passado. Por isso, regista-se com agrado que o Programa deste Governo acentua a necessidade de fortalecer a autoridade do Estado e de estabelecer a confiança nas instituições, não olvidando, do mesmo passo, a necessidade da saudável reafirmação do sentimento nacional.

Uma segunda dificuldade que enfrentam os regimes constitucionais pluralistas, refere-se à capacidade e eficiência com que é gerida a economia e são satisfeitas as necessidades de carácter económico e social, aspecto aliás que se interrelaciona com o anteriormente focado. Dos problemas económicos e financeiros e da óptica de resolução adoptada por este Governo ocupam-se outros colegas meus. Mas importa chamar a atenção para o facto de que, quando se analisa o impacte do subsistema administrativo português na economia, não deve apenas considerar-se a acção do que tradicionalmente se designa por Administração Central do Estado. Há que ponderar igualmente o papel das empresas públicas e o daquelas onde o Estado tem preponderante influência e ainda o da administração autárquica. No que concerne às empresas públicas, em particular quanto às industriais e de transportes — pense-se no caso da Rodoviária Nacional —, é conhecido o enorme peso financeiro em termos de Orçamento Geral do Estado que os *deficits* na maioria delas acarretam e as deficiências da gestão e administração que muitas apresentam e a grande importância que apresentam nos respectivos sectores de actividade. Estranha-se por isso que o Programa — para além de umas notas muito genéricas quanto ao sector empresarial do Estado — não teça sobre o problema da coordenação da actividade da Administração Central e das empresas públicas quaisquer considerações que deixem adivinhar as intenções e política do Governo e

que, mesmo nos aspectos sectoriais, as referências sejam escassas. Grande parte da chamada administração do desenvolvimento que foi invocada no Programa do Governo, bem como a da administração prestadora de serviços aos cidadãos — por contraposição à chamada administração agressiva ou limitadora — é hoje realizada através das empresas públicas. Dessa actividade depende o bem-estar dos cidadãos. Daí a importância estratégica do sector e a nossa estranheza quanto à omissão do Programa a este respeito.

O terceiro e último dos grandes problemas dos regimes constitucionais pluralistas, que queremos focar diz respeito à participação dos cidadãos na vida pública e nas decisões dos órgãos de Estado, quer através dos mecanismos clássicos da representação política — eleições e Assembleia parlamentar —, quer através da sua colaboração na actividade da Administração Pública.

Na análise do Programa do Governo cabem tão-somente apreciações quanto à cooperação dos cidadãos neste segundo aspecto e, por razões de brevidade, circunscritos a dois pontos essenciais.

Refere-se o primeiro ao problema da descentralização administrativa. Com a Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, que redefiniu as atribuições e competências das autarquias locais, e com a aprovação da Lei das Finanças Locais deram-se passos importantes na concretização da descentralização administrativa e da instituição de um verdadeiro poder local. Mas todos sabemos que não é fácil eliminar dois séculos de centralismo segundo o modelo napoleónico. E o Programa do Governo não só ao debruçar-se sobre o sector do MAI, como, em geral, não se liberta do espírito paternalista e tutelar com que a administração de concelhos e freguesias é vista. A ideia, por exemplo, da organização dos *dossiers* relativos a cada município ilustra bem este espírito.

A administração autárquica, tal a persistência dos velhos hábitos, ainda é encarada como um sector especializado da Administração desconcentrada do Estado, como uma correia de transmissão das ordens do Poder Central. Ora a administração local, mormente agora que a sua percentagem de participação nas receitas públicas com a nova lei passa de 6,2% do total para cerca de 14%, deve constituir um centro privilegiado da inovação administrativa e da desburocratização, deve constituir a zona da vida pública onde mais fácil é aproximar as estruturas administrativas dos cidadãos e fazê-los nelas inserir por forma mais intensiva, através da sua participação activa. Infelizmente, porém, continua a não se inverter o movimento da transferência das atribuições e competências das autarquias para o Estado a que temos vindo a assistir, como foi o caso da distribuição de energia eléctrica e o caso do saneamento básico, para não citar senão alguns dos exemplos mais importantes e posteriores ao 25 de Abril.

Registe-se, porém, como nota positiva neste contexto, a preocupação em desbloquear a situação dos funcionários das autarquias locais, através da regulamentação das suas carreiras. Sem essa regulamentação — que não deverá ser perspectivada como quadro geral administrativo dos serviços externos do MAI —, sem essa regulamentação, dizia, nem as autarquias poderão ser eficientes, nem os funcionários poderão ter vida condigna.

A instituição das regiões é encarada por forma hesitante e, sobretudo, não é pensada como realização a curto prazo. As referências que lhe são feitas são mais de circunstância do que reveladoras de um real empenhamento na sua instituição.

A timidez e os classicismo das medidas propostas levam-nos a pensar que não será ainda desta vez que o Governo encarárará a administração local como um verdadeiro poder, tal como é querido pela Constituição e exigido pelo princípio da separação dos poderes, fundamental na organização democrática do Estado.

Apenas quanto à descentralização político-administrativa através das autonomias regionais, o Programa parece prosseguir no cumprimento correcto dos preceitos constitucionais. Registemo-lo e aplaudamo-lo.

O segundo ponto diz respeito às relações entre a Administração e os partidos políticos. Sabemos que constitui utopia em qualquer regime pensar num funcionalismo público que consiga ser completamente neutral às influências partidárias na sua actuação profissional. Mas, em Portugal, os limites da tolerância foram muito ultrapassados. O assalto aos postos da Administração Pública que se realizou logo após o 25 de Abril, sobretudo por parte do PCP, a aceitação como normal que os partidos no poder praticassem não o «sistema de despojos», a isso se opunha a garantia na estabilidade no emprego, mas acrescentassem aos funcionários que tinham sido designados graças aos favores anteriores de certos partidos, outros funcionários, agora da sua confiança política e elementos da sua clientela, conduziram ao empolamento dos quadros e traduziram critérios de recrutamento alheios à competência e feitos apenas em função da vassalagem política. Atingiu-se assim um grau de partidarização na Administração Pública absolutamente inadmissível e constituíram-se verdadeiros feudos onde os estranhos às instituições partidárias não penetraram. Certos sectores estratégicos — como, por exemplo, o da informática — foram mesmo alvo de políticas deliberadas de colonização por parte de determinadas organizações partidárias.

Esta situação requer medidas urgentes de moralização e a sua correcção não poderá ser esquecida na Reforma Administrativa. Um Governo de independentes estará em condições particularmente favoráveis para realizar essa necessária despartidarização.

Uma última palavra precisamente sobre a Reforma Administrativa. Como bem se diz no presente Programa, o diagnóstico da actual situação da Administração Pública foi feito em pormenor e de maneira correcta no Programa do II Governo Constitucional.

Não será portanto necessário repeti-la mas apenas dar-lhe continuidade e, uma vez mais, ser eficaz na execução das terapêuticas preconizadas.

Um aspecto há todavia que suscita simultaneamente aplausos e perplexidade. A razão dos aplausos deriva da colocação dos problemas da Reforma Administrativa entre as matérias na dependência da Presidência do Conselho de Ministros. Na verdade, só com o peso da autoridade do Primeiro-Ministro ou de um Vice-Primeiro-Ministro será possível vencer as resistências às mudanças que tão fortes se têm revelado nos diversos sectores administrativos.

A razão da perplexidade resulta da ausência de uma menção clara dos órgãos que mais especializadamente vão ocupar-se da Reforma Administrativa e da estratégia global que se propõe para a sua concretização progressiva. Fica-se o Programa na enunciação vaga de objectivos, por todos aceites, e na enumeração de algumas medidas desgarradas. É manifestamente pouco em matéria de tanta monta.

Importaria submeter à Assembleia da República uma «lei de bases da Reforma Administrativa» definidora dos modelos de médio e longo prazos para que esta deve evoluir, tendo também em atenção as necessidades resultantes da integração europeia, e contendo ainda as estratégias reputadas mais adequadas à obtenção das mudanças pretendidas. Necessas bases deveriam igualmente incluir-se uma regulamentação das carreiras do funcionalismo público, promessa sempre renovada por diversos governos constitucionais mas jamais cumprida, e um esquema claro e equilibrado das actualizações dos vencimentos do funcionalismos público feito em correlação com o aumento incessante do custo de vida.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sem uma Administração Pública dinâmica e actuante qualquer programa é letra vã. Por isso, constitui tarefa prioritária do Governo desburocratizar, despartidarizar e tornar eficiente a Administração Pública. Faço votos para que assim aconteça.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho.

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Anunciou o Sr. Primeiro-Ministro que o Programa do IV Governo Constitucional seria sucinto, apontando mais as grandes linhas de orientação e evitando uma enumeração exaustiva de intenções e projectos.

Acabou o Programa por ser uma mistura doseada dos dois métodos, o que não é condenável em si, embora em alguns sectores mantenha uma certa ambiguidade quanto às orientações básicas, sem que tal seja compensado por uma enumeração suficiente de medidas de política. Enfrentamos pois, aí, uma dificuldade em entender com clareza aquilo que o Governo se compromete a realizar, perante esta Assembleia, e como tenciona realizá-lo.

São exemplos desta situação dois sectores de actividade primária, de raiz bem nacional e indispensáveis à nossa economia: as pescas e as florestas.

Apenas falarei das pescas; aliás um pouco mais desenvolvidamente do que o próprio Programa do Governo, cuja timidez nesta matéria é chocante. Com efeito, «escondidas» numa sequência de quatro subcapítulos englobados no tema «agricultura e pescas» aparecem nove tímidas alíneas cujo conteúdo, no seu conjunto, não constitui uma política global e coerente.

Essa política global e coerente já existiu depois da era tenreirista, teve em conta os interesses nacionais e os interesses públicos e privados de todos os agen-

tes económicos intervenientes, dentro da compatibilização possível entre o Estado, o capital e o trabalho. É necessário não destruir essa política global e até melhorá-la e reforçá-la. Isto se quisermos garantir às pescas portuguesas, empresários e assalariados compreendidos, uma existência desafogada e um desenvolvimento crescente.

No entanto este Governo opta claramente pelo abandono das pescas como sector prioritário de desenvolvimento. Esta é uma novidade preocupante na vida constitucional recente portuguesa. Os trabalhadores do mar e os empresários do sector tirarão com certeza as suas ilações e farão também o devido juízo político quanto àqueles que, derrubando o Governo minoritário socialista do meu camarada Mário Soares, lançaram o País para uma aventura cujos resultados têm estado bem à vista.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas voltemos à questão das prioridades. Não é verdade que no capítulo C, sobre «a política de desenvolvimento», enquanto a «política agrícola» é considerada, e muito bem, «um dos sectores prioritários», a política das pescas nem sequer merece uma simples referência?

Sr. Primeiro-Ministro, não duvido da sua capacidade de entender a importância da força e autoridade políticas para levar a cabo um programa de natureza económica e social, quer em termos das próprias decisões do Governo, quer em termos da mobilização das forças sociais e económicas intervenientes, quer ainda da própria credibilidade que mereçam os responsáveis pela condução política do sector.

Ora o que verificamos quanto às pescas, no Governo formado por V. Ex.^a, é que existe uma diluição efectiva dessa autoridade política: pela opção de não prioridade; pela pobreza do Programa, e pela escolha do responsável.

Permita-me que repita o que já tenho dito várias vezes e em várias ocasiões: a terra e o mar são realidades ambientais e económicas completamente distintas. Regem-se por leis naturais diferentes; têm regimes jurídicos autónomos quanto à propriedade, quanto ao trânsito e quanto à ocupação operacional. Breve, as técnicas de exploração no mar e na terra são tão parecidas como uma sardinha o é de uma azeitona!

O sector das pescas deve ser dotado de capacidade autónoma de intervenção quanto aos meios de acção política, financeira e administrativa. De outra forma será empurrá-lo para uma lenta agonia que arrastará pescadores, conserveiros, armadores e toda uma multidão de pequenas actividades comerciais e industriais para o desemprego e para a falência. Que se adaptem os meios às necessidades e se dimensionem realisticamente as estruturas em função do âmbito das actividades é uma medida de bom senso e de elementar economia de meios. Mas tal não poderá significar um adiamento ou interrupção de medidas de fundo e de um desenvolvimento de um plano corajoso de fomento. As consequências negativas de uma pausa no desenvolvimento e na modernização das pescas portuguesas poderão ser irreparáveis. O afundamento é logarítmico relativamente à escala aritmética do tempo.

Porque, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal não está só no campo internacional da indústria pesqueira, nem atingiu uma taxa de desenvolvimento minimamente satisfatória nos últimos dois decénios (conjunturalmente), favoráveis à expansão das frotas. A concorrência é violenta e complexa. Países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento defendem os seus interesses pesqueiros; as dificuldades de acesso a pesqueiros estrangeiros e internacionais aumentam dia após dia, ou tornam-se mais onerosas; o esgotamento dos stocks e a limitação dos TAC são factos comuns; em toda a parte são criadas sociedades internacionais mistas para a exploração da plataforma marítima; e, finalmente, a pressão diplomática, económica e financeira de países poderosos para pescar na nossa Zona Económica Exclusiva torna-se cada cada vez mais empenhada. Exclusividade, neste caso, não é um mero conceito de chauvinismo nacionalista. É uma decisão unânime e consciente desta Assembleia, visando a protecção de recursos naturais que são complemento essencial para a sobrevivência e bem-estar dos Portugueses. A dimensão histórica da lei das 200 milhas, aprovada por esta Assembleia da República em 1977, ainda não foi devidamente entendida.

Sr. Primeiro-Ministro, não consentiremos que as pescas sejam o parente pobre dos restantes sectores produtivos e cabe-me perguntar se o IV Governo tenciona atrelar o sector piscatório à rabiça do sector agrícola e transformá-lo num mero complemento de política de comércio e distribuição ou se, pelo contrário, tenciona corrigir a sua lacuna programática e dar-lhe o lugar que lhe cabe como produtor de riqueza nacional no campo da alimentação, da indústria transformadora e da conservação pelo frio, tanto para o mercado interno como para o mercado externo.

Sector que, inclusivamente, pela nossa experiência e prestígio internacional, pode ser um precioso instrumento na política de cooperação internacional. Nove alíneas, contendo cento e sessenta e seis palavras, em que o substantivo e o concreto não abundam, não permitindo esclarecer uma série de dúvidas e questões fundamentais que, por si só, justificavam um amplo debate.

E não é uma referência aqui ou ali às «pescas», normalmente amalgamada ao sector agrícola, nem a promessa de um programa nacional dirigido para questões essencialmente do domínio da técnica e da administração e não do fomento económico, que nos permitem melhorar o nosso juízo.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — O senhor já fez dois Programas e não escreveu nada.

O Sr. Presidente: — Queira continuar a sua intervenção, Sr. Deputado Pedro Coelho, e se o Sr. Deputado Bento Gonçalves deseja interpelar o orador poderá fazê-lo na altura própria.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Foi só um aparte, Sr. Presidente.

O Orador: — De todas essas alíneas, que, se fossem sete, não resistiria à tentação de afirmar o lugar-comum de que mais pareciam os sete pecados mortais — para as pescas, já se vê —, ou, se fossem

dez, mais pareceriam os dez mandamentos para a liquidação da «sociedade geral das pescas portuguesas e companhia ilimitada», destacarei uma questão paradigmática da ambiguidade que critiquei: trata-se da «disciplina na primeira venda de pescado» e as duas fórmulas mágicas apontadas como solução.

Considera o IV Governo Constitucional como elemento de saneamento dos circuitos de comercialização a extinção sumária do Serviço do Abastecimento de Peixe ao País, SAPP, sem o acompanhar de uma alternativa que garanta a continuação da sua actividade, a garantia dos postos de trabalho e o aproveitamento útil e conservação de um património público? Analisou o Governo as consequências económicas e sociais da paralisação de actividade do SAPP quanto ao abastecimento de peixe fresco a zonas do interior, do Norte e Centro do País? E quem assegurará os compromissos contratuais do SAPP no abastecimento aos Hospitais Civis, às forças armadas, às cadeias e aos mercados municipais? Talvez interesses privados a quem não interessa um SAPP concorrente e libertado do seu pecado original de ser um departamento de um grémio com actividade comercial e que, apoiado com meios para uma estrutura empresarial forte e um capital social próprio, poderá, de facto, contribuir para o progresso do nosso país e ponderou a importância de uma empresa de compra ao produtor e venda directa ao público, sem ter como único objectivo — repito único — o lucro, na regularização do comércio do peixe fresco quanto a preços e áreas de distribuição, com os respectivos benefícios para o sector da captura?

Outro tanto se poderia dizer quanto à segunda fórmula mágica apontada, isto é, regulamentação do acesso à lota. Apenas uma nota, não queiram inventar o que já está inventado. Escrever o que está escrito!

Por agora fiquemos por aqui. É possível que este Governo passe nesta Assembleia e por tal venha a ter uma responsabilidade e acção efectiva no desenvolvimento do Programa apresentado. Que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas tenham a coragem e clareza de reconhecer o que está certo nas críticas formuladas, corrigir os erros e colmatar lacunas é o mínimo que se lhes pode exigir.

Dizê-mo-lo sem grande esperança, pois tememos que as opções sejam de fundo e não apenas de deficiente informação e preparação de quem elaborou os elementos para o Programa.

Se o Governo não passar, também não serão vãs estas palavras e isso significará que um Governo demitido não poderá tomar medidas que impliquem opções de fundo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A nota mais clara sob a forma como tem decorrido este debate é a da humildade.

Humildade do Governo e humildade dos partidos. Humildade e tranquilidade do País real, emergindo tanto dos pesadelos como das ilusões.

Todos temos telhados de vidro e apercebemo-nos finalmente disso.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Todos?

O Orador: — Não vale a pena distribuir culpas, quando só parece haver sobretudo culpas, impostos e aumentos de preços para distribuir.

Num país com um complexo de derrota colectiva, torna-se mais aceitável a ideia de que em política as principais culpas são sempre colectivas. E, se é na perspectiva das culpas colectivas que devemos ver o passado, é também na perspectiva dos lucros e louros colectivos que deve ser visto o futuro. A oportunidade que este Governo oferece é, nesse sentido, única.

Permita-se-me inclusive assinalar com uma palavra de simpatia a dignidade e, à sua maneira, a coragem com que o Dr. Mário Soares e o seu partido têm enfrentado este debate. O Partido Socialista está na fronteira por onde passará ou cairá este Governo. E num momento de transição e em política, uma fronteira é uma ferida sobre a própria carne.

Sintomaticamente, as únicas notas de arrogância neste debate têm vindo do Partido Comunista Português. Talvez sejamos todos réus de tudo em política, até e ainda quando consentimos ser as vítimas, mas é o réu principal que, entre nós, se arroga a qualidade de acusador principal!

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Também na denúncia dessa arrogância a atitude do Governo tem sido exemplar.

De resto, uma segunda nota é devida à coragem deste Governo, que pelo buraco de uma agulha tenta fazer passar uma tarefa colossal e a esperança de um país inteiro.

Em relação, especificamente, às pessoas dos Profs. Mota Pinto e Eduardo Correia, permitir-me-ão também que manifeste a minha particular solidariedade académica e coimbrã (*risos do PCP*), qualidades, uma e outra, ainda ontem aqui tão maltratadas.

Uma voz do CDS: — Apoiado!

O Orador: — Não se trata principalmente de um cumprimento pessoal nem de uma vénia de ex-aluno ou de ex-assistente (*risos*). Trata-se da homenagem a uma instituição, que é a Faculdade de Direito de Coimbra, onde aprendi a distinguir entre lei e direito . . .

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — E direita! . . .

O Orador: — . . . e a saber como no plano do direito se julga e se age com segurança, liberdade e responsabilidade, mesmo em revolução. Trata-se de lembrar, na pessoa de dois dos seus mais ilustres mestres, uma Faculdade de Direito onde aprendemos que o direito só vale enquanto for um valor em si, com consistência ética, política e económica. Como súmula, afinal, do que tem a ver com a salvação e a continuidade da comunidade. Aí aprendi, pois, que o direito não é só letra, nem forma, mas subs-

tância, valor e essência de um projecto colectivo de vida.

Isto vem mais a propósito do que parece. Vem a propósito porque, quando se fala duvidosamente da legalidade constitucional deste Governo, pode não se estar a perceber a diferença que há entre lei constitucional e direito constitucional. A lei não, mas o direito constitucional de um país desenvolve-se com a própria consciência do País que somos e da revolução em que estamos. A lei constitucional passa, o direito constitucional fica. A lei constitucional escreve-se, o direito constitucional é-o por si mesmo e vive-se numa comunidade.

E neste mesmo encalço vem, por sua vez, um pequeno mas intrigante inciso que o Programa do Governo quase distraidamente insere a p. 11. Reclama primeiro a reafirmação de hierarquia da Administração Pública e, logo a seguir, fala-se aí da afirmação do «primado dos Órgãos de Soberania constitucionalmente consagrado». É a primeira vez que vejo esta afirmação num programa de Governo!

Que direito constitucional é que espreita nessa fórmula? Não é um artigo da lei constitucional que aí se invoca. Qual será para o Sr. Primeiro-Ministro o «primado dos Órgãos de Soberania constitucionalmente consagrado»? A que dinâmica e a que espírito constitucional se faz aí referência? Terá o direito constitucional aí pressentido alguma coisa a ver com o facto de se ter dito que o Sr. Presidente da República iria ser frequentemente convidado para assistir ao Conselho de Ministros? Terá isto alguma coisa a ver com necessidade de encontrar entre nós novos equilíbrios constitucionais, económicos e políticos? Estamos ou não, do ponto de vista económico e político, do ponto de vista do direito constitucional, em suma, que não da lei constitucional evidentemente, no início de um momento realmente constituinte ou pré-constituinte em Portugal?

Põe-se o problema de um primado e implicitamente de uma reordenação do equilíbrio constitucional. Põe-se o problema, mas não se resolve. A necessidade, porém, é real. O Governo perde o cordão umbilical com a Assembleia da República e os partidos nela representados; e entre os vários órgãos constitucionais geram-se equívocos e subentendidos. Os órgãos constitucionais comportam-se como ilhas num mar só provisoriamente calmo. Do lado do bloco constitucional há, pois, desgarramento e desunião, enquanto do lado do bloco civil se gera crescente unidade e coesão.

A pergunta legítima é esta: deixar avolumar a desunião do bloco constitucional ou pô-lo de acordo com a unidade do bloco civil em formação? Aceitar a formação de uma terra de ninguém no plano da representação da autoridade política e do equilíbrio constitucional ou fazer levedar um novo critério de decisão e organização constitucional e económica?

A ambiguidade do Governo a este respeito é um esconderijo ou é, ela própria, um empate e um nada? Quererá o Governo sustentar-se apenas sobre uma maioria silenciosa parlamentar e social ou ajudar a criar um novo critério de autoridade, representação e mobilização?

O Parlamento não pode ficar calado. Uma das funções do Parlamento é garantir que Portugal nunca mais será um país mudo, mesmo quando esteja perante o terror da necessidade.

É preciso que se perceba que há uma nobreza ética em toda a função política e que a do parlamentar é esta: a nobreza de não se calar. Por isso se não pode pensar numa maioria parlamentar silenciosa como suporte do Governo.

No fundo, neste momento exacto, aqui dentro sentimo-nos entre dois tribunais: o do Presidente da República e o da opinião pública. Mas não perpassa muito aqui por dentro a sensação de uma vontade política independente, que seja, ela própria, uma vontade de julgamento. O Parlamento não foi ultrapassado, mas está, seguramente, desarmado. Falta-lhe uma motivação política e ética, a consciência de um novo critério arbitral e decisório entre Presidente da República, Governo e Parlamento.

É, aliás, na sequela desta questão que vêm duas outras. Sabe-se o que este Governo quer; mas saber-se-á o que este Governo pode? Sabe-se qual será a prática deste Governo; mas sabe-se qual é a teoria política deste Governo?

Desde logo, há ou não uma diferença entre o que se espera deste Governo — e é muito — e o que ele pode? — e parece ser pouco. O que é que este Governo pode, se ele goza da clemência, mas não da autoridade, na Assembleia da República? Ou será que agora é que ele pode governar finalmente porque não está dividido nem eleitoralmente complexado, como quando era um Governo partidário? Ou será que ele agora é que pode governar porque representa uma força constituinte nova, disposta a assumir uma autoridade até aqui de reserva?

Estamos, sem dúvida, num terreno de passagem. Poder-se-á finalmente, depois de se ter subido a quatro ou cinco Conselhos de Ministros de sucessivos governos, resolver o caso «Século», que, aliás, se ameaça quase tornar o caso do século por isso mesmo? Poder-se-á, finalmente, agora fazer o sempre anunciado pacto social? Será agora que se vai fazer a lei de defesa nacional, apesar do Conselho da Revolução? Será agora que se vai regulamentar a lei de delimitação do sector público e do sector privado? Com que poder? Com o poder de quem? Num quadro de um novo pacto político ou no de um antigo quadro político? Se o novo Governo puder fazer aquilo que não se pôde fazer antes, então é porque o esquema constitucional até agora praticado não era fonte de poder, mas, pelo contrário, era fonte de negação e de paralisia do poder.

Os problemas de saber quem manda e o que se manda são fatais num momento de passagem ou transição! O Governo vem aqui e vai passar com certeza! Mas pergunta-se: vai apenas passar ou vai receber uma outorga estável de poder, confiança e identificação?

E mais grave do que isto: poderá o Governo suportar os custos económicos e políticos de um aparelho estéril e desfalecido, que é ainda mais desacreditado pela forma como este Governo se gerou? Qual é o custo do Estado em que o Governo se vai inserir? Qual é o custo da nossa constituição económica e social? É possível, sem dúvida, administrar bem com um mau governo, mas será possível governar bem com uma má e debilitada lei constitucional? Qual a eficácia possível do Programa do Governo, por muito bom que seja? Ou será que estaremos no acto de partida de uma espécie de acto

institucional tácito, em que a passagem actual do Governo é apenas a antecipação de uma nova maioria futura? Estamos perante uma espera ou perante uma decidida transição?

Saber se este novo Governo, se a sua nova esperança tem coerência com todo o resto e com toda a família de órgãos políticos e institucionais, é, pois, um problema bastante importante. Mas não é menos importante resolver ainda um outro: o de saber se este Programa, ele próprio, tem uma coerência intrínseca, uma doutrina política que o vertebe. Uma fórmula que aparece muito no Programa do Governo, pelo menos a nível sectorial, é a da definição de uma política coerente. Só que uma associação de coerências não é necessariamente, ela própria, coerente. Por outras palavras: este Programa é apenas um novo programa ou trata-se já de uma nova doutrina do Governo?

Aparentemente, a nova doutrina do Governo falta, pelo menos confessadamente. Falta, inclusivamente, a proposta de um novo acto político qualquer, de um desses que marcam uma dedada e um novo ciclo político.

O que há, sim, são sinais, avulsos. O sinal do patriotismo, como bandeira do culto cívico. O sinal de uma nova relação entre interesse e interesses sociais, na qual o interesse nacional se destaca definitivamente dos interesses sociais e se acaba com o corporativismo de rua, que consistia na chantagem permanente sobre o poder dos grupos com mais força.

Há uma outra relação entre a soberania e a autonomia, nomeadamente a autonomia das regiões autónomas. Uma relação que agora vem de lá para cá e não apenas de cá para lá.

É curioso que há alguns meses, num artigo publicado no semanário *Açores*, eu defendia que era o Primeiro-Ministro dos governos regionais que devia fazer parte do Governo Central e não um Ministro do Governo Central que devia superintender sobre os governos regionais. E de certo modo este Governo, embora de uma maneira factual e não jurídica, assume essa proposta ao incluir o Presidente da Assembleia Regional dos Açores.

Este Governo tem ainda uma indicação de que a aplicação da lei valerá contra todas as formas de resistência e de que não há resistência legítima contra a lei. A lei é a afirmação da soberania do Estado de direito. Este Governo é ainda um governo de paz entre os partidos e os Portugueses.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Ámen!

O Orador: — Este Governo é ainda um governo que revaloriza o papel motriz da iniciativa privada, mas que, embora mostre as consequências de um período longo de iniciativa pública, talvez não tire as consequências desse fracasso. É um governo que, apesar de constatar o fracasso da irreversibilidade de certas conquistas, não chega à conclusão de que, a continuarem irreversíveis, o resultado será catastrófico.

Será isto, pois, uma viragem? Aparentemente, o Governo é ainda, e apenas, o centro dos centros e o equilíbrio dos últimos equilíbrios. Mas, se for uma viragem, poderemos resolver o nosso problema com um puro conjunto de novas soluções técnicas? Não

será este Governo apenas um governo táctico ou terá ele uma estratégia? Podremos considerar que estamos nessa estratégia e nesse andamento? E se essa estratégia é escondida, como num jogo de polícias e ladrões, o que é que está mal e por que é que é preciso esconder essa estratégia?

É preciso que todos saibamos como fazer pela resposta a estas perguntas. Assim, como assim, estamos numa viagem de longo curso, em que é bom ir andando. Na viagem deste Governo estamos nós todos. Não que nos identifiquemos completamente com ele, mas porque as distinções se atenuam quando os inimigos também não nos distinguem. Talvez seja por isso que a passagem deste Governo será sobretudo um voto contra o Partido Comunista Português e uma derrota para o Partido Comunista Português, e que reprovar este Governo seria um voto a favor do Partido Comunista Português e uma vitória para o Partido Comunista Português.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Anda com o Partido Comunista Português atravessado no gargalo!

O Orador: — É ele que nos une, a nós e ao Governo, também neste momento. Se este Governo passar, então será preciso dar-lhe velas, como no início de uma caminhada necessária e desejável. Para já, embora na perspectiva de mais além, os democratas-cristãos apoiarão o IV Governo Constitucional e saúdam, desde já, a sua largada, com os votos de que ela possa contribuir para uma completa redescoberta de nós próprios como país.

Aplausos do CDS e do Sr. Deputado Fernando Costa (PSD).

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O Sr. Deputado Lucas Pires permitiu-se referir o PCP, pelo que me julgo também no direito de fazer um pequeno comentário à sua intervenção.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Creio que o Sr. Deputado Lucas Pires, ao tecer o hino entusiástico que teceu a este Governo, significou, pela própria qualidade do orador — que alguém já qualificou como sendo um exilado num regime democrático (*risos do PCP*) —, a qualidade deste Governo. Não deixa de ser estranho, entretanto, que esta solidariedade activa tenha sido estranhamente recoberta por uma solidariedade académica e universitária que até agora nunca ninguém tinha descoberto que fosse relevante para as relações entre os grupos parlamentares e um governo.

Registe-se, entretanto, para terminar, dizendo uma coisa: fica-se a saber, a partir deste discurso do Sr. Deputado Lucas Pires — se até agora se não soubesse —, quem é que ganha e vence com a passagem deste Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Na próxima segunda-feira, pelas 15 horas, continuamos com a discussão do Programa do Governo, iniciando-se a chamada às 14 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 22 horas e 10 minutos.

Deputados que entraram durante sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Augusto M. da Silva Andrade.
Alberto Marques Antunes.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Chaves Medeiros.
António Fernandes da Fonseca.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Moreira Portugal.
António José Sanches Esteves.
António Manuel Maldonado Gonçalha.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Aquilino Ribeiro Machado.
Armando F. C. Pereira Bacelar.
Armando dos Santos Lopes.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
Dieter Dellinger.
Etelvina Lopes de Almeida.
Fernando Reis Luis.
Fernando Tavares Loureiro.
Florival da Silva Nobre.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco António Marcos Barracosa.
Francisco de Assis de M. Lino Neto.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
Jaime José Matos da Gama.
João Joaquim Gomes.
Joaquim José Catano de Menezes.
Joaquim Manuel Barros de Sousa.
José Cândido Rodrigues Pimenta.
José Luis do Amaral Nunes.
José M. de Albuquerque de A. Leitão.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Luis Abilio da Conceição Cacito.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís José Godinho Cid.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Francisco Costa.
Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Raul d'Assunção Pimenta Rego.
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
Sérgio Augusto Nunes Simões.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Amândio Anes de Azevedo.

Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Gonçalves.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Manuel Barata Portugal.
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto de A. de Oliveira Baptista.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila-Lobos Menezes.
 Maria Helena do Rego da Costa S. Roseta.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Olivio da Silva França.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Rúben José de Almeida Raposo.
 Rui Manuel Parente C. de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 Henrique José C. M. P. de Moraes.
 João Carlos F. Malhó da Fonseca.
 João Lopes Porto.
 José Luis R. de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Victor António Nunes de Sá Machado.

Partido Comunista Português (PCP)

António Joaquim Navalha Garcia.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Victor Henrique Louro de Sá.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge de O. Aires Rodrigues.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Galvão de Melo.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António José Pinheiro da Silva.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Manuel Natividade da C. Candal.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João da Silva.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Telmo Ferreira Neto.

Partido Social-Democrata (PSD)

António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 Cristóvão Guerreiro Norte.

Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.
 António Simões Costa.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 José Duarte de A. Ribeiro de Castro.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Diamantino José Dias.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, José Pinto.

PREÇO DESTE NÚMERO 37\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA